

COLEÇÃO VERA CRUZ
(Literatura Brasileira)
volume 76



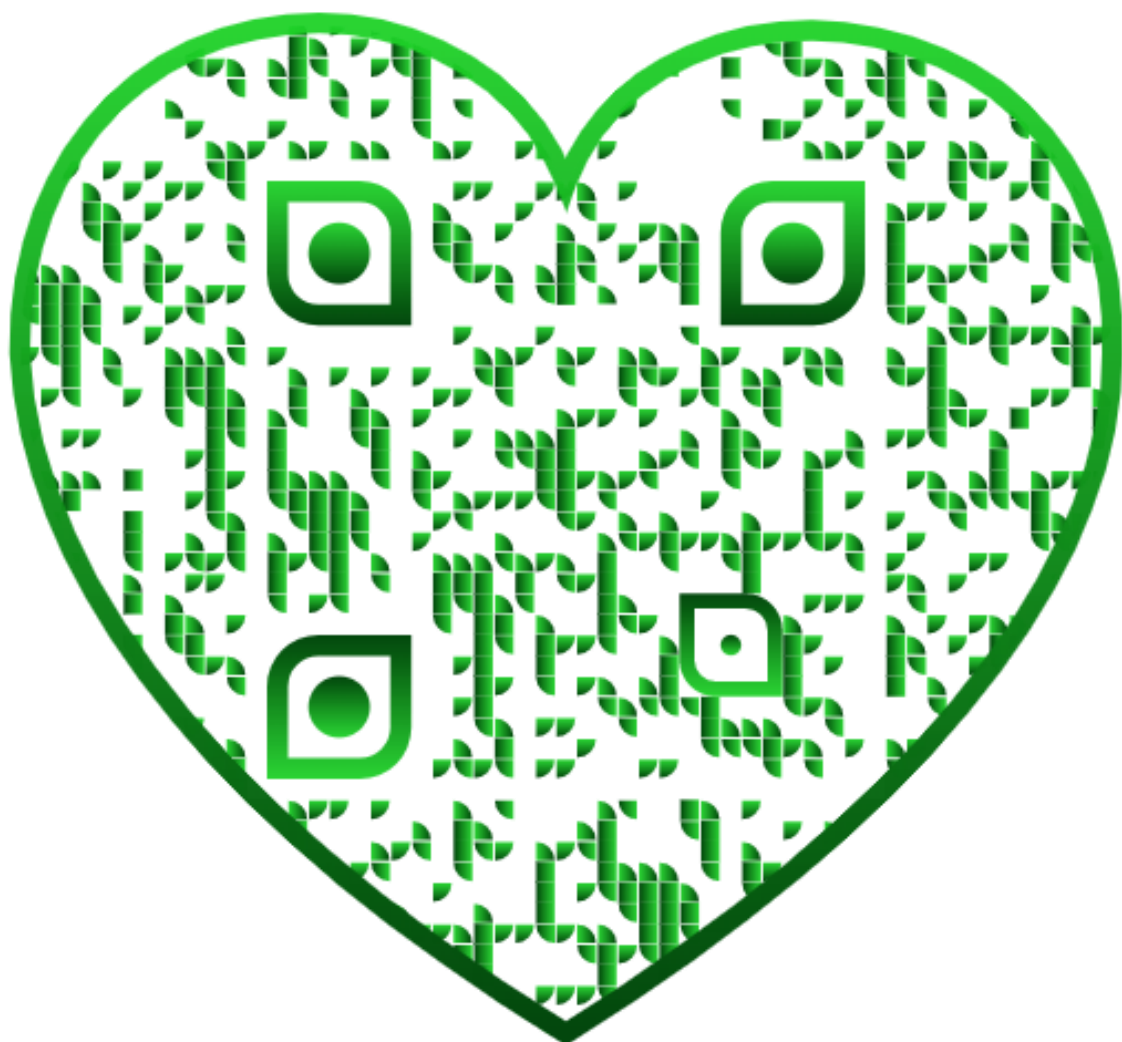
CLÓVIS MOURA

Introdução ao Pensamento
de
EUCLIDES DA CUNHA

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

Doação: Inúmeros



IFC

928.09

C 914 m

capa de

EUGÊNIO HIRSCH

Índice

Duas Palavras —	5
CAPÍTULO I	
Euclides da Cunha e a Cultura Brasileira —	7
CAPÍTULO II	
Esquemática do Mundo —	28
CAPÍTULO III	
O Republicano —	51
CAPÍTULO IV	
"Uma Questão Incômoda" —	67
CAPÍTULO V	
O Homem Brasileiro —	74
CAPÍTULO VI	
A Questão Social —	102
CAPÍTULO VII	
A Questão Agrária —	126
CAPÍTULO VIII	
O Imperialismo —	143
BIBLIOGRAFIA —	157

338 209

103975
7FCH
25260

Exemplar n.º

1959

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1964

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

**Introdução ao Pensamento
de
EUCLIDES DA CUNHA**

*"Que criatura, ó Tempo, não arrosta
o sacrifício por estar exposta
na transparência de tuas vitrinas?
.....*

*Alheios, nem sabemos quando vence
a dívida que nos penhora a ti:
quanto nos custaria a permanência?"*

GEIR CAMPOS

Duas Palavras

O presente trabalho é uma tentativa de interpretação do pensamento de Euclides da Cunha. Para tal, por questões metodológicas, dividimos o livro em capítulos que abordam os principais temas e problemas contidos na sua obra.

Tentamos ser objetivos, não procurando embelezar os seus erros, mas esforçando-nos por explicá-los através das coordenadas culturais sob as quais atuou, nelas influenciando e sendo por elas influído. Por outro lado, destacamos as antecipações do seu pensamento no conjunto da cultura dominante do seu tempo.

Para isso, tivemos de empregar um método de análise, sem o que o presente livro não passaria de um amontoado de dados sem conexão e perspectiva diacrônica que pudesse, na sua historicidade, dar sentido ao trabalho e à compreensão do pensamento de Euclides da Cunha.

Aqui não iremos nos referir ao método de interpretação que adotamos, porque êle se tornará óbvio à medida que o leitor avançar no texto.

Dentro da constelação que é a cultura brasileira, a obra de Euclides da Cunha é, por várias razões, uma das mais desfiguradas. Desfigurada pelos seus admiradores. Desfigurada pelos seus detratores. Nosso trabalho, que nada tem de definitivo e perfeito, é uma tentativa de restaurar o verdadeiro Euclides da Cunha.

Durante as nossas pesquisas tivemos o apoio de vários intelectuais. Queremos registrar os seus nomes aqui: Nélson

Werneck Sodré, pelas sugestões feitas em carta ou pessoalmente, e Alúcio Sampaio, pela pachorra de ouvir capítulos inteiros do livro, dando as suas opiniões sempre inteligentes.

Devemos um agradecimento especial ao Professor Arivélso Padilha, diretor da Casa Euclidiana de São José do Rio Preto, que nos supriu de material indispensável, como resenhas e conferências datilografadas sobre Euclides da Cunha, pronunciadas nas comemorações euclidianas, e ao Professor Zdenek Hampejs, da Tcheco-Eslováquia, pelo interesse demonstrado e o envio dos seus trabalhos sobre Euclides da Cunha, lidos em Berlim e Rostok.

Queremos destacar, porém, que somos responsáveis por tôdas as afirmações, conclusões e deficiências dêste livro.

São Paulo, 1963

O AUTOR

Euclides da Cunha e a Cultura Brasileira

JÁ HOUVE quem dissesse que a glória nada mais é do que um conjunto de mal-entendidos. As comemorações do cinquentenário da morte de Euclides da Cunha vieram confirmar esta afirmativa de modo eloquente. Os inúmeros trabalhos publicados sobre a sua obra e o seu pensamento são tão contraditórios que nos deixam perplexos.

Há muita paixão nos escritos sobre Euclides da Cunha — paixão inspirada na sua vida, com reflexos visíveis na tentativa de análise da sua obra — além da vontade de opinar de maneira improvisada, de orelhada, a respeito de um escritor contraditório e complexo. A bibliografia a seu respeito aumenta dia a dia e há, mesmo, inspirado nêle, um culto organizado, que reverencia mais um mito que se criou do que o saldo objetivo do seu trabalho de escritor, dentro do quadro da cultura brasileira.

Disto ressalta um fenômeno curioso: muitas das deficiências apontadas como contidas na obra do autor de "Os Sertões" não são mais do que deficiências reflexas de quem o critica. Fenômeno idêntico se verifica — embora no sentido inverso — nos trabalhos apologéticos.

Um dos problemas mais ventilados pelos críticos de Euclides da Cunha é o da aquilatação do valor científico de sua obra, especialmente do seu maior livro, nos diversos comparamentos das ciências sociais. Isto, no entanto, não tem sido

possível como era de desejar-se. O painel trágico e dramático da morte do escritor pesa emocionalmente naqueles que tentam esse levantamento. Acresce ainda dizer que o estilo literário de Euclides da Cunha influencia de maneira poderosa esses estudiosos que *param* no estilo, na carpintaria literária da obra euclidiana, sem realçarem, como seria necessário, a contribuição dessa obra como degrau no desenvolvimento do pensamento social e das ciências sociais em nosso País.

Os literatos apoderaram-se do legado euclidiano e — manipulando à larga frases encomiásticas sobre a montagem estilística e literária de sua obra — omitem o que é para nós fundamental no seu pensamento. As questiúnculas, os detalhes, as análises anódinas de períodos e trechos, as discussões bizantinas sobre coisas sem importância, o devassamento, inclusive, da sua vida íntima, têm sido o prato de resistência desses belettristas. O pensamento do escritor — como já dissemos — o seu saldo global inserido no processo de tomada de consciência da *intelligentsia* nacional, ficou intacto, virgem, sem que se conseguisse, de maneira satisfatória, um enquadramento objetivo dos seus aspectos fundamentais.

Por outro lado, o panorama dos estudos sociais no Brasil — com preocupações voltadas para uma atividade universitária rigidamente empírica, inimiga das grandes sínteses — contribui para que Euclides da Cunha seja desprezado por aqueles que deviam estudar o seu pensamento e continue sendo pasto de belettristas e foco de análise de professores de estilística. O lado científico de sua obra é subestimado. Sua contribuição de estudioso que objetivava o conhecimento da realidade brasileira, desconhecida. Sua herança, arquivada sem ser discutida. A deformação apologética — “por protesto e adoração” — apagou, também, o verdadeiro Euclides da Cunha, que foi substituído por um mito, uma racionalização afetiva. Passou a ser escritor para ser admirado — não estudado. Cita-se nos momentos necessários, mas nunca compreendido dentro da evolução do pensamento brasileiro. Ou gênio, que tudo que disse está certo ⁽¹⁾, ou literato, que fez estilo com o drama de Canudos ⁽²⁾.

Desta forma, tentar-se fazer um levantamento imparcial da contribuição dada por Euclides da Cunha ao conjunto da cultura brasileira é tarefa que requer muito cuidado e isenção,

além dos conhecimentos básicos necessários à empresa. Ele só pode ser feito através de parcelas de estudos sérios, que apontem os valores permanentes do legado euclidiano e destaquem, igualmente, as suas limitações, os seus erros.

Isto exige não apenas estudos dos livros em questão e artigos dispersos em jornais do tempo, mas, praticamente, a reelaboração crítica de todo um período de nossa formação cultural, vendo-se, inclusive, a cultura como um processo dinâmico e a *intelligentsia*, como uma camada com função específica: retratar a autoconsciência da sociedade a que serve.

À medida que um autor contribui para essa tomada de autoconsciência social, terá construído uma obra que coopera para impulsionar a sociedade; à proporção que sua obra contribui para a alienação da realidade social, terá retardado o processo dinâmico de desenvolvimento. Porque — conforme veremos adiante — as sociedades, à medida que adquirem consciência de sua problemática emergente, criam dois tipos de intelectuais, já que essa problemática é dicotômica: um que serve conscientemente ao desenvolvimento da sociedade e outro que, consciente ou inconscientemente, procura retardá-lo.

Isto nos leva a concluir — no caso de Euclides da Cunha especialmente — que, sem uma perspectiva capaz de situar sua obra historicamente, dentro das correntes e teorias que nos chegavam da Europa e das próprias deficiências dessas teorias, não abstratamente, mas enquadradas no contexto social do Brasil da época, será ilusório, não digo julgar, o que seria temerário e pedante, mas, pelo menos, traçar uma coordenada realista da sua contribuição à nossa cultura.

A história das ciências sociais em nosso País tem, na obra de Euclides da Cunha, o seu ponto crítico.

Ela serviu como elemento catalizador, congregou no seu corpo conceptual tendências esparsas, pensamentos subjacentes para — em seguida, no sentido inverso — influenciar os estudiosos que depois dele se propuseram analisar a nossa realidade.

O processo de tomada de consciência de nossa realidade social reflete-se na obra de Euclides da Cunha antinômicamente; forma uma contradição. De um lado há o reconhecimento da necessidade de serem a literatura e a ciência formas de conhecimento, fatores instrumentais no processo do desenvol-

vimento social, integrados no quadro da sociedade em transformação. Sua intenção de voltar-se para os nossos problemas, apontando soluções para eles, mostra como Euclides da Cunha encontrava no seu trabalho de escritor uma dimensão participante. Este foi o lado de abordagem que o conduziu a procurar uma tomada de consciência social e política. Do outro lado, porém, apoiava-se em teorias, hipóteses, métodos e mestres, em um cabedal de conhecimentos que não o ajudava a desvendar os véus que cobriam as soluções dos problemas brasileiros. As interpretações que dá às possibilidades do nosso homem e as limitações que faz aos mestiços bem refletem essa contradição, essa posição de escritor ideologicamente alienado, mas sensível aos problemas da sociedade brasileira.

Euclides da Cunha foi também atingido pelo momento crítico por que passavam as ciências sociais. Na época em que o seu maior livro apareceu, não somente no Brasil mas também na Europa a procura de uma teoria capaz de interpretar cientificamente a realidade social e descobrir as suas leis mais gerais de desenvolvimento estava passando por um processo efervescente de gestação.

A Sociologia vinha das grandes sínteses inconsistentes de Comte e Spencer e se encontrava estacionada em um estado confuso de elaboração. Por outro lado, já sofria no seu contexto valorações ideológicas que a alienavam da possibilidade de dar explicação exata e objetiva dos fenômenos sociais na sua dinâmica. Preconceitos de classe impediam que o estudioso — especialmente o sociólogo — descobrisse as leis do desenvolvimento social, já que *desenvolvimento* quer dizer *mudança* através do choque dos contrários, o que apavorava esses pesquisadores, pois as ideologias que formavam o sistema conceitual desses autores, ao invés de penetrarem na realidade, acrescentavam alguma coisa a ela, sem descobrir-lhe a essência⁽³⁾.

A *alienação* no processo do conhecimento surgia, desta forma, dentro de uma ciência que já vinha com a "marca de fábrica" da burguesia industrial e tinha como função explicar — dentro dos padrões de idéias e valores dessa classe — as modificações profundas por que passavam instituições até então tidas como eternas e imutáveis, abaladas a partir da Revolução Industrial. O próprio surgimento da Sociologia tem um sig-

nificado sociológico. Assim como as grandes utopias da Renascença e dos socialistas pré-científicos expressavam — dentro de redomas ideológicas que limitavam o campo de conhecimento da dinâmica social — as aspirações semi-inconscientes das classes e camadas que se desenvolviam, a Sociologia foi, também, expressão da autoconsciência de uma classe no poder: a burguesia. Daí essa Sociologia não poder, como *disciplina acadêmica*, explicar o processo objetivo do desenvolvimento da sociedade contemporânea. E já houve mesmo, dentro do conglomerado que forma atualmente o conjunto do pensamento sociológico acadêmico, quem negasse a própria evolução.

A Sociologia acadêmica, como dissemos, especialmente nos países subdesenvolvidos, constitui-se num corpo teórico usado por esses sociólogos com o objetivo de escamotear a mudança social e defender a estrutura da sociedade capitalista, negando, inclusive, a existência de leis objetivas na sociedade⁽⁴⁾.

Vê, além disso, o problema da luta de classes, isto é, o conflito imanente, como patologia social e não como um processo histórico-natural, dando, assim, ao *conflito* uma conotação que leva a que se exija o *contrôle*. Ainda guarda, dentro do seu bôjo, as premissas que a transformam em uma teoria empírica, microsociológica, incapaz da abordagem científica do processo global da sociedade como unidade antinômica, mas vendo a sociedade como uma unidade orgânica unitária, onde a contradição só entra como elemento de desequilíbrio das partes que deviam estar harmônicamente distribuídas. É, finalmente, um corpo de doutrinas que atua não apenas para justificar o sistema atual, mas tem funções práticas específicas: *organização racional* do trabalho nos quadros da produção capitalista, planificação de empresas, controle da opinião pública, etc. A Sociologia acadêmica tem por outro lado, uma particularidade que a distingue e que lhe é específica: os sociólogos vendem sua força de trabalho às classes dominantes, como *sociólogos*, a instituições ou empresas — faculdades, departamentos de pesquisas, entidades patronais — e colocam a serviço dessas instituições as técnicas de pesquisa que objetivam a melhorar o controle, a disciplina dessas empresas, ou a resolver problemas políticos, dentro dos quadros institucio-

nais vigentes, de uma sociedade em franco processo de transformação social (⁶).

É, em última análise, dentro das diversas escolas ou diferenças de detalhes, um corpo de doutrina que defende, resguarda, não apenas no seu aspecto ideológico mas prático também, a ordem capitalista (⁶).

Isto não significa que os iniciadores da Sociologia, e, mesmo, em um certo sentido, os seus continuadores acadêmicos, sem conseguirem explicar cientificamente os fenômenos sociais, não tivessem dado um passo à frente no processo do conhecimento. O pensamento desses autores, embora refletindo todo o rescaldo de uma luta ideológica que espelhava a luta das classes fundamentais da sociedade capitalista, contribuiu para que um novo e mais objetivo método de abordagem dos estudos sociais fosse estabelecido. Metodologicamente, representou a explicação dos fatos sociais por uma causação natural, eliminando qualquer força sobrenatural (deuses, demônios, exorcismos ou um "espírito social") das leis que regem a sociedade.

Do ponto de vista ideológico, porém, foi a tomada de consciência de uma classe que, instintivamente, criou o seu sistema conceptual de defesa (⁷).

Daí ter surgido, no outro pólo, o marxismo como expressão independente, autoconsciência da classe operária. É o seu corolário político: o socialismo. Essa ideologia, no entanto, cuja primeira obra de maturidade é a "Miséria da Filosofia" de Marx, publicada em 1847, (⁸) não podia, de chofre, penetrar nos diversos setores do conhecimento científico.

Isto por duas razões capitais. A primeira é o fato de ainda não ter sido incorporada, na época, como concepção do mundo, ao acervo mental dos pensadores que estudavam as ciências sociais. Esses estudiosos tateavam ainda em uma semi-escureidão no campo da síntese, embora produzissem contribuições valiosas nos setores de sua especialidade. A segunda razão — para nós mais importante do que a primeira — nasce do próprio papel operacional do marxismo como ideologia. Expressando essa teoria, nas suas categorias, os interesses antagônicos aos da classe que está no poder, tinha de chocar-se com os conceitos sedimentados na camada que, pela

sua própria função social, manaja, nos quadros das instituições dominantes, a abstração científica: os *intelectuais académicos*.

Se não partirmos de uma posição dialética para enfocar o fenômeno — o caso de Euclides da Cunha é ilustrativo em particular, como veremos — não entenderemos a essência do problema. Não poderemos compreender como êle, vindo de uma formação teórica bastante confusa, conseguiu escrever uma obra que reflete alguns dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, muitas vezes desenhando esboços de interpretações até hoje aceitáveis.

As ideologias que representam uma determinada classe social só conseguem atrair elementos de outras à medida que a classe que elas representam — isto é, o fundamento material da qual são emanação teórica, ou, em outras palavras, a parte objetiva da qual são a expressão subjetiva — afirma-se política e socialmente. A classe operária só consegue que a sua ideologia atinja outras camadas e classes à medida que se desdobra, quer do ponto de vista de quantidade, quer do ponto de vista de tomada de consciência. Essa *função* das ideologias levou Hans Freyer a afirmar que só sabe algo socialmente quem quer algo socialmente (⁹).

O quadro do pensamento social no Brasil, na época de Euclides da Cunha, não espelhava nenhuma influência profunda do marxismo. Era impossível que a *intelligentsia* brasileira, sem sofrer nenhum impacto político da classe operária, o aceitasse independentemente das *praxis* social, o que seria tentar colocar o conhecimento nas nuvens. A classe operária brasileira saíra, havia pouco tempo, da escravidão. O desenvolvimento econômico do País, embora tendo se intensificado a partir da segunda década do século XIX, não possuía condições que proporcionassem o desenvolvimento do marxismo entre a intelectualidade, quer pela própria formação da mesma, oriunda de uma burguesia fraca e conciliadora, quer pela herança cultural que carregava, fortemente injetada de teorias que se formavam na Europa procurando combater o marxismo. O próprio Euclides da Cunha, mesmo conhecendo o marxismo como corrente de opinião, não podia aceitar essa teoria como *weltanschauung*.

O Brasil do século XIX herdara — do ponto de vista filosófico — a herança que as lutas pela independência haviam

obrigado a nossa *intelligentia* a teorizar. O que foi muito pouco. Sofremos a influência rala dos enciclopedistas franceses, conhecidos de oitava, pela rama, vendo-se-lhes somente o lado político das obras (10). Essa influência foi substituída posteriormente pelo ecletismo de Cousin, exatamente naquela fase de fastígio patriarcal que caracterizou o segundo reinado (11).

As indagações dos estudiosos que desejavam um instrumento conceitual para explicar e ao mesmo tempo transformar a realidade nada encontravam aqui teorizado. Para expressar o processo emergente da tentativa de tomada de consciência social recorriam às teorias e hipóteses que eram elaboradas na Europa. Desta forma, nós vemos um Sílvio Romero recorrer-se da escola de Le Play, Manoel Bonfim do organicismo e Tobias Barreto do pensamento germânico quando procuravam interpretar, compreender e tirar ilações práticas da situação brasileira. Mesmo um estudioso como Nina Rodrigues, que procurou — através de pesquisas originais — fazer uma análise da herança do negro, concluiu que ele não tinha capacidade, por questões biológicas, de compreender as abstrações do cristianismo (12).

A mentalidade dessa intelectualidade que procurava concretamente uma solução para os problemas nacionais estava limitada no seu campo de conhecimento pela faixa de preconceitos e interesses que o racismo representava como ideologia. As metrópoles conseguiam, assim, de qualquer maneira, atirar sobre as colônias e países subdesenvolvidos o estigma da inferioridade congênita, inapelável.

Na Europa, o problema da Antropologia já surgia com matizes nítidos de escamoteação. O racismo aparecia, portanto, pintado de cores científicas; embora os antropólogos da época tivessem trazido contribuições parciais para o desenvolvimento dessa disciplina, suas conclusões, frágeis e inconsistentes, desempenhavam um papel: justificar o domínio que os povos "superiores" exerciam sobre os "inferiores".

No entanto, os nossos pensadores da mesma época, ao se valerem dessas teorias tinham objetivos muito diferentes. Desejavam explicação científica de uma série de problemas. Mas a formação de classes e camadas sociais aqui se processara em ritmo muito acelerado, não se formara uma crosta teórica que

enquadrasse, dentro de uma sistemática, esses problemas. O próprio Euclides da Cunha assim pensava e escreveu que "as novas correntes, forças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas — do contismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer — o que trouxeram, de fato, não foram princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século" (13).

Outros escritores — como é o caso de Tobias Barreto — ao se colocarem teoricamente contra o positivismo tinham em mira, muitas vezes, do ponto de vista prático, os mesmos objetivos dos contistas. Em um ensaio por muitos títulos interessante, Antônio Paim mostra como o autor do "Discurso em Mangas de Camisa", ao colocar-se ao lado do germanismo, procurou, ao mesmo tempo, ligá-lo à nossa realidade, *nacionalizando-o* por assim dizer (14).

Dentro do caudal composto pelos interesses da intelectualidade que desejava compreender os problemas estruturais da sociedade brasileira, as escolas, teorias, métodos e princípios se confundiam, entremesclavam-se e muitas vezes se combatiam. Faltava, ainda, como aliás ainda falta até hoje à maioria da nossa *intelligentia*, uma visão que refletisse o nosso ser e não fôsse apenas transbordamento ideológico das metrópoles nos países de economia periférica.

O conhecimento da problemática nacional, mesmo dentro dos quadros da intelectualidade burguesa, estava empanado por um reflexo não apenas intelectual, mas estrutural, isto é, econômico, político e ideológico, que a nossa situação colonial absorvia sem filtrar. Dobravam-se assim sobre o complexo colonial aqueles que procuravam, não apenas analisar mas, também, resolver os nossos problemas. Tavares Bastos, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Manoel Bonfim, Tobias Barreto e os demais sofriam a pressão de cima para baixo, que advinha da nossa situação de semicolônia e, mesmo procurando reagir em face da situação objetiva a que se encontravam expostos, não chegavam a uma compreensão global do problema nem mesmo do ponto de vista de autoconsciência burguesa.

A transplantação de idéias, teorias, hipóteses ou argumentos de uma sociedade para outra determina o seu enquadramen-

to dentro de uma constelação sociológica inteiramente nova, e conseqüentemente exige que elas desempenhem uma *função* diversa da originária. É que as idéias não são independentes do contexto social de onde emergem e sempre exercem um papel específico de acordo com as necessidades das classes sociais que delas se aproveitam. Daí Manneheim afirmar — ao enquadrar o problema do conhecimento — que a “própria autoconsciência não surge da mera contemplação, mas somente através de nossas lutas com o mundo, isto é, no decorrer do processo em que pela primeira vez nos tornamos conscientes de nós mesmos”⁽¹⁵⁾.

Essa prática social exige, como é óbvio, no campo teórico, princípios que sintetizam essa situação real e, ao mesmo tempo, dinamizam a realidade. Essa necessidade de dinamização, que nasce do conhecimento da necessidade de mudança social, levou os pensadores brasileiros da época de Euclides da Cunha a um trabalho de assimilação de autores que também plasmaram suas teorias num processo dinâmico de transformação.

Mas, como essa transformação é bipolar, eles não compreenderam que estavam usando os elementos conceptuais da classe que se expandia sobre os povos subdesenvolvidos, ao procurarem defender a soberania nacional. O que era uma contradição e não fazia sentido. Foi a prática que levou esses estudiosos a usarem elementos teóricos dos autores de países capitalistas desenvolvidos para explicarem aspectos da nossa realidade semicolonial. Mas, a própria necessidade social que os impelia a essa atitude analítica levou-os, por outro lado, a conclusões que se chocam frontalmente com os interesses e os postulados teóricos desses ideólogos alienígenas, fato que é inexplicável se não atentarmos na marcha contraditória do fenómeno.

A ideologia colonialista que esses autores hauriram deixando-os sem visão realista de análise, dobrados — como já dissemos — sobre o complexo colonial, não impediu, no entanto, que, em determinados momentos, fôsem também atingidos pela realidade objetiva, pelos fatos, e emitissem conceitos que condiziam com a necessidade de sua época, do ponto de vista nacional. A influência de Spencer sobre Euclides da Cunha — conforme analisaremos posteriormente — é uma

contradição para quem, como êle, desejava resolver os problemas existentes do ponto de vista de uma maior afirmação nacional, se não levamos em conta os aspectos acima enunciados.

Não se pode, portanto, fazer um ajuizado realista das obras desses autores através de simples paralelos mecânicos e sem consistência mais profunda. As chamadas *influências* não se cifram apenas às de leituras de autores estrangeiros, mas configuram todo um conjunto de subordinação do Brasil como nação, subordinação que decorrerá, em última instância, da nossa situação econômica.

Deve-se, portanto, ver situações reais e necessidades reais de uma sociedade em transformação: o pensamento dominante que daí decorre é consequência de uma estrutura determinada e corresponde às necessidades das classes que estão no cimo da pirâmide social. Essas *influências* são, portanto, concordâncias, vínculos ideológicos que ligam a cartilagem dos interesses materiais das metrópoles à subserviência da intelectualidade *alienada* dos países subdesenvolvidos⁽¹⁶⁾.

Podemos ver, *grosso modo*, quatro fases fundamentais e marcantes da evolução do pensamento de Euclides da Cunha, sem que isto implique uma separação estanque entre elas ou a impressão de que essas fases se processaram sem contradições profundas. O que seria absurdo, principalmente em se tratando de Euclides da Cunha, um dos pensadores mais contritórios da cultura brasileira, conforme procuraremos demonstrar. Destacamos essas fases, portanto, como sendo o *lado dominante* no seu sentido típico, sem que aceitemos a possibilidade de uma posição consciente de Euclides da Cunha em relação às mesmas. O que aconteceu foi, pelo contrário, uma evolução inconsciente, ditada, entre outras coisas, pela sua imensa curiosidade intelectual, mas, principalmente, pela evolução da situação social, cultura e política do Brasil. Sobre este aspecto voltaremos a insistir.

Vejamos, portanto, quais as fases que julgamos nodais no processo de desenvolvimento do pensamento de Euclides da Cunha:

1) Da Escola Militar à ida a Canudos. Caracteriza-se por uma predominância acentuada do positivismo comtiano e do spencerianismo, com alguma influência dos socialistas utópicos;

2) Da ida a Bahia (Salvador), para assistir, como correspondente de guerra, a luta de Canudos, até sua chegada ao local, permanência e regresso, fase que se caracteriza por uma posição crítica à ortodoxia republicana. Predomínio dos fatos sobre as teorias que abraçava;

3) Do regresso de Canudos à elaboração de "Os Sertões". Nessa fase, Euclides da Cunha, já distante dos fatos, procurou lastrear o seu pensamento com teorias em voga na época, que em nada o ajudaram a compreender e interpretar a essência do problema que ele presenciara no interior baiano. Preponderância do racismo no seu pensamento. Retrocesso ideológico.

4) Da publicação de "O Sertões" ao seu concurso de Lógica. Tentou uma revisão mais profunda de suas posições teóricas, procurando, através de uma atitude eminentemente crítica, descobrir novos postulados ideológicos e metodológicos para interpretar a realidade brasileira.

Impulsionado pela nossa realidade, mas travado pelas correntes de pensamento em voga no seu tempo, correntes que eram difundidas antes de uma digestão maior pelos membros da nossa *intelligentsia*, Euclides da Cunha — sempre torturado por essa realidade — não conseguiu, todavia, uma conceituação autoconsciente da realidade brasileira, mas, por outro lado, não caiu em uma alienação total, completa, da nossa problemática social.

Para explicarmos esta meia-posição de Euclides da Cunha devemos ver — para que a visão não fique deformada ou incompleta, conforme já acentuamos linhas acima: o tempo em que ele escreveu; as correntes de pensamento dominantes; como se comportava a nossa *intelligentsia*; as influências ponderáveis da "ciência" colonialista; o grau de penetração do racismo e a própria insuficiência da nossa intelectualidade produzida ante o complexo colonial.

Era a época em que Machado de Assis, ao referir-se ao drama de Canudos, fazia humor — trágico humor por sinal — e protestava contra o fato de não terem os sabres da polí-

cia *resolvido* antecipadamente o problema que perturbava a tranqüilidade republicana (17). Época em que Rui Barbosa, incontestavelmente uma grande voz liberal, não tinha coragem, oportunidade ou suficiente amadurecimento político para pronunciar no Senado o discurso que escreveu em defesa dos camponeses assassinados pelo Exército (18).

Euclides da Cunha foi o único que — dentro das redomas ideológicas limitadas que possuía, mas muitas vezes reagindo sobre elas — uniu o seu destino de escritor ao dos camponeses insubmissos. E ao mesmo tempo deu ao seu livro monumental um sentido participante, elevado, dando exemplo de qual é a função social do escritor.

Com muito acerto diz Gilberto Freyre que "era o tempo em que o velho Machado, escondendo-se por trás de personagens sempre brancos, ioiós sempre finos, se fazia adivinhar no *humor* dos seus romances — talvez os mais profundos que já se escreveram na língua portuguesa — quase um inglês tristonho desgarrado nos trópicos, embora resignado à doçura da vida suburbana de chá com torrada, partida de gamão e modinhas ao piano, nos sobrados velhos e nas chácaras cheias de escravos e de árvores do Rio de Janeiro de D. Pedro II. O tempo em que Joaquim Nabuco, ao retratar-se menino fidalgo da casa-grande de Massangana, em páginas de saudade profundamente viril, que não de ficar para sempre em nossa literatura, arredava da vista do leitor, com um pudor de moralista da época victoriana, o que parece mais cruamente brasileiro, só faltando fantasiar as jaqueiras exuberantes e quase obscenas de Pernambuco de olmos ascéticos de algum recanto do norte, não do Brasil, mas da Inglaterra. O tempo de Coelho Neto, de Olavo Bilac, do Doutor Francisco de Castro, de B. Lopes, de Domício da Gama, de Alphonsus de Guimaraens, da estréia de Afrânio Peixoto, dos primeiros triunfos de Graça Aranha. O tempo em que Afonso Arinos, descrevendo cenas dos sertões mineiros, não conseguiu se identificar com os aspectos mais antieuropeus da paisagem e da vida sertanejas, permanecendo diante delas o mesmo simpático que Eduardo Prado ou o Visconde de Taunay (19).

Isto no plano meramente literário, sem falarmos no político. O que existia, portanto, na época de Euclides da Cunha era o marasmo enervante. A apatia. O conformismo pós-

-republicano. O cosmopolitismo *snob*. As acomodações. Marasmo, apatia e acomodações inteiramente opostos ao seu temperamento ⁽²⁰⁾. Sílvio Romero que, aliás, saudou Euclides da Cunha em discurso nada acadêmico, quando do seu ingresso na Academia Brasileira de Letras, referiu-se ao esforço negativo de *reformatar pelas cimalhas* a que aludira o autor de "Os Sertões", e da ameaça dos milionários alienígenas se apoderarem "diretamente da produção das fazendas" ⁽²¹⁾.

Ao invés dos deslumbramentos que desejavam os escritores de punhos de renda, Euclides queria o cipó, a terra, os rios, o carrascal, as sêcas, os igarapés e as pororocas, o duro percorrer da nossa geografia para melhor captar as condições sociais do homem brasileiro ⁽²²⁾.

(1) "A importância de "Os Sertões" como fonte de informações e observações sociológicas, numerosas vezes elogiada, algumas vezes esboçada, nunca foi, até agora, examinada com a atenção que a obra merece. Não escapa Euclides da Cunha ao destino de muitos escritores e cientistas afamados: o de ser continuamente glorificado e raramente estudado.

Em parte, explica-se esse descuido pelo ritmo do desenvolvimento econômico do país. A incorporação do sertão à esfera da economia moderna não se processou com a rapidez necessária (neste ponto Euclides da Cunha se enganara), para tornar a investigação dessa faixa do território brasileiro tarefa urgente, nem torná-la sequer uma questão de futuro próximo. Existiam muitos outros problemas, em parte realmente, em parte aparentemente mais urgentes para o país e, por isso mesmo para a ciência, além do problema dos sertões longínquos do Nordeste. Daí uma certa falta de atualidade prática do livro que parecia representar para muitos apenas um precioso documento literário e estético. Além disso, o gênio de Euclides da Cunha — com sua agudeza excepcional de observação e intuição sociológica deveras surpreendente — constituiu também um obstáculo para a valorização imediata da obra em proveito da Sociologia. Devia a nossa ciência desenvolver a sua nomenclatura, devia passar mais de uma geração de cientistas sociais brasileiros para "descobrir" realmente a relevância sociológica da obra-prima de Euclides da Cunha". (Heller, Frederico: — "Canudos, símbolo de um conflito cultural", in "Sociologia", Vol. IV, n.º 3, 1942, p. 239).

(2) "Exclua-se, portanto, da admiração por *Os Sertões*, a impressão errônea de estarmos diante de uma obra científica. Este julgamento é falso, essa interpretação é idiota, essa apreciação é infantil" (Freire, Dorian Jorge: À Margem de "Os Sertões", in "Revista Brasileira", n.º 24, p. 100). O autor do artigo continua fazendo considerações disparatadas e horizontais, afirmando que "Euclides jamais cantaria os motivos de José de Alencar, como o cea-

rense nunca conseguiria entender aquilo que aos olhos de Euclides causou impressão marcante", esquecendo-se que a obra de José de Alencar não é apenas "O Guarani", mas também "O Sertanejo", que retrata o mesmo tipo visto por Euclides, e "O Gaúcho", sobre um dos tipos regionais descritos pelo autor de "Os Sertões".

"Nada sobre o regime semifeudal, a economia semifeudal, com o latifúndio esmagando os camponeses", diz adiante Dorian Jorge Freire, quando Euclides da Cunha foi um dos primeiros, senão o primeiro, a chamar as relações sociais no campo, em nosso país, de "feudalismo tacanho". Depois de chamá-lo de "autor de manifestos socialistas" (?), acoima-o de "polígrafo por excelência, homem de altos estudos, geólogo, geógrafo, etnólogo, engenheiro", quando antes o achara "despreparado".

Esta forma simplista e primária de se fazer a crítica de um livro tão complexo como "Os Sertões" é o ônus que Euclides da Cunha paga àqueles que desejam glória atacando a sua. Por outro lado, a ladainha apologética e a crítica sem veracidade se completam na incompreensão a Euclides da Cunha.

(3) No Brasil, em decorrência da nossa posição estruturalmente subordinada, esse tipo de Sociologia ainda predomina. A sua crítica vem sendo feita ainda muito timidamente. Devemos destacar nesse sentido: L. A. Costa Pinto: "Sociologia e Mudança Social", in "Revista Brasileira de Ciências Sociais", n.º 1, Vol. I, pp. 5 ss. J. Miglioli: "Sociologia Oficial Versus Desenvolvimento", in "Estudos Sociais", n.º 8, pp. 419 ss; Tocary Assis Bastos: "Posições Metodológicas em Sociologia", in "Revista Brasileira", n.º 21, pp. 100 ss; Astrojildo Pereira: "Sociologia ou Apologética?", in "Interpretações", Rio, 1944, pp. 161 ss; Caio Prado Júnior: "Sociologia e Métodos Sociológicos", in "Fundamentos", n.º 7/8, pp. 23 ss; Jacob Gorender: "Correntes Sociológicas no Brasil", in "Estudos Sociais", n.ºs 3-4, pp. 334 ss; Guerreiro Ramos: "Introdução Crítica à Sociologia no Brasil", in "Revista Brasileira", n.º 41, pp. 91 ss; e "Radicalização da Teoria Social", de Herbert José de Souza, in "Revista Brasileira", n.º 41, pp. 161 ss. São artigos de valor desigual, escritos em épocas diferentes, devendo-se destacar o de Astrojildo Pereira pelo seu pioneirismo (foi publicado originalmente no jornal "A Classe Operária", de 1.º de maio de 1929), o de Caio Prado Jr., pela crítica lúcida à metodologia da Sociologia "made in USA", e o de Jacob Gorender, pela sua coragem polêmica.

(4) "Na América Latina, e no Brasil especialmente, surge im- periosa a necessidade de uma atitude crítica ante todo esse material que, mais ou menos desorganizadamente, está sendo importado e amontoado em nossas faculdades e bibliotecas, material que já vem semimorto de origem e que aqui é apresentado, não raro, como ciência pura, autêntica e fecunda. Pretender, como se tem pretendido, "plantar de galho" em nosso meio, sem grandes tradições universitárias nesse domínio, fórmulas acadêmicas já ultrapassadas no próprio

berço — eis uma tentativa que já trouxe, e ainda está trazendo, desilusões a muita gente e que, longe de contrabalançar nossa temperamental sociologia pitoresca ou demagógica, dá-lhe vida, campo e meios de continuar fazendo os seus sucessos de fogo de artifício.

Escusado é dizer, por outro lado, que essa reação antiacadêmica defronta sempre com o perigo da hipercrítica, perigo tanto maior quanto para ele contribui o estado primário em que ainda se encontra, no nosso meio cultural, o hábito salutar de pensar cientificamente sobre a sociedade; a ausência de espírito crítico e o exagero hipercrítico têm iguais probabilidades de serem cómodas alternativas indiferentemente escolhidas pelo pensamento sociológico larvário, nesta hora de crise para a sociedade e para a sociologia" (Costa Pinto, L. A.: "Sociologia e Mudança Social", in "Revista Brasileira de Ciências", Vol. I, n.º 1, p. 13).

(5) Daí o interesse de certas instituições desenvolverem centros de pesquisas sociais. E mesmo as subvenções que empresas capitalistas concedem às pesquisas sociológicas.

(6) Cf. "Sociologie et Mythes Sociaux aux États-Unis", Frances, R., in "La Pensée", n.º 50, 1953, pp. 51 ss.

(7) Esta tomada de consciência *alienada* pode muito bem ser verificada se o estudioso não estiver ideologicamente ligado às classes dominantes, através de uma análise da própria bibliografia sociológica. Quase nada do que foi escrito até aqui por esse tipo de estudiosos justifica a posição da Sociologia dentro dos quadros do pensamento científico. Um dos sociólogos mais representativos dessa Sociologia escreveu que "os serviços dos verdadeiros cientistas sociais serão tão necessários aos comunistas como aos fascistas e democratas, assim como são os dos físicos e dos médicos" (...). "A ciência não nos proporciona mais do que um carro e um condutor. Não nos diz diretamente, como ciência, para onde devemos ir". (G. A. Lundberg: "El Futuro de las Ciencias Sociales", in "Revista Mexicana de Sociología", ano V, Vol V, n.º 2, pp. 251 ss.).

(8) Sobre os trabalhos anteriores de Marx caberia uma série de considerações que, no entanto, não podem ser feitas dentro do plano do presente trabalho.

(9) Freyer, H.: "La Sociologia Ciencia de La Realidad", B. Aires, 1944. Convém assinalar, no entanto, que não concordamos em absoluto com a Sociologia de Freyer, que poderá conduzir, ou melhor, inevitavelmente conduzir, a uma análise irracionalista da realidade, porque o simples querer como vivência individual, como *drama*, não determina a realidade objetiva. Pelo contrário. O querer só se transforma em uma força quando condiz com o desenvolvimento objetivo da sociedade. O *querer* das classes que estão em posição contrária a esse desenvolvimento e, portanto, fadadas a serem substituídas, não conduzem nunca ao *conhecimento*, mas à *alienação*.

(10) "Nesse sentido, referindo-se ao atraso intelectual dos brasileiros, em fins do século XVIII e princípios do seguinte, disse o

historiador Armitage que "as histórias da Grécia e Roma, o *Contrato Social* de Rousseau e alguns volumes dos escritos de Voltaire e do Abade Raynal, que haviam escapado à vigilância das autoridades, formavam as únicas fontes de instrução". Comentando esse passo, diz Eduardo Frieiro: "Lia-se Rousseau, Voltaire, Raynal... E o inglês Armitage ainda achava pouco! Que mais queria ele que se lesse? Rousseau, um dos raros filósofos democratas do seu tempo, influíu nas idéias de Jefferson e Adams. O *Contrato Social* chegou a ser a Bíblia dos homens do Terror e desencadeou mais tormentas e catástrofes sobre a Europa e todo o mundo civilizado que as mais apaixonantes místicas a serviço dos apetites e do instinto agressivo do homem. Pois esse livrinho andava de mão em mão no Brasil, como em toda a América. Voltaire fôra o botafogo número um, o incendiário principal de uma época em que o absolutismo dos governantes, a corrupção dos aristocratas, a depravação do clero e a licença geral dos costumes já haviam carcomido. Enfim, Raynal era o autor da "Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes", um dos livros mais notáveis do século XVIII e o que alcançou mais retumbante êxito, especialmente na América. Leu-se muito esse livro, que verberava as crueldades dos colonizadores católicos nas duas Índias e apresentava originariamente a história, não como uma sucessão de batalhas e reinados, mas como determinada pelas preocupações econômicas dominantes nas nações" (Vita, Luís Washington: "O Mito de Hefestos", São Paulo, 1959, pp. 74-75). Embora discordando de Eduardo Frieiro quanto ao "corria de mão em mão", que nem num sentido metafórico se poderá aceitar, acentuamos o fato da influência dos filósofos franceses estar intimamente ligada à luta contra o nosso estatuto colonial.

(11) "A filosofia de Cousin, que coincidiu com a situação política conciliadora da sua época, não obstante ter sido quase sempre combatida como superficial, estendeu-se rapidamente, sobretudo nas penínsulas ibérica e itálica e em alguns países hispano-americanos, notadamente em Cuba e no Brasil. No Império de Pedro II foi o Ecletismo recebido com aplausos gerais, graças à inércia política daquela sociedade escravocrata e semipatriarcal, onde a luta pelo poder não passava de intrigas palacianas, onde os partidos não representavam nada de substancial, sendo manejados displicentemente por um monarca bocejante, e onde, finalmente, por essa época, o Marquês de Paraná formava o mais heterogêneo e amorfo dos governos, a que a História batizou precisamente com o predicado próprio da filosofia eclética, como o Gabinete da Conciliação". (Vita, Luís Washington: "O Mito de Hefestos", São Paulo, 1959, p. 87).

(12) "Dir-se-á que os mais representativos entre os juristas, reconhecendo a insuficiência do preparo inicial, falhos de instrução realmente científica, procuram, depois, inteirar-se dos conhecimentos positivos" (...). E agravam o mal, muitas vezes. Uma coisa é a cultura científica sistematizada, feita a tempo, nos recursos e nos pro-

cessos dos estudos positivos; outra coisa é o simples apêlo a leituras retardadas, sem a segurança de um critério didático, por sobre a restorçada e insuficiente cultura jurídica. No primeiro caso, o saber adquirido faz parte da formação essencial do mentalismo no que se refere aos aspectos gerais da vida, e vem constituir a estrutura mesma do seu espírito; um tal preparo científico precede os julgamentos filosóficos e sociais e dá-lhes uma base constante e segura. Outra coisa bem diversa é o que acontece com indivíduos que procuram um suplemento de saber quando já têm a sua mentalidade feita, inclinada em tais ou quais preconceitos — falsa filosofia ou interesseira sociologia — e o saber, tardio e mal assimilado, como emplasto sobre um pensamento viciado, serve, apenas, de justificação de compromissos e prejuízos" (...). "Tomemos, para exemplo, qualquer famoso bacharelado, bem em vista: por motivo exterior à verdadeira ciência, fez corpo com os teóricos da exploração humana e mais *arianizantes*; sente-se baldo de argumentos para justificar a monstruosidade dos conceitos que repete; mas lê, até empanzinhar-se, Le Bon, Lapouge, e quantos têm maculado a ciência em benefício do colonialismo" (Manoel Bonfim: "O Brasil Nação" (Realidade da Soberania Brasileira) 2 vols., Rio de Janeiro, 1931, Vol 2.º, pp 219-220).

(13) Cunha, Euclides da: "À Margem da História", Pôrto, p. 308.

(14) Paim, Antônio: "A Obra Filosófica e a Evolução do Pensamento de Tobias Barreto", in "Revista do Livro", Rio, 1959, n.º 14.

(15) Mannheim, K.: "Ideologia e Utopia", Pôrto Alegre, 1950, p. 156.

(16) Euclides da Cunha vislumbra o problema e escrevia corretamente: "Pensamos demasiado em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivemos em pleno colonato espiritual, quase um século após a autonomia política. Desde a construção das frases ao seriar das idéias, respeitamos em excesso os preceitos das culturas exóticas, que nos deslumbram — e formamos singulares estados de consciência, *a priori*, cegos aos quadros reais de nossa vida, por maneira que o próprio caráter desaparece-nos, folheado de outros atributos, que lhe truncam, ou amortecem, as arestas originárias.

O que se diz escritor, entre nós, não é um espírito a robustecer-se ante a sugestão vivificante dos materiais objetivos, que o rodeiam, senão a inteligência, que se desnatura numa dissimulação sistematizada. Institui-se uma sorte de mimetismo psíquico nessa covardia de nos forrarmos, pela semelhança externa, aos povos que nos intimida e nos encantam. De modo que, versando as nossas cousas, nos saltia o preconceito de sermos o menos brasileiro que nos fôr possível. E traduzimos eruditamente, em português, deslembrando-nos que o nosso orgulho máximo deverá consistir em que ao português lhe custasse a traduzir-nos, lendo-nos na mesma língua" (Euclides da Cunha: Introdução ao livro: "Inferno Verde", de Alberto Rangel, Rio, 1920, pp. 19-20). Denunciava êle o transocceanismo cultural de que nos fala o Prof. Cruz Costa, apoiado em Capistrano de Abreu. Diz

Cruz Costa que Euclides "descreveu num livro trágico a situação do homem do sertão, do grande abandonado que este é. Revelaria, através das páginas do seu livro, às elites do litoral, mergulhadas no transocceanismo a que se referia Capistrano de Abreu e que se abismavam na nostalgia paradoxal e plasmada por uma cultura para cujo processo não haviam colaborado e da qual elas eram meras consumidoras, todo o ridículo da situação". (Cruz Costa: "O Pensamento Brasileiro na Primeira Fase do Século XX", in "Revista Brasileira", n.º 15, Janeiro-Fevereiro de 1958).

(17) Dizia o velho Machado de Assis, em crônica de "A Semaninha": "Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fêz nada". (Machado de Assis: "A Semaninha", 1892-1900, Rio-São Paulo-Pôrto Alegre, p. 427).

(18) Escrevia Rui Barbosa no esboço do discurso não pronunciado: "Canudos arrasou-se; mas não é no arrasamento de Canudos que se acha o nosso maior proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis; mas não tocastes na miséria, que a produziu. A miséria é a ignorância, o estado rudimentário, o abandono moral dessas populações, sem escolas, sem cultura cristã, sem vias férreas, sem comércio com o mundo civilizado. Os jagunços são as vítimas da situação embrionária de uma sociedade enquistada ainda hoje na rusticidade colonial. A lição não está na exibição atroz de uma cabeça cortada ao corpo exumado de um louco, profanação agravada de um cadáver e de uma sepultura, espetáculo oriental, que os nossos sentimentos repelem, e que nem o pretexto da curiosidade científica absolve. A lição não está nas páginas heróicas escritas pelas nossas tropas no Cocal, em Vaza-Barris e na Favela; porque os nossos soldados não seriam dignos desses feitos memoráveis, se não tivessem a nobreza de confessar que em heroísmo os vencidos não ficaram devendo aos vencedores. (...) Mas o ensinamento sobre todos preciosos que resulta dessa tragédia, consiste na surpresa desse Brasil misterioso, desconhecido ao mundo oficial que os sertões do Norte nos acabam de revelar na fibra dessa raça talhada para competir com as mais fortes da terra, e na amostra das insuperáveis dificuldades com que deve contar o poder ou a anarquia nos caprichos de suprimir pela força a vontade do país. Supunha-se que esta nação só se compusesse da população híbrida, invertebrada e mole das cidades; mas o deserto revoltado nos fez sentir na medula do leão a substância de que se fazem os povos viris. Mas ainda outra coisa se viu: para debelar um arraial, defendido pelo frenesi de um núcleo de homens decididos a se matarem pela visão de um falso direito, foi mister um exército. Calculem agora quantos exércitos não seria necessário semear neste país, para lhe impor o cativo, imaginem se há reações militares, que não desapareçam ao sopro do direito popular, quando a nação levantada tiver a consciência, a vontade e a coragem da sua soberania.

A lição, quanto aos vencidos, está na seriedade dos nossos deveres para com essas populações entregues pela indiferença brasileira aos instintos agressivos do aborigine, está na necessidade, a que cada vez menos atendemos, de fazer menos política, de cultivar menos paixões, e pensar mais nos grandes reclamos do nosso progresso, está em que não podemos aspirar a reputação de povo civilizado, esquecendo completamente a instrução, a moralização, a cristianização desses ramos vigorosos e (palavra ilegível) da nossa própria família esparsos em regiões incommensuráveis que só conhecem o arado eleitoral" p. 303-304.

Por que não teria Rui Barbosa pronunciado o discurso? O organizador das suas "Obras Completas" comenta esse silêncio afirmando que "recuou, talvez, considerando a inutilidade do estôrgo, ou — quem sabe? — ante a náusea do cruor, da sanie, da carniça, cuja graveolência teria de ressonar enquanto gritasse a todo país a selvageria do grande crime". A nós, porém, parece ter havido causas políticas muito menos dramáticas do que as apontadas pelo comentador. O certo é que o discurso não foi proferido. (Barbosa, Rui: — "Terminação da Guerra de Canudos" (Discurso não pronunciado), Vol. XXIV das Obras Completas, Rio, pp. 299-304).

(19) Freyre, G.: Introdução a "Canudos" (Diário de uma expedição), Rio, 1939, p. IX.

(20) O inconformismo de Euclides da Cunha é atribuído mais ao seu temperamento do que à sua ideologia. Muitos procuraram até na biotipologia elementos explicativos do fato. Não concordamos porém com os que pensam assim. No decorrer do presente trabalho procuraremos mostrar como a posição ideológica do escritor é que lhe determina os atos públicos.

(21) "Segunda extravagância do gênero é a da antinomia entre a dos intelectuais, eivada de estrangeirismos de toda a casta, especialmente na capital e nas grandes cidades, e o imensíssimo número de analfabetos ou incultos que constituem a nação por toda a parte. Esta última extravagância agrava-se de um peculiar despropósito que, repetido, a toda hora, nos jornais, nos discursos e nos escritos dos que entre nós dirigem a opinião, tem produzido soma incalculável de males, desviando os governos e todos os que disso podiam curar de cumprir o seu dever para com a minoria da população nacional (...). Aos homens do trabalho no campo consideram uma turba amorfa que vai desaparecer, bandos de *sertanejos*, de *jagunços*, *caipiras*, *matutos*, *tabaréus*, *caboclos*, sem a menor valia. E não lhes ocorre, repito, que essas gentes é que, com os ex-escravos nelas hoje incorporados, criaram, com todas as falhas, a fortuna, a riqueza existente no país (...). Depois Sílvio Romero assinala que os maiores obstáculos para a compreensão realista do valor do homem do campo são "as literatices dos escritores e políticos que julgam, êles, êsses desfrutadores de empregos públicos, posições e profissões liberais, os genuínos e únicos brasileiros, a alma e o braço do povo". (Sílvio Romero: "O Brasil Social" (Vistas Sintéticas obtidas pelo processo de Le Play, Rio, 1907, pp. 11-12).

(22) "Nessa época em que todo mundo delirava por Paris, houve um escritor brasileiro que não manifestou absolutamente essa preocupação: Euclides da Cunha. Depois do êxito de "Os Sertões", consagrando-se de um momento para outro uma das grandes figuras das letras brasileiras, qual devia ser logo o propósito de Euclides? Cogitar das possibilidades de uma viagem à Europa. Tínhamos motivos para admitir que, nas suas caminhadas de engenheiro, já andasse sonhando com isso. Entretanto, tal não se dava. Desejava viajar, sem dúvida, mas para recantos bem distantes e diversos das margens do Sena; seu ideal era conhecer a fundo nossa hinterlândia, penetrar em florestas virgens, palmitar as regiões perdidas e selvagens da Amazônia.

Em carta de 1903, ao Dr. Luís Cruls, escrevia esta coisa admirável: "Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre, mas não vejo como realizá-lo". Ao invés de um passeio a Paris, expressão que andava sófregamente nos lábios de todos os confrades das letras, Euclides da Cunha queria passear no Acre, quer dizer, em lugar de um camarote de primeira em um transatlântico de luxo e hotéis confortáveis, os perigos, as dificuldades de comunicação, as asperezas e as hostilidades daquele recanto distante do Brasil. E no idealismo do seu amor à terra, no seu deslumbramento de poeta, denomina singelamente de passeio essa aventura perigosa" (Broca, Brito: "A Vida Literária no Brasil — 1900", Rio, 1960, p. 99).

Esquemática do Mundo

EUCLIDES DA CUNHA tem — como unidade metodológica — um evolucionismo spenceriano que, através dos tempos, vai se modificando à medida que a êle se agregam outras correntes correlatas, que surgem paralelamente a Spencer. Mas, convém notar: Euclides não era um spenceriano ortodoxo e impermeável. Seu pensamento estava influenciado por outras teorias, hipóteses e concepções que se mesclavam, fundiam-se a êsse evolucionismo mecanicista, no qual as mudanças qualitativas não entravam.

O Professor Cruz Costa diz que Euclides da Cunha considera a verdade como algo móvel, pois o próprio Euclides afirma: “em todas partes as razões se alteram porque a verdade é móvel, é como a vida, um fato complexo que continua” (1).

Mas, mesmo dentro dessa mobilidade de pensamento, mobilidade que tem mais por escopo fugir a uma rigidez metafísica do que negar uma verdade objetiva, podemos ver uma linha mestra, uma diretiva metodológica e de princípios teóricos que constitui um todo, formado de partes heterogêneas e muitas vezes antagônicas. Agregado ao evolucionismo de Spencer encontramos — como um dos pilares do pensamento de Euclides da Cunha — um antropogeografismo exagerado, bebido na escola de Ratzel (o livro do alemão — “Antropogeografia” — apareceu na Europa em 1882 e a “Geografia Política” em 1897), favorecido pela sua especialidade de geógrafo. A própria divisão do seu livro principal — “Os Sertões” — em três partes, sendo que as duas primeiras — A Terra e O Ho-

mem — são as fundamentais do ponto de vista teórico, mostra a predileção de Euclides em estudar os fenômenos sociais através da influência do meio físico, conforme o método da antropogeografia da época.

Encontramos, ainda, no seu pensamento, não apenas essa dupla face (spenceriana-antropogeográfica), mas, também, um antropologismo bebido em Lapouge, Lombroso e outros antropólogos em voga na sua época que, de certo modo, ditavam de cátedra os rumos dessa ciência.

Suas teses centrais — embora muitas vezes suas conclusões se choquem com elas — são tiradas das linhas mestras dessas teorias. No seu trabalho sôbre o Amazonas, escrito depois de “Os Sertões”, ainda é o mesmo método que predomina, embora as conclusões sôbre o homem amazonense sejam quase diametralmente opostas às do seu maior livro, pois afirma que uma seleção implacável imposta pelo clima destrói as “constituições tolhicas”, conservando as eugênicas. O seu “Um Clima Caluniado” segue a esteira desses pensadores e mostra uma seleção climática inexorável. O povoamento do Acre é descrito por Euclides, depois de citar fatos impressionantes sôbre as condições bárbaras sob as quais êle se realizou, como uma simples adaptação do homem ao clima da região. No entanto, nas entrelinhas dêsse mesmo trabalho apontam elementos que bem mostram como Euclides da Cunha se debatia em sérias contradições para poder explicar uma realidade que fugia aos quadros teóricos das correntes de opinião que êle endossava. Acha que a alimentação (...) “é a base mais firme da hygiene tropical” e afirma que os povoadores da região “viviam dos fornecimentos escassos de tôdas as conservas suspeitas e nocivas” (2).

Mostra, em seguida, a diferença das condições materiais em que emigram os colonos italianos e os nossos patricios, para concluir que o sertanejo que ia para o Amazonas era “o homem que trabalha para escravizar-se”.

Êstes trechos, que citamos agora de passagem para situar bem o enquadramento teórico de Euclides da Cunha, serão analisados depois, quando nos referirmos ao problema da terra e do homem, na sua obra.

Outro autor que o influenciou foi, sem dúvida, Augusto Comte, embora, no fim da vida, ache-o “um ideólogo capaz

de empareceirar-se ao mais vesânico dos escolásticos sem distinção de nuances em toda a linha agitada que vai de Rossetino a São Tomás de Aquino" (3).

Gumplowicz foi outra figura que influenciou Euclides da Cunha. Em 1903 escrevia a Araripe Júnior: "sou um discípulo de Gumplowicz, aparadas todas as arestas daquele ferocíssimo gênio saxônico", posição que se reflete em "Os Sertões", quando analisa a formação do sertanejo e vê uma pretenso luta de raças como fio do condutor do fenômeno (4).

Sobre a influência de Augusto Comte e a posterior declaração de repúdio que ele faz do chefe do positivismo, durante os estudos para o concurso de Lógica, cabe uma consideração mais detalhada. Ahamos que essa negação da influência de Comte — Euclides afirma, na mesma carta, que só o conhecia através da matemática — é uma das muitas contradições que dificilmente poderão ser esclarecidas. A carta a que já nos reportamos choca-se com os fatos. Em 1892, quando os positivistas foram acusados de haver quebrado uma imagem de Cristo, Euclides veio a público defendê-los de forma veemente. Dizia que o ato não podia ser praticado por aqueles que tinham uma doutrina "que estabelece o amor como princípio de todas as ações e define o processo humano como um vasto desdobramento da ordem" (5). Revela, então, as suas leituras da juventude: "Embora em nosso tirocínio acadêmico nos subordinássemos ao método filosófico do eminente instituidor da *Síntese Objetiva*, o mais admirável livro do século XIX, e o veneremos como o maior dos mestres; embora reconheçamos na doutrina positiva sólidos elementos que, na grande crise moderna, representará papel idêntico ao do Cristianismo na anarquia medieval — não pertencemos à minoria ilustre dos que, com abnegação notável, seguem todos os preceitos do novo dogma, através da metafísica dissolvente do nosso meio" (6). O resto do artigo é uma defesa do positivismo. Como, pois, negar, quase no fim de sua curta vida, ter sido influenciado por Comte na juventude? Seria uma desilusão em consequência das novas leituras que empreendera ou decorrência das posições práticas assumidas por muitos positivistas depois de proclamada a República? Somente Euclides poderia responder.

Se no artigo de 1892 confessa as fontes positivistas do seu pensamento quando jovem, em 1898, já em São José do Rio Pardo, depois de haver participado da campanha de Canudos e iniciado a construção da ponte daquela cidade paulista — época, portanto, do início de "Os Sertões" — voltou a referir-se ao assunto.

Num trabalho que escreveu então, no qual rebateu algumas idéias expostas no livro "O Brasil Mental", de Sampaio Bruno, demonstrou, além da influência de Comte, a de Spencer. Escreveu que "a influência do pensador francês (Comte) no Brasil foi fecunda, por isso mesmo que, limitadas pelos tomos da 'Filosofia', não foi além, não jungiu aquela a uma ortodoxia escravizadora e exclusivista" (7).

No mesmo trabalho terçou armas com o escritor português, defendendo, nada mais nada menos, do que a lei dos três estados (8). Prova maior de uma aproximação com os positivistas não podia existir. Rebate, também, e com insistência, a hipótese de haver o positivismo se transferido para o Brasil com toda a sua roupagem mística, como insinuava o ensaísta luso, afirmando que somente "uma minoria diminuíssima aceitou todas as conclusões do pontífice. A maioria permaneceu autônoma. É escusado demonstrar". Ainda nessa série de artigos, ao traçar um quadro do pensamento brasileiro para ele autêntico e capaz de se antepor ao de Sampaio Bruno, afirma que "o monismo germânico e o evolucionismo inglês" preponderavam em toda a linha nas nossas indagações científicas (9).

No trabalho de Euclides da Cunha que estamos acompanhando, embora ele cite Comte, o que faz — ao expor seu pensamento, a sua metodologia histórica — é decalcado de Spencer. Depois de abordar aquele malsinado tema da sub-raça, afirma que "na órbita elevada da luta pela existência entre as nações desdobra-se o mesmo processo que preside a evolução geral da vida" (10).

Essa luta pela vida entre as nações — para Euclides da Cunha — seria acompanhada por "uma adaptação mais perfeita ao meio, uma exaustão lenta da vida que é um recuo lento ante os concorrentes mais fortes. E estes últimos, novas espécies ou novas raças emergentes, caracterizam-se idênticamente como um fato de seleção natural" (11).

Metodologicamente, portanto, pesa menos a influência de Comte. A de Spencer é, inquestionavelmente, mais profunda e duradoura. A obra de Euclides da Cunha reflete nos seus vigamentos, na sua construção e nas suas conclusões a influência do evolucionismo spenceriano ⁽¹²⁾.

Em 1892 escrevia embevecido: "acabo de ler uma página iluminada de Spencer em que o eminente evolucionista — como um filósofo crente na perfectibilidade humana — vaticina uma idade de ouro durante a qual, por mais dilatado domínio das forças naturais, se satisfaçam mais facilmente as necessidades imperiosas da existência, e menos assoberbada de trabalhos, tenha, afinal, a humanidade tempo de aformosear a vida, pela contemplação tranqüila do belo na natureza e na arte" ⁽¹³⁾. No mesmo local, embora discordando tangencialmente de Spencer, o faz invocando outro princípio do sociólogo inglês: a "struggle for life", a "fórmula majestosa da nossa evolução" ⁽¹⁴⁾. Chama-o, ainda, no mesmo artigo, de "ilustre mestre", para concluir dizendo que a época sonhada por Spencer nunca será atingida. Apona como exemplo da impossibilidade da perfeição humana, nada mais nada menos, do que a nossa República...

A República seria, para Euclides, a idade de ouro sonhada pelos filósofos e por ele, sonho que nunca se transformaria em realidade no tablado da História, conforme os fatos que ele estava assistindo demonstravam. Ele, um grande sonhador frustrado.

No mesmo ano e na mesma série de artigos, Euclides da Cunha escreve que "as sociedades, como as espécies, evoluem através de um perene conflito entre o adaptar-se a novas condições de vida e a hereditariedade conservadora que as combate e repele" ⁽¹⁵⁾. E poucos dias depois insiste: "um olhar para o passado nos mostra limpidamente que a luta pela existência, na sociedade, tende sobretudo para este objetivo — a emancipação individual" ⁽¹⁶⁾.

Mas, não foi apenas nos artigos de jornal do ano que estamos citando que ele mostrou, de público, a influência de Spencer sobre o seu pensamento. Nos artigos da maturidade, aqueles que depois seriam enfileixados em livro que hoje constitui um dos seus títulos editoriais, a mesma influência se apresenta. Infelizmente.

Euclides da Cunha continuaria obstinadamente na esteira do pensamento spenceriano. No seu artigo "Nativismo Provisório", inserido no seu livro "Contrastes e Confrontos", volta a invocá-lo.

Embora discordando novamente do pensador inglês, não deixa de salientar que fora ele o filósofo que "se abalançou a traduzir o desdobramento evolutivo das sociedades numa fórmula tão concisa e fulgurante quanto a fórmula analítica em que Lagrange fundiu toda a mecânica racional". Depois de afirmar, em um parágrafo, que Spencer exagerou, concorda parcialmente com ele, ao dizer que "há um fato incontestável: o pendur atual e irresistível das raças fortes para o domínio, não pela espada, efêmeras vitórias ou conquistas territoriais, mas pela infiltração poderosa do seu gênio e da sua atividade".

Esta influência é responsável por muitos dos erros de Euclides da Cunha. Se atentarmos objetivamente na *função* da obra de Spencer dentro de sua época e do seu país, bem poderemos aqualatar como os pensadores dos países dependentes, das colônias e semicolônias, à medida que dele se aproximavam, afastavam-se da possibilidade de ter um conhecimento científico do desenvolvimento nacional. Eivado de etnocentrismo, o pensamento spenceriano nada mais foi do que uma flor da expansão do imperialismo inglês que se estratificava e desenvolvia. Do ponto de vista econômico, esse imperialismo procurava — e quase sempre conseguia — dominar os setores básicos da produção dos países periféricos e, do ponto de vista ideológico, criava "pensadores" como Spencer, que estabeleciam uma hierarquia que justificava essa expansão.

Como estamos procurando demonstrar, a formação científica de Euclides da Cunha, fundamentalmente marcada pela sua preparação de geólogo, geógrafo e matemático, oscilava, por outro lado, dentro de uma relativa assimilação dos sociólogos mais em voga nas metrópoles européias. Assimilação que nem sempre era favorável, pois apenas expressava, no campo das idéias, o processo de lutas mais profundo que se verificava na Europa entre possuidores e não possuidores e as lutas que se verificavam, num sentido mais geral, entre as metrópoles e as colônias.

Na ciência geográfica — segundo acentua em exaustivo e bem elaborado trabalho o Prof. Aroldo de Azevedo — “estava a par (...) das obras básicas da época em que viveu. Somos assim levados a deduzir, prossegue Aroldo de Azevedo, que, certamente, não ignorava os trabalhos do maior da geografia francesa “fin de siècle”: Elisée Reclus”. Acha ainda o autor citado que Euclides conhecia as obras de William Morris Davis, dos Estados Unidos, além da obra de Humboldt e outros. Sobre o nosso País a sua cultura geográfica era também bastante sólida. Deveria, segundo Aroldo de Azevedo, conhecer Charles Frederick Hartt, Wapaeus, além da obra “Le Brésil”, de E. Levasseur, que teve a colaboração do Barão do Rio Branco, e “Le Brésil en 1889”, de Santa Ana Nery, ambas enriquecidas com trabalhos assinados por nomes que constituíam a nossa *élite* intelectual de então: Henri Gorceix, Orville Derby, Henrique Morize, Capistrano de Abreu, André Rebouças, Luis Cruis, Eduardo Prado, Ladislau Neto” (17).

Daí ter podido Euclides da Cunha traçar nas páginas de “Os Serões” e nas que foram dedicadas ao Amazonas uma descrição do meio físico e suas relações com o homem que — aparadas as deficiências da ciência do seu tempo e as arestas de um fatalismo geográfico que às vezes a deformava — é até hoje impecável do ponto de vista metodológico, pois, como acentuou também o Prof. Aroldo de Azevedo, ele abandonou a descrição rançosa dos corógrafos para dar uma síntese das mais avançadas para o seu tempo (18).

Embora capengando em consequência do seu etnocentrismo, Euclides da Cunha conseguiu, de qualquer maneira, gizar a paisagem humana dessas regiões de forma mais realista do que as de vários escritores posteriores a ele. A própria biografia sobre a Amazônia tem muito do filão euclidiano, e escritores como Araújo Lima, anos depois, recorreram ao mesmo método antropológico para descrever a região.

Mas, no fim da vida, após os estudos para o concurso de Lógica, Euclides da Cunha, lamentando a situação do pensamento filosófico da época, dizia: “Felizmente aí estão os Georges Dumas, Dürkheim, Poincaré e, na Áustria, o lúcido e

genial Ernesto Mach — almas novas e claras, que nos reconciliam com a filosofia”. (19).

Encaminhava-se, como vemos, para a escola sociológica francesa e para o machismo.

A obra de Dürkheim, na Sociologia, ainda era novidade no Brasil e Euclides da Cunha a ela já se referia com entusiasmo de adolescente apaixonado. Era uma distorção que se estava verificando no seu pensamento, que, de uma forma ou de outra, procurava abandonar o spencerianismo e o positivismo comtista e encontrar métodos, que ele julgava mais eficazes, de interpretação dos fenômenos sociais. Quando se encontrava engolfado no estudo dos filósofos para o seu famoso concurso, escrevia: “logo que me desembarace de Kant, de Spencer, de Spinoza (o mais maravilhoso dos malucos) e não sei quantos sujeitos que vieram a este mundo apenas para tortura e desespêto humano” (...) “esses felizes medalhões” (...) “que desapontamento lendo-os detidamente” (20). Depois de incluir Spencer na lista desses “medalhões”, Euclides da Cunha passa, na mesma carta, a enumerar sua opinião sobre eles. Mas há um detalhe interessante: ao invés de fazer crítica ao sistema de Spencer, depois de haver se referido desdenhosamente a Kant e Spinoza, omite sua opinião sobre o filósofo inglês, colocando no seu lugar a impressão que Comte lhe despertou, por sinal negativa. Por que esta atitude de Euclides? Talvez ainda não se sentisse inteiramente liberado — do ponto de vista ideológico — da grande influência de Spencer. O certo, porém, é que tergiversou na carta, não exprimindo sua opinião.

Manifestando-se liberto de Comte — o que evidentemente não era verdade, pois a própria posição *antimetafísica* que assumiu no concurso nada mais é do que uma forte reminiscência positivista — procurando, inclusive, diminuir a influência que recebeu dele no passado, não teve igual atitude para com Spencer.

Dêsse evolucionismo spenceriano, eivado de etnocentrismo, de ideologia colonialista, Euclides da Cunha tirou deduções equivocadas, enveredando por um darwinismo social inteiramente fora de propósito. Afirma, referindo-se ao homem que chega ao Amazonas, que “antes que a transmissão hereditária das qualidades de resistência adquiridas garanta a inte-

gridade individual com a própria adaptação da raça, a letalidade inevitável, e até necessária, apenas denuncia os efeitos de um processo seletivo" (21). Era a camisa-de-força do evolucionismo mecanicista de Spencer que, através de Darwin, atingia e mutilava o pensamento euclidiano. Camisa-de-fôrça que garrotearia ainda mais visivelmente o seu pensamento, no que diz respeito ao problema das raças.

3

Como afirmamos linhas acima, Euclides da Cunha se debatia em uma crise teórica muito séria durante o tempo em que, aproveitando os estudos para o seu concurso de Lógica, fez uma revisão vertical dos seus antigos pontos de vista. A sua posição durante o concurso não foi apenas um acidente que decorreu da necessidade de um emprêgo. Ele próprio salientou a importância que deu ao acontecimento em cartas que escreveu, especialmente a Oliveira Lima, exteriorizando o seu descontentamento. Dizia que o "concurso, como se anunciou, era de Lógica — e que esta, consoante a direção extremamente lúcida que lhe traçou Stuart Mill, está de todo a cavaleiro das indecifráveis divagações metafísicas. Sucedeu, porém, que o único discípulo do incomparável lógico, fui eu. O simples enunciado dos pontos que me tocaram (*A Verdade*, na prova escrita; *A Idéia do Ser* (I) na prova oral) é bem eloquente no declarar quão aberrados andaram os homens da verdadeira lógica" (22). E insistia, em seguida, afirmando: "É o eterno conflito de Ramus e dos escolásticos recalcitrantes. Se o senhor por acaso leu a dissertação acêrca do singularíssimo ponto que me coube para a prova de improviso (*A Idéia do Ser*) e que o *Jornal* mandou taquigrafar, já deve ter um juízo claro da minha atitude e dos rancores que despertei. Não importa! Prefiro o ranger de dentes desses coitados aos seus apertos de mão" (23).

A sua posição crítica era, portanto, consciente, não advinha de uma preparação filosófica medíocre, mas de um ângulo crítico e antiacadêmico de enfocar o problema.

Temos, em primeiro lugar, para podermos estabelecer um critério crítico mais objetivo sobre as provas de Lógica de Euclides da Cunha, de situar, no tempo e no contexto das cor-

rentes filosóficas em voga no Brasil, o que se entendia sobre os assuntos abordados.

Queremos, portanto, destacar, em primeiro lugar, o problema do Ser, que Euclides da Cunha afirmou inexistir. Não se tratava, como se poderá inferir sem maiores dificuldades da leitura dos textos, do Ser como se entende atualmente dentro das categorias do moderno materialismo dialético, e que consiste, exatamente, no mundo exterior com as suas substâncias materiais, mas justamente o contrário; consistia no que a velha escolástica entendia por tal, isto é, a substância, o *nooumenon*, o Ser desligado dos seus atributos, realidade constitutiva, primordial e imponderável de cada um dos seres partitulares. Desta forma separava-se a ordem lógica da ontológica e da gnosiológica.

A escolástica, aproveitando-se do dualismo aristotélico que separou a forma da matéria, extrapolou essa contradição de Aristóteles para uma outra que conduziu a filosofia à separação dos atributos, ao estudo isolado, atomizado, da realidade.

O avanço das ciências, de um lado, e a camisa-de-força da Lógica Formal, de outro, Lógica que não reconhecia a tradição como processo natural, levou os filósofos e cientistas a posições hiperparticularistas, posições que conduziram inevitavelmente ao método metafísico.

Outro problema que cabe aqui esclarecer é a posição de Euclides da Cunha contra a metafísica. Não se trata, também, de um ataque ao método metafísico como nós o entendemos atualmente (24) mas tão-somente — dentro de um enquadramento positivista — de ataques à pesquisa da essência das coisas e dos fenômenos para eles inacessível ao conhecimento. Desta forma, se destacamos e louvamos em Euclides da Cunha, conforme veremos nas linhas seguintes, a sua posição de combate ao escolasticismo, não devemos esquecer que esse combate à metafísica tinha como suporte o agnosticismo positivista, que acoimara de metafísica, de um lado, as especulações religiosas, e, de outro, as pesquisas que não se contentavam com as *verdades de cada um*, mas procuravam um critério de verdade científica, capaz de descobrir, de revelar a essência dos fenômenos.

Dito isto, passemos à análise das provas.

As duas provas mostram uma certa confusão filosófica

em Euclides da Cunha (confusão aliás que nunca o abandonou), mas demonstram também uma atitude nova do autor de "Os Sertões" no setor do problema do conhecimento. Além disso, testemunham como as antigas teorias, os antigos postulados que o influenciaram durante a feitura de sua obra, não mais o satisfaziam. Procurou passar a limpo os princípios por que se orientara até então. Tudo leva a crer que o exame não o satisfizesse. É verdade que, contraditório como sempre, sem uma segurança metodológica que o ajudasse a formular os juízos com maior clareza, Euclides da Cunha não conseguiu delimitar uma sistemática precisa, unitária e coerente do seu pensamento.

No entanto, uma coisa não se pode deixar de destacar: a sua compreensão lúcida das limitações da Lógica Formal. Convém notar que, para o seu tempo e dentro dos postulados dominantes na época, a sua coragem ao denunciar essas limitações e lançar-se como um D. Quixote contra os moínhos de vento da filosofia oficiosa, revela o grau de convicção a que chegara quanto à necessidade de uma revisão corajosa das suas categorias e o seu desencanto pela mesma.

Mas, além desta posição de combate à filosofia oficiosa, devemos destacar, nos dois documentos que são as provas oral e escrita, certos acertos e antecipações que prenunciavam o encaminhamento do seu pensamento para a compreensão dialética da Lógica. Antecipações que, até o momento, estão dentro da faixa polêmica das correntes que aceitam a Lógica dialética.

As diversas discussões que se vêm travando atualmente sobre a Lógica dialética e as suas relações com a Lógica Formal, as limitações desta última e o problema das contradições no pensamento, demonstram como Euclides da Cunha, no Brasil, antecipou-se prodigiosamente ao seu tempo. Antecipação tanto mais louvável quanto mais se compreender as convicções e a ideologia que Euclides da Cunha até então endossava. Sua posição contra a Lógica Formal ainda hoje é polêmica, pois a luta continua nos nossos dias. Basta que nos reportemos às discussões havidas na URSS, na Alemanha, na França e na Polónia sobre o assunto. Na própria União Soviética, até o momento, não se chegou a uma conclusão satisfatória.

Em uma discussão de que nos dá notícia publicação especializada daquele país, várias tendências surgiram entre os logicistas marxistas. Basta que destacamos, como ponto de referência, que essas discrepâncias vêm desde aqueles que apresentavam, como o Prof. Bakradze, a tese de que as leis da Lógica Formal não nos dão o conhecimento da realidade, mas apenas o permitem, e que o conhecimento da realidade faz parte das diversas ciências, até as opiniões de Cherkassov, que compara a Lógica Formal à gramática e à aritmética. Válida em todos os tempos e para todas as filosofias (25).

Em data mais recente, o problema se constituiu em tema central da discussão de outra reunião igualmente importante. As contribuições de B. Kedov e P. Kopnin, entre outros, também vieram mostrar como não há, ainda, unidade de pontos de vista entre os filósofos que esposam o materialismo dialético, no setor importantíssimo da Lógica. Nos últimos tempos o problema vem sendo ventilado repetidamente por órgãos de divulgação e publicações especializadas de todo o mundo (26).

As provas de Lógica feitas por Euclides da Cunha raramente têm sido abordadas pelos que estudam a sua obra. De todos os trabalhos sobre o assunto, parece-nos que o de Joaquim Pinto Nazário é o que melhor situa o problema. Com rara argúcia mostrou que Euclides da Cunha havia assumido as seguintes posições: a) crítica à Lógica tradicionalista; b) relativismo; c) mobilismo; d) noção dialética do conhecimento; e) irredutível atitude antimetafísica (27).

Concordando, de um modo geral, com o autor citado acima, reportemo-nos, no entanto, aos textos das duas provas para uma compreensão melhor do problema (28).

Euclides da Cunha inicia a sua prova escrita com uma crítica cerrada à Lógica tradicionalista, àqueles que, "obedientes à influência aristotélica, ligeiramente modificada pela influência mais perturbadora do que fecunda de Hamilton", definem-na como "a ciência das leis formais do pensamento". Acha, portanto, que o que perquire a equipe composta desses pesquisadores é apenas saber se os elementos estão sujeitos "aos princípios universais da identidade, da contradição e da exclusão do meio". Em seguida, afirma que para os logicistas tradicionais "não importa que as premissas sejam flagran-

temente erradas: a conclusão será legítima desde que não se violem as regras atinentes exclusivamente à *forma*, e não à *matéria* do conhecimento".⁽²⁹⁾. Rebatendo aqueles que se apóiam na Lógica Formal como elemento único do conhecimento, refere-se ao conhecido exemplo de Zenon que, dentro de um critério da Lógica Formal, é irrespondível, criando "há dois mil anos um sofisma indestrutível ante o qual embalde se debateram os espíritos privilegiados de Aristóteles, Descartes e d'Alambert"⁽³⁰⁾.

Apoiando-se em argumentos neokantianos mostra a relatividade do conhecimento numa posição agnóstica, para depois reagir e afirmar que essa relatividade prende-se à própria mutabilidade do mundo exterior. E acentua: "a verdade é do domínio da Lógica indutiva. Só podemos alcançá-la por meio da observação, já interior, da consciência, já exterior, dos sentidos, assistida dos métodos experimentais e completada pelas generalizações das experiências que leis naturais resumem".

Se na sua primeira prova parece que procurou demarcar bem a sua posição de um dialeto ingênuo ainda, na prova oral — "A Idéia do Ser" — sua atitude foi frontalmente contra a metafísica, identificada por ele como a ciência do Ser. Aliás, ele estranhou o próprio ponto, por achar que "o Ser implica as mais arrojadas concepções filosóficas: a idéia do Ser enfeixa, sem excetuar uma só, todas as conclusões de todos os sistemas dogmáticos, e é, necessariamente, o corpo, o âmago de uma falsa ciência, toda arquitetada de hipóteses aventurosas, de hipóteses inverificáveis — portanto, inaceitáveis — de uma falsa ciência, toda feita de hipóteses arrojadíssimas, desenvolvendo-se sob o influxo exclusivo do método reflexivo, inteiramente a cavaleiro dos preceitos regulares que a Lógica nos dá para que afirmemos a legitimidade do nosso pensamento". Como vemos, coloca-se em posição de combate à uma ciência ontológica, ciência desligada dos vínculos que prendem o Ser ao conhecimento ou a ontologia à gnosologia, postulado que refletia, em Euclides da Cunha, um esforço enorme para ver se conseguia, dentro do seu confuso pensamento filosófico, tapar a brecha que a filosofia idealista e o materialismo vulgar abriam entre a realidade objetiva e o sujeito pensante. O Ser e o conhecimento objetivo que na

ontologia estão desligados, eram, para Euclides da Cunha, uma unidade que só poderia ser achada, como ele mesmo diz, "através dos métodos experimentais e completada pelas generalizações das experiências que as leis naturais resumem".

Depois de citar (e endossar) a tese da "economia do pensamento", de Ernest Mach, para, em consequência, afirmar que preocupar-se com a idéia do Ser seria o mesmo que "admitir a ciência estagnada há uns cinco séculos nas páginas da *Suma Teológica*", concluía enfaticamente o seu pensamento: "O Ser, a idéia do Ser, isolada, diante da fluidez corrente da realidade a que se prende o nosso pensamento, cientificamente, e, portanto, logicamente, não existe."

Euclides da Cunha continua. E continua para dizer que "nossos conhecimentos estão não nas coisas, mas no encaideamento das coisas".

Analisa, depois, a posição da biologia, que "abandonou um sem-número de pré-noções, submetendo-se à influência exclusiva do raciocínio experimental; e a posição da Sociologia, que "até há pouco ainda se sujeitava exclusivamente a uma lei incompleta, ou pelo menos de aproximação muito precária, porque visava caracterizar o desdobramento evolutivo da sociedade, por sua natureza extremamente complexo, considerando uma variável única — o tempo", e que "hoje, transfigurada, progride pela simples circunstância de ater-se à consideração dos fatos sociais em toda a sua variabilidade".

Segundo esta mesma linha de pensamento diz que a idéia do Ser é "um belo pesadelo da humanidade". Depois de fazer confusão sobre o quadro das categorias de Aristóteles, reconhece, no entanto, ser ele "o maior gênio da antiguidade". Era que Euclides da Cunha via em Aristóteles, ainda, o representante da escolástica, deformado que foi pelas correntes filosóficas da Idade Média. Tanto isto é justo que, pouco antes, afirmava que "o avatar medieval" de Aristóteles foi São Tomás de Aquino.

Volta-se para a tríade hegeliana, considerando-a uma decorrência da idéia do Ser, e afirma: "considere-se o Ser na sua integridade perfeita, como unidade: teremos a tese; examine-se subsecutivamente o Ser em seus elementos como multiplicitade: teremos realizado a antítese; finalmente, façamos reagir sobre esses elementos desagregados e contrapostos que,

por vèzes vivamente se repulsam, a influência misteriosa do todo, originando uma harmonia suprema: e atingiremos a síntese”.

Prossigue no seu ataque à tríade idealista de Hegel e declara: “assim se faz a determinação de todos os princípios do Ser. O homem, por exemplo, é uma unidade — é a tese; o homem biparte-se em alma e corpo, em espírito e matéria — é a antítese; êstes dois elementos, ao cabo se justapõem, o espírito superpondo-se à matéria sem com ela confundir-se, um e outro unidos mas distintos — e assim se realiza a síntese”. Concluindo o seu julgamento, diz Euclides da Cunha: “não vale a pena continuar. Neste jôgo inexpressivo e inútil de palavras, o assunto é naturalmente ilimitado”.

Mas, a parte mais importante dêste documento é aquela em que Euclides da Cunha informa que vai expor o seu pensamento de forma explícita. Aí vemos que êle, influenciado pela filosofia de Ernest Mach, procura dar uma conceituação do processo do conhecimento. Dizia que “o Ser não pode constituir objeto do nosso pensamento, porque, já contemplando o mundo pela observação anterior, já contemplando o eu reflexivamente, numa introspecção profunda, num e noutro caso — do mundo é do nosso eu — as coisas que nós realmente conhecemos são as nossas sensações”. Nada mais. Ainda na esteira do machismo, dizia Euclides da Cunha, logo depois, que “o que chamamos mundo exterior é apenas o complexo das nossas sensações; e o destino da ciência está precisamente no determinar a solidariedade em que elas se travam por meio de leis que estabeleçam a sua dependência e variações”.

Chega, então, a afirmar: “verificamos, com maior destaque, o caráter da relatividade das nossas percepções e demonstramos com mais limpidez a permanente ilusão do mundo exterior”. Neste trecho, estava nas fronteiras do solipsismo.

E vai além. Diz que tem “bons, ou imperfeitos, mas definidos motivos para não acreditar na idéia absoluta do Ser. Daí, o admitir também que as nossas sensações exteriores, oriundas da contemplação do mundo, e as nossas próprias observações internas, na visão reflexiva do nosso eu, não podem provar cientificamente, nem legitimar lógicamente os próprios conhecimentos que elas sugerem” (31).

Encontrava-se Euclides da Cunha no impasse que Maurice Cornforth aponta em Locke, que “chega a uma posição que atinge êle mesmo a partir do princípio materialista original em razão do qual todo o conhecimento se baseia na experiência; de acôrdo com essa posição, o objeto do nosso conhecimento não é o mundo material exterior objetivo, porém o mundo subjetivo de nossas idéias”.

“O alcance do nosso conhecimento está limitado à percepção da ordem e disposição, concordância e discordância de nossas próprias idéias. Além de nossas idéias, continua Cornforth analisando o pensamento de Locke, de um certo modo, e dando origem a elas, encontra-se o mundo real material objetivo; porém, nada podemos saber da natureza dos objetos que constituem o mundo. Trata-se, para utilizarmos uma frase elaborada cem anos antes de Locke, de “coisas em si, incognoscíveis”.

Euclides continua na esteira dos positivistas clássicos e dos neopositivistas como Mach, defendendo a teoria do “complexo de sensações” e da “economia do pensamento”, do “solipsismo da realidade”, para cair novamente no agnosticismo neokantiano: “desde os primeiros dogmáticos até a prodigiosa concepção de Kant, a idéia, ou pensamento, ou tentativa de descobrir a essência íntima das coisas, ou de definir as substâncias de tôdas as coisas, se originam como modalidades, porém continuamente o terreno em todo o decorrer da história, até reduzir-se (antes da elaboração da filosofia crítica, que libertaria o espírito humano dessa obsessão inútil) à substância única de Descartes — a *extensão*; ou à extensão e *impenetrabilidade* ou resistência de Leibnitz”.

Euclides da Cunha entende que “o aparecimento de Spinoza na filosofia lembra um cataclismo na região superior do pensamento”, para achar que “não se medem as ousadias de um espírito que parece haver tentado tomar de assalto o Absoluto”, e, em seguida, sem compreendê-lo, tachá-lo de o “maior representante do dogmatismo metafísico”.

Vemos, portanto, que ao terminar a sua prova, depois de mais algumas considerações sem importância, ao invés de demonstrar que se havia afastado do positivismo, dava um documento incontestável da sua vinculação a essa corrente fi-

losófica, porque todos os seus argumentos se inserem cômodamente nos postulados do neopositivismo filosófico.

Durkheim, Mach entre as "novidades" e Kant, que éle surpreendentemente cita como endosso ao que afirma, quando antes o havia considerado um dos seus "medalhões", servem de lastro, envergadura ao seu pensamento.

Dentro da realidade brasileira afirmava-se, portanto, como um pensador que se enfileirava entre aqueles que, descontentes, insatisfeitos com os rumos que o pensamento filosófico assumia em nosso País, procuravam orientar-se, estabelecer a sua ótica da realidade através dos pensadores mais em evidência. Para éle, o Ser se diluía, porque Euclides da Cunha via nêle um simples reflexo das categorias idealistas, conforme frisamos acima. Inclinando-se para o machismo — corrente que chegou a iludir muitos pensadores europeus materialistas — procurou, no "complexo de sensações" do empiriocriticismo, a solução para o problema gnosiológico.

Viu o movimento, e, em consequência, as limitações da Lógica Formal, defrontou-se com o problema da mudança da realidade dentro de ritmos e perspectivas que não podiam ser enquadrados de acôrdo com as leis da Lógica tradicional. Isto éle destacou muito bem. A sua prova sôbre "A Verdade e o Erro" demonstra que éle não se satisfazia com a camisa-de-fôrça dêsse método de raciocínio. Mas, por outro lado, se Euclides da Cunha viu o *movimento* como fato existente, independente da vontade subjetiva do observador, não viu o núcleo dialético do problema, não viu que a *contradição* não é um elemento perturbador, bôrra que está fora de processo, mas condição natural da transformação. Foi, portanto, um dialeto ingênuo e um materialista equivocado. Ingênuo como dialeta, porque não observou a luta dos contrários como fator do automovimento dos processos da natureza, da sociedade e do pensamento. Materialista equivocado, porque endossou a teoria do conhecimento do neopositivismo, teoria que, segundo Lênin no seu conhecido panfleto filosófico, se choca com a teoria materialista, pelos seguintes motivos: "o materialismo, de pleno acôrdo com as ciências naturais, considera a matéria como o elemento primário e a consciência, o pensamento, a sensação, como o elemento secundário, porque a sensibilidade não se relaciona, em sua forma mais acabada, senão com as formas

superiores da matéria (com a matéria orgânica) e não se pode admitir, "nos aliceres do próprio edifício da matéria", a existência de uma propriedade análoga à sensibilidade (...). A doutrina de Mach coloca-se de um ponto de vista oposto, do ponto de vista idealista, e logo conduz ao absurdo, porque, em primeiro lugar, a seu ver, a sensação é o elemento primário, embora se relacione com certos processos desenvolvendo-se no seio de uma matéria organizada de um modo determinado; e, em segundo lugar, porque o seu postulado fundamental, de acôrdo com o qual os corpos são complexos de sensações, é prejudicado pela hipótese da existência de outros seres vivos e, em geral, de complexos outros" (32).

(1) Costa, Cruz: — "Euclides da Cunha e os Filósofos", in *Revista Brasileira*, n.º 25.

(2) Cunha, Euclides da: "À Margem da História", Lisboa, 1941 pp. 46 ss.

(3) Venâncio Filho, Francisco: — "Euclides da Cunha a seus amigos" (carta de Euclides a Oliveira Lima), p. 231.

(4) "A índole incoerente, desigual e revólta do mestiço, como que denota um íntimo e intenso esforço de eliminação dos atributos que lhe impedem a vida no meio mais adiantado e complexo. Reflete — em círculo diminuto — êsse combate surdo e formidável, que é a própria luta pela vida das raças, luta comovedora e eterna, caracterizada pelo belo axioma de Gumplowicz como a fôrça motriz da história. O grande professor de Gratz não a considerou sob êste aspecto. A verdade, porém, é que se todo o elemento étnico forte "tende subordinar ao seu destino o elemento mais fraco ante o qual se acha", encontra na mestiçagem um caso perturbador. A expansão irresistível do seu círculo singenético, porém, por tal forma iludida, retarda-se apenas. Não se extingue. A luta transmuta-se, tornando-se mais grave. Volve do caso vulgar, do extermínio franco da raça inferior pela guerra, à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento. E durante o curso dêste processo reductor, os mestiços emergentes, variáveis, com tôdas as nuanças da côr, da forma e do caráter, sem feição definida, sem vigor, e as mais das vêzes inviáveis, nada mais são, em última análise, do que os mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades.

É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização". (Cunha, Euclides da: — "Os Sertões", Rio de Janeiro, 12.ª edição, 1933, pp. 110-111).

(5) Cunha, Euclides da: "Dia a Dia", artigo em "O Estado de São Paulo", de 29 de março de 1892. — In "Revista do Livro", n.º 15, ano IV, setembro, 1959, p. 118.

(6) Idem, idem.

(7) Cunha, Euclides da: "O Brasil Mental", in "Revista do Livro", ano III, n.º 10, junho de 1959, p. 193.

(8) "O polemista enfrenta logo a lei dos três estados — e nega-a, afirmando que nem sempre as concepções literárias, históricas e artísticas têm passado pelas fases sucessivas indicadas por A. Comte, dando-se, pelo contrário, muitas vezes, a simultaneidade daquelas. Recedita, então, uma observação de Palarrin: o espírito humano ocupou-se sempre simultaneamente de Deus (fase teológica), de abstrações (fase metafísica) e de conhecimentos reais (fase positiva). Aponta antigos exemplos revelando o fato geral das diversas manifestações da consciência individual: Newton, Pascal, Cancy e tantos outros, inegavelmente positivistas em ciência, eram teólogos.

Ao mesmo tempo — lealmente — transcreve um trecho de Comte em que este é o primeiro a frisar a coexistência dos três estados de espírito, explicando-a pela própria hierarquia sistemática das ciências, que, ascendendo segundo a especialidade crescente, faz não raro com que uma inteligência emancipada na matemática se possa conservar metafísica na biologia etc., tornando-se a dificuldade insuperável apenas no caso inverso, isto é, se a positividade de uma ciência superior coincidissem com o estudo teológico da inferior, ou se um mesmo espírito positivo na química se revelasse metafísico na mecânica." (Cunha, Euclides da, "O Brasil Mental", in "Revista do Livro", Rio de Janeiro, 1959, número 10, p. 191).

(9) Loc. cit.

(10) Loc. cit.

(11) Loc. cit.

(12) Aprecemos o seu esquema lógico da evolução da sociedade brasileira dentro de um critério rigidamente spenceriano: "A princípio: o agregado difuso, a nebulosa humana desprendida do colonato, cindida de idéias revolucionárias em uma larga dissipação de movimento, refletindo, no período de 1808-1831, o *processus* geral de todas as existências orgânicas. Depois de 1831 a 1837: a delimitação dos lutadores nos três partidos definidos da Regência, traduzindo-se a tendência para uma fase mais definida, a par de uma distribuição mais íntegra e heterogênea do prestígio governamental, até então enfeixado na autoridade caprichosa ou inconstante de um príncipe. Subsecutivamente, com o crescer da reação monárquica, de 37, balanceando-se a simplicidade maior do governo com a complexidade maior da sociedade, evidenciou-se, iniludível, a refletir-se tangivelmente no binário conservador e liberal, a marca gradual para o equilíbrio das duas forças coexistentes, democrática e reacionária, que persistiram desde a Independência. Por fim, em 1848, e sobretudo com o marquês de Paraná, na

quadra que uma intuição de gênio resumiu na palavra *Conciliação*: a harmonia completa dos lutadores, ultimando-se inteiramente a admirável evolução monárquica, no equilíbrio dos partidos..." (À Margem da História", Pôrto, 1941, pp. 304-305).

(13) Cunha, Euclides da, "Dia a Dia", in "Revista do Livro", n.º 15, Rio de Janeiro, 1959.

(14) Loc. cit.

(15) Loc. cit.

(16) Cunha, Euclides da: "Contrastes e Confrontos", Pôrto, 1923, pp. 222, 223.

(17) Azevedo, Aroldo: "Euclides da Cunha e a Geografia" — Revista mineografada. Casa Euclidiana, S. José do Rio Pardo.

(18) Para que se tenha noção de como Euclides da Cunha, em certos aspectos, antecipou-se aos escritores do seu tempo, constatando a correlação que há entre as ciências e técnicas consideradas *puras* e a *praxis* social, vejamos como ele analisa a evolução da cartografia ligando-a à expansão das metrópoles no seu processo de domínio das áreas coloniais, para explorar-lhes as riquezas: "Sem o quererem, os cartógrafos, tão absorvidos na pintura do novo 'tipus orbis', desenhavam-lhe as sociedades nascentes; e os seus riscos incorretos, gizados à ventura, conforme lhos ditava a fantasia, tornam-se linhas estranhamente descritivas. Num prodígio de síntese, valem livros. A impressão que se nos amortece e vai partindo-se no volver das páginas mais vigorosas, ali desfecha num golpe único do olhar. E vemos, como não pô-lo mostrariam os mais lúcidos historiadores, os aspectos dominantes do regime instituído pela conquista nas recém-descobertas regiões. Considere-se o antigo Vice-reinado do Peru.

Ninguém o compreende, de pronto, sem a sugestão de uma daquelas informes caricaturas continentais, que lhe resumem, exagerando-os, os traços incisivos. Sob todas as faces, da administrativa à política, à civil e à religiosa, a sua aparência mais viva é a das suas velhas cartas: monstruosa, artificial, extravagante... O desenhista que lhe riscou, do Panamá à Patagônia, a costa ocidental, maciça, inarticulada, quase sem dobras, perlongando, inteiramente, o "Mare Magellanicum", descreveu-lhe, ao mesmo tempo, com um traço, a sociedade rudimentar, sem órgãos, de uma grande simplicidade tribal ou primitiva; e ao figurar-lhe no levante, por vezes com áureas iluminuras, as minas numerosas, as serranias auríferas, as lagoas douradas, os palácios argêntos guardando os tesouros incalculáveis dos incas, denunciou o objetivo exclusivo de seus novos povoadores ("Peru versus Bolívia", Rio, 1939, pp. 33-34.)

(19) Venâncio Filho, Francisco — "Euclides da Cunha a seus amigos" — São Paulo, 1938, p. 231.

(20) Op. cit., p. 230.

(21) Cunha, Euclides da, "À Margem da História", Pôrto, 1941, pp. 5-7.

(22) Venâncio Filho, Francisco: — "Euclides da Cunha a seus Amigos" (Carta a Oliveira Lima), p. 233.

(23) Op. cit., p. 236.

(24) "Quando os positivistas falam de "metafísica" parece que têm em mente, comumente, de forma um tanto vaga, aquilo que Aristóteles chamou "filosofia primeira". Assim, eles denominam metafísica a toda tentativa de chegar a uma ampla generalização atinente ao mundo, ou de descrever a "natureza essencial do real", ou melhor, a "substância das coisas". Isto, dizem eles, não se pode fazer e não deve ser procurado, e, deste modo, a palavra "metafísica" adquire para eles um significado derogatório" (...) "Tal tentativa de definir "metafísica" em termos do seu objeto é, evidentemente, muito pouco satisfatória, já que, em um certo sentido, todas as ciências e a filosofia ocupam-se da substância das coisas e da natureza do mundo. Se falar-se da substância e da natureza é "metafísica", a própria ciência tem uma grande tendência "metafísica".

Pode-se dizer que a "metafísica" não se ocupa, como nas ciências empíricas, dos objetos particulares ou de aspectos particulares do mundo, porém, do "ser enquanto ser", isto é, a metafísica se ocupa em procurar obter uma generalização muito ampla em relação ao mundo, que vai muito além de tudo o que se encontra no domínio de qualquer ciência especial e de todas elas no seu conjunto.

No entanto, o que foi dito anteriormente esconde uma distinção muito importante, isto é, a diferença entre uma generalização filosófica ampla que se baseia na experiência e nos resultados das ciências, que procuramos justificar e que estamos dispostos a modificar à luz da experiência e da ciência, e outra generalização que não tem essa base e que possui caráter apriorístico, dogmático e especulativo. É certo que Aristóteles não fez esta distinção quando a definiu originariamente como "filosofia primeira"; porém o progresso da ciência, durante os dois mil anos percorridos a partir de então, fez com que esta distinção se fizesse importante na atualidade", (Cornforth, Maurice: — "Ciência Versus Idealismo", Buenos Aires, 1959, pp. 288,289).

(25) "Problemas de Filosofia", 1950, III, pp. 198 ss.

(26) No Brasil a discussão obteve ressonância e Caio Prado Júnior deu-nos um livro de importância até o momento pouco destacada pelos que se ocupam dos problemas filosóficos aqui. Embora sem ter um sentido sistemático, traz, contudo, uma contribuição das mais importantes para o início das discussões sobre o assunto, especialmente depois que os filósofos marxistas colocaram como necessidade urgente estabelecer-se a unidade entre a dialética, a teoria do conhecimento e a Lógica. (Cf. Caio Prado Júnior: "Notas Introdutórias à Lógica Dialética", São Paulo, 1959).

(27) Nazário, Joaquim Pinto — "Euclides da Cunha e a Filosofia no Brasil", in "Anais do III Congresso Nacional de Filosofia", São Paulo, s/d., pp. 79 ss.

(28) "O concurso a que concorreu Euclides da Cunha para o provimento da cadeira de Lógica do extermato do Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, foi o derradeiro ato público de sua tormentosa existência. Não só pela afluência de candidatos, em número de quinze, como pela notoriedade de alguns nomes que dele participaram, o prêmio decorreu com certo ruído, apaixonando profundamente a opinião pública.

Não obstante a abundância numérica, a luta circunscreveu-se quase exclusivamente à volta dos dois candidatos mais qualificados para as primeiras colocações — Euclides e o filósofo cearense Raimundo de Farias Brito — com pouca dispersão de votos. Grande parte deles, embora de competência já comprovada e ratificada pelas provas mesmas do concurso, não obteve votos para a classificação final. As duas principais correntes formadas não deixavam sobra para terceiros.

A comissão examinadora, integrada pelos Drs. E. B. Raja Gabaglia, presidente, Rodolfo de Paula Lopes e André Gustavo de Frontin, buscando talvez atenuar os efeitos que essa circunstância poderia acarretar às reputações dos candidatos que não lograriam nos escrutínios realizados uma só indicação para os primeiros lugares, como de fato aconteceu, apresentou uma jeitosa classificação de caráter geral "a lareira", que os agrupava em ascendência de valor, dos menos aos mais aproveitáveis, reconhecendo-lhes, à maneira de ficha de consolidação, a parcial suficiência" (...). No cômputo final, Farias Brito alcançou, para primeiro lugar, 21 votos e Euclides da Cunha, 15.

Os votos dispersos distribuíram-se entre os candidatos Roberto Gomes (4), Monsenhor Rangel (2) e Ribeiro de Almeida (1).

As provas escritas, orais e de arguição, realizadas de 17 a 25 de maio, versando, a primeira, sobre o tema "Verdade e Erro", adaptação ao vernáculo do título do livro de Ernest Mach — "La Connaisance et l'erreur", em sua versão francesa — então em voga e de provável manuseio de todos os candidatos, faria supor que o desenvolvimento do ponto se pautaria em todas as provas pelo diapasão do modelo original. Mas tal não sucedeu, pelo menos nas provas que compulsei. Cada qual tratou do assunto à sua maneira e nem sempre a ele atreito. Muita digressão erudita, pouco contato com o ponto enunciado, percalço inerente à própria natureza da prova. Almeida Prado, A. de — "O concurso de Euclides da Cunha", in "O Estado de São Paulo", 27-1-62).

(29) Cunha, Euclides da — "A Verdade e o Erro" e "A Idéia do Ser", in "Revista Brasileira de Filosofia", Vol. IX, Fasc. III, julho, agosto, setembro, 1959, p. 399; as demais citações são feitas da publicação acima.

(30) Vejamos como Euclides da Cunha abordava o sofisma de Zenon, no seu tempo e como um materialista dialético, num livro atualíssimo o aborda para ver como certas intuições filosóficas de Euclides da Cunha eram impressionantes. Diz Euclides: "É evidente que nesse

remontar exageradamente a realidade da Lógica Formal só se vincula à verdade por intermédio de laços muito frágeis, ou através de uma influência de todo em todo negativa — limitando-se, por exemplo, a negar a possibilidade de realizar-se ou de traduzir uma existência inegável aos conceitos ou juízos contraditórios. Foi à luz desse critério que Leibnitz, mau grado a sua profunda religiosidade, negou a possibilidade de Deus e que Zenon negou a possibilidade do movimento, enganando, há dois mil anos, um sofisma indestrutível ante o qual embalde se debateram os espíritos privilegiados de Aristóteles, Descartes, D'Alembert". Agora, Caio Prado Júnior: "Dentro das concepções clássicas, o movimento é um paradoxo, e não é possível enquadrá-lo numa conceituação que não seja logicamente incoerente. Os argumentos de Zenon de Eléia, já velhos de muito mais de mil anos e que provavam sem contradição lógica a inexistência do movimento, aí estão ainda sólidos como uma rocha, a desafiar a argumentação dos logicistas da velha escola. Cabe a Aristóteles, como se sabe, uma solução, ou antes, pseudo-solução do paradoxo, e que, embora não passe de grosseira escamoteação, se perpetuou, sob formas rejuvenescidas, até a ciência moderna". Prado Júnior, Caio: "Notas Introdutórias à Lógica Dialética", São Paulo, 1959, p. 19).

(31) "Os idealistas subjetivistas afirmam, de uma forma ou de outra, que a sensação ou a percepção sensorial não são meios pelos quais temos o conhecimento direto dos objetos exteriores. Os objetos dos sentidos são as sensações, as impressões sensoriais, os dados sensoriais"; e não podemos, por isso, ver através das sensações os objetos exteriores que se encontram além deles. Disto inferem alguns que nada se acha mais além; outros, que algo pode existir, porém é incognoscível; finalmente outros, como Mach, mais engenhosos, concluem que as sensações e os objetos exteriores são idênticos e que esses são precisamente outros complexos de sensações, ou fazem uma análise do significado das proposições sobre os objetos exteriores, de acordo com a qual tais proposições se referem, na realidade, à ordem e à estrutura de nossas sensações. Já que, na verdade, a sensação é o meio direto pelo qual conhecemos de maneira imediata as existências e as propriedades dos objetos exteriores, é estranho e surpreendente que tantos filósofos considerem-na como uma barreira que nos fecha a porta do conhecimento da existência e das propriedades dos objetos exteriores. Esta extravagante conclusão provém de considerarem a sensação abstratamente, e não em suas relações com a vida". (Cornforth, Maurice: — "Ciência versus Idealismo", Buenos Aires, 1959, pp. 88-89).

(32) Lênin, V. I. — "Materialismo e Empiocrítica", 2 volumes, Rio, 1946, I. Vol., p. 66.

O Republicano

EUCLIDES DA CUNHA foi — sem sombra de dúvidas — um republicano convicto.

O seu republicanismo confunde-se com as suas primeiras manifestações de vida pública, fato que ele recordará em pronunciamento feito quase no fim de sua agitada vida.

O conhecido incidente da Escola Militar não constitui apenas um acontecimento fortuito, fruto do seu temperamento exaltado de esquizotímico, ou de sua psicologia anormal de neurastênico, como supõem muitos — ficar só no momento em que mais acreditava nos companheiros de ideal — mas uma constante, uma dimensão permanente em toda a sua trajetória política. Isto porque jamais conseguiu ver a República fora da moldura ou redoma que o seu idealismo romântico criou para enquadrá-la ou colocá-la, esquecendo-se completamente da realidade, dos fatos objetivos que a determinaram como acontecimento histórico.

Já houve mesmo, dentre os muitos que tentaram estudar a sua obra, quem procurasse estabelecer possíveis coordenações, que uniriam o símbolo abstrato da República por ele sempre sonhada a razões edipianas, que se manifestariam no seu subconsciente (1).

O problema, porém, é bem outro. Para a sua compreensão são precisamos partir de postulados analíticos completamente diversos. Temos que desmontar o seu acervo ideológico para compreendê-lo. Tendo forjado, plasmado e desenvolvido a sua ideologia política e sociológica dentro de padrões que osci-

lavam nos quadrantes do positivismo — quer o comtista, quer o spenceriano — não conseguiu adaptá-la à realidade e ao momento. Daí o seu desajustamento. E as suas incompreensões. Desajustamento e incompreensões que, muitas vezes, iriam conduzi-lo a um negativismo absoluto, desvairado. Vinham, portanto, de um republicanismo desligado da tessitura social e política do País, não compreendeu as suas mudanças e também as mudanças que se operaram nos homens que a fizeram. Adstrito a princípios abstratos e sem possível verificação empírica, não conseguiu regular uma ótica acertada para interpretar o momento e nêle atuar como agente autoconsciente. Não entendia, por exemplo, a quase confraternização entre os líderes políticos de cúpula: republicanos de hoje e monarquistas de ontem. Daí a sua desilusão, tanto mais compreensível quanto maior fôr o grau do nosso conhecimento da realidade política que o cercava e das correntes filosóficas que tinham trânsito no pensamento de Euclides da Cunha.

Aquilo que Nelson Werneck Sodré denomina, com propriedade, *ideologia do colonialismo*, trazia, como um dos seus componentes básicos, o pessimismo. Pessimismo contra o nosso homem. Pessimismo contra o nosso clima. Pessimismo contra a nossa terra (2).

Em contato com a realidade política e social dominante, cheia de contradições, esse pessimismo, que já era um modo de pensar aceito como método, transformou-se — para Euclides da Cunha — em atitude pessoal de encarar os problemas. A sua visão do mundo formalista e profundamente injetada de positivismo chocava-se com os ziguezagues da política, o que bem demonstra como êle se encontrava incapacitado de compreender a essência daquela conjuntura. Daí o seu desencanto, idêntico ao de Lopes Trovão, que afirmara não ser aquela a “República dos seus sonhos”.

A República era sempre sonhada em temperatura romântica, perfectibilizada. Transformava-se em símbolo sem substância, sem conteúdo. Muito distante, portanto, da realidade. Chegou, mesmo, a identificá-la com aquela com que depois se casaria (3).

Do conceito de República, vago e onírico, conceito que se chocava com a realidade social pós-republicana, cheia de compromissos deformantes, nasceu — como afirmamos — o

seu pessimismo, que já era, do ponto de vista global, uma das componentes da sua ideologia.

Em 1895 escrevia ao sogro, General Sólton Ribeiro, dizendo que “a situação é justamente de espertos, daí o grande desânimo que me atinge.

“Estarão aí tão irrequietos como aqui os restauradores?

“Às vezes creio que a nossa República atravessa os piores dias. Esta reação monárquica tem afinal aliança das nossas desgraças políticas e tremo, às vezes, imaginando um sucesso que, por isso mesmo que é um absurdo, pode-se realizar em nossa terra.

“Também será o que falta para completar a nossa desmoralização perante o mundo” (4).

Este estado de espírito pessimista e descrente irá se agravando paulatinamente, e, em abril de 1897, poucos meses antes de embarcar para a aventura jornalística de Canudos, escreveu a João Luís Alves uma carta, que é como o seu testamento de pessimismo: “assalta-me profunda tristeza: é ver sobre a *débâcle* material de tudo neste país a *débâcle* gravíssima de coisas que, em geral, se conservam intactas no meio das maiores catástrofes. O que me impressiona não são as *derrotas*, — são as derrotas sem combate — em que o chão fica vazio de mortos e o exército se transforma num bando de fugidos! Nunca supus que fôssemos passíveis de desastre desta ordem! Nunca!

“Será possível que a nossa República tenha quadros de tal ordem, que lembrem os últimos dias do Briareu-império?

Descrente destas coisas — enfatizava Euclides da Cunha — descrente desta terra, aonde lamento ter nascido, eu creio, entretanto, na vitalidade de um princípio. A República é imortal, e já que temos a felicidade de possuí-la, eu acredito que ela afinal galvanizará este povo agonizante e deprimido. Aquêl *lamento* acima descrito, não acreditares seja apenas uma expressão sentimental — é um produto consciente, exprime realmente a mágoa mais profunda que tinha. Acho, realmente, ridículo o título de filho desta terra depois da vasta série de escândalos de toda sorte com que ela tem desmoralizado a História” (5).

Como podemos ver facilmente, é a República *princípio abstrato* sobrepondo-se à República *realidade*.

A sua incompreensão, que já tinha o seu embasamento negativo nas correntes de opinião que assimilara, encontrava campo fértil, ambiente favorável e acústica propiciatória nos fatos que, se vistos à superfície, traziam elementos capazes de transmitir desespero, desamparo, nihilismo. Verdadeiro beco político sem saída.

O beco sem saída, porém, era apenas o impasse que existia entre o mundo objetivo e o arsenal cognitivo de quem o interpretava. Não era apenas êle. Os positivistas também, como é óbvio. E cabe aqui tentar demonstrar como a corrente positivista também se considerava inteiramente em desacôrdo com os acontecimentos, pois não conseguiu marcar passo em ritmo de realidade. Alienou-se. É verdade que, se analisarmos a época em que Euclides da Cunha escreveu a carta que citamos — 1897 — poderíamos apresentar, numa fileira impressionante, fatos que demonstrariam ser possível a um intelectual com a sua formação cair no desespero. Sem falarmos na aventura anterior do *ensilhamento*, a realidade era de retrocesso e retirada daquelas forças mais radicais, que tentaram — ao consolidá-la — impulsionar a República além dos quadros institucionalmente ideais àqueles que a desejaram e a fizeram oficialmente. O florianismo estava em franca oposição. Debatia-se o País em uma crise sem precedentes. Os empréstimos eram cada vez mais escorchantes. Um ano após a carta — como um dos sintomas desse processo de retrocesso político — missiva dos diretores do "The London & River Plate Bank Limited" dizia ao nosso então ministro da Fazenda, Bernardino de Campos, que o seu representante Edward Tootal iria expor as opiniões daquele estabelecimento, "fundadas em apreciações de pessoas interessadas na matéria, que acompanham, com inquietude, o estado precário do câmbio desse país".

"O Sr. Tootal — prosseguia a carta — terá a honra de submeter ao alto critério de V. Excia. algumas medidas que o governo federal, a quem a posição de câmbio deve causar sérias perturbações de espírito, convirá estudar, como meio de conjurar a crise que ameaça o meio circulante e, por consequência, os interesses vitais do país" (9).

Ainda no mesmo ano, vejamos como os banqueiros ingleses se dirigiam ao Brasil, a fim de que nos fôsse concedido empréstimo:

"1.º — O Tesouro pagará na cidade do Rio de Janeiro, no lugar em que fôr determinado, em moeda corrente, e segundo forem vencendo:

— Os juros da dívida externa fundada;

— Os juros do empréstimo interno de 1879;

— As garantias das estradas de ferro.

2.º — Estes pagamentos durarão, nesta forma, pelo espaço de dois anos e se farão ao câmbio que fôr convencionado, digamos doze dinheiros por mil réis.

3.º — As amortizações respectivas serão satisfeitas na forma indicada no parágrafo 7.º.

4.º — Conjuntamente com os pagamentos dos juros, o governo emitirá em Londres, por intermédio dos seus banqueiros e agentes, os Srs. Rothschilds, obrigações de um empréstimo externo, em libras, francos e marcos, de forma que as emissões sejam feitas gradualmente, e à medida que os juros e garantias forem pagos no Rio de Janeiro.

a) Este empréstimo será especialmente garantido:

— pelos direitos de alfândega da Nação;

— pelo abastecimento de água na Capital Federal e a sua renda;

— pela hipoteca da estrada de ferro Central do Brasil, seus acessórios e rendas.

b) o juro será de 5 por cento e a amortização de 1/2 por cento anuais, pagáveis, quanto aos juros, semestralmente, e quanto à amortização, anualmente, nas cidades de Londres, Paris e Berlim (7).

Isto no setor das finanças externas. No setor interno, o orçamento votado para 1898 confessa um *deficit* de 30.000:000\$000. De uma receita de 300.000:000\$000, só a verba de diferença de câmbio absorve 186.000:000\$000. E o próprio presidente Prudente de Moraes confessava ao seu ministro Bernardino de Campos, que "o nosso pior inimigo é a situação financeira péssima com que lutamos e cujo termômetro é o câmbio" (8).

Mas haviam outros motivos: a reação conservadora contra as forças mais radicais que se haviam aglutinado em torno

de Floriano Peixoto. A revolta da esquadra de Custódio José de Melo. A luta entre os restauradores e republicanos, e no seio destes últimos, entre os chamados *jacobinos* e os que desejavam restabelecer, de qualquer forma, o comando total dos senhores de terras em detrimento da fraca burguesia que se formava.

O *restaurador* Gentil de Castro foi assassinado, despertando o fato uma onda de protesto mesmo entre certas camadas liberais, lideradas por Rui Barbosa⁽⁹⁾. O estado de sítio entrara em vigor. Após o regresso de uma tropa que vinha de Canudos, o então ministro da Guerra, Mal. Bittencourt, ao tentar salvar a vida do presidente, era assassinado, o que causou enorme celeuma. Jornais monarquistas eram empastelados. E os antigos florianistas, no ostracismo, viam restaurar-se, em pleno governo republicano, a influência todo-poderosa dos senhores de terras. Especialmente os representantes da oligarquia cafeeira. A burguesia mercantil e industrial, que tímidamente aparecia na arena política, viu-se preterida, dominada e transformada em caudatária da oligarquia do café. O florianismo, que representava, de modo nem sempre coerente, os interesses dessas camadas intermediárias, transformava-se em oposição *jacobina*. "O florianismo, nesse quadro — escreve Nélson Werneck Sodré — correspondia aos anseios, espontâneos e nem sempre claros, da classe média. Em torno da figura do chefe do governo, apoiando-se nas medidas energéticas que tomava para a manutenção da ordem e consolidação do regime, os grupos da classe média articulavam-se, resistindo à pressão oligárquica, que crescia a cada momento. Tratava-se, em suma, de alijar do poder a componente militar, que nele representava a classe média. Rompia-se a aliança formada para alterar o regime. Derrotada a monarquia, reformado o aparelho do Estado obsoleto, introduzidas as alterações que interessavam à classe dominante, não havia mais que aceitar a aliança, que começava a tornar-se incômoda"⁽¹⁰⁾.

Por outro lado, as classes dominantes estabeleciam uma luta dentro dos seus próprios quadros, em consequência do desenvolvimento desigual das economias regionais. Manoel Vitorino, que tentara desesperadamente conseguir de Prudente de Morais o poder nas mãos, ao ser derrotado, sentiu que o bas-tão da política havia saído das mãos dos latifundiários deca-

dentos do Nordeste e da pequena burguesia, passando para as mãos da oligarquia cafeeira. E a pequena burguesia, a classe média, desaparecia, praticamente, como expressão política.

Por tudo isto Euclides da Cunha se sentia derrotado, como Silva Jardim que iria morrer melancolicamente no Vê-súvio.

Estas as raízes históricas do seu pessimismo em relação à República. Vejamos, agora, as ideológicas.

2

O filão da filosofia positivista no Brasil poderá explicar — pelo menos de modo relativo — as bases do pessimismo de Euclides da Cunha, no particular. Embora sem ser um dos chamados *ortodoxos* adeptos do *Apostolado*, o que não se pode negar é que a filosofia de Augusto Comte exerceu no seu pensamento uma influência maior do que a que tem sido comumente destacada. O *Apostolado*, porém, continuava com a sua ortodoxia, afastando do seu seio homens como Benjamin Constant, uma das vozes republicanas mais respeitadas e ouvidas. Era a *alienação* que atingia os seus adeptos mais exaltados, de vez que não sabiam entrosar os princípios gerais do Mestre à nossa realidade. Como afirma muito bem o Professor Cruz Costa, "a República tinha que vir". Não seria, porém, o ortodoxismo do *Apostolado* que a determinaria, como não seria, também, simplesmente a pregação filosófica de Benjamin Constant. A República, como a Abolição, teve causas mais profundas, longos antecedentes (...). Paradoxalmente afastados do *possível* e do *realizável*, estes positivistas ortodoxos pouco ou quase nada fizeram pelo advento da República. Nem podiam fazer (...). Além disso, a política já lhes havia causado muitas desilusões. "A sociedade moderna — dirá um dos positivistas — só deixará de ser vítima da anarquia por uma reforma completa, livremente compreendida e praticada, dos sentimentos e dos pensamentos, o que escapa inteiramente da alçada dos governos temporais"⁽¹¹⁾.

Continua o Professor Cruz Costa: "Manoel Bonfim observa, por sua vez, que o positivismo comunicava aos seus adeptos "um tom de soberana e absoluta suficiência (...). Com isto, os seus adeptos adquiriam o privilégio da infalibi-

dade. Isto quanto ao problema no seu sentido mais imediato. As consequências dessa posição adviriam naturalmente.

Ela se manifesta no seu programa de 21 de novembro de 1889, que era o seguinte: a) *a ditadura republicana deveria ser mantida em caráter definitivo*; b) o atual *governo provisório elaborará*, com o concurso de pessoas competentes, *um projeto de constituição*, que seria; c) apresentado à apreciação popular a fim de ser amplamente discutido. Esse projeto: d) *depois de ter recebido as emendas que o governo julgasse aceitáveis*, seria apresentado à *sanção das câmaras municipais* de toda a República e promulgado depois de um *plebiscito*, em que tomariam parte todos os cidadãos maiores de 21 anos, subessesem ou não ler e escrever. Essa constituição: e) deveria *“combinar o princípio da ditadura republicana com a mais ampla liberdade espiritual: a primeira, caracterizada pela reunião, no poder executivo, da faculdade legislativa pela perpetuidade da função e transmissão desta a um sucessor livremente escolhido pelo Ditador, sob a sanção da opinião pública; a segunda, pela separação da Igreja do Estado, supressão do ensino oficial, salvo o primário, e subsequente liberdade completa de profissões, extintos todos os privilégios inerentes aos diplomas científicos, ou técnicos, assentando o novo regime na mais vasta liberdade de reunião e de pensamento, com a única obrigação de todo cidadão assumir devidamente a responsabilidade de seus escritos, assinando-os”* (12).

Estes dois fatores: os acontecimentos políticos da época, cheios de contradições que davam conteúdo às transformações que se verificavam, e a formação de Euclides, fortemente calcada de elementos positivistas — também desligada da realidade brasileira — foram as pedras basílares das suas desilusões. Daí achar, como Lopes Trovão, não ser aquela República a dos seus sonhos de môço idealista da Escola Militar.

3

E não podia ser. O ideal republicano — durante a sua trajetória — de simples idéia infusa, vaga, utópica, nascida no seio da própria sociedade colonial, até a sua realização, em 1889, sofreu uma transformação, que se não o desfigurou completamente, por não possuir êle no seu início uma deter-

minada compleição uniforme, desagregou de si uma série de postulados que serviam para transformá-lo numa aspiração de diversas camadas sociais, no declínio do segundo reinado. Quando, na fase da Maioridade, os diversos movimentos separatistas espoucaram no Brasil, todos tinham feição republicana nos seus delineamentos fundamentais. Mas a República não tinha ainda uma correspondência de necessidade social madura. Trazia dentro de si um conglomerado mal digerido de inquietações sociais, de descontentamentos, que iam desde aos dos escravos e forros, que estavam revoltados na sua justa aspiração de liberdade e melhoria de situação, até os murmúrios dos traficantes de escravos, que nada mais viam no trono senão um aparelho centralizador, que impedia o desenvolvimento dos seus negócios de acôrdo com os seus desejos.

Posteriormente, porém, com o declínio de todo um setor da nossa economia agrária, o ideal republicano se divorciou, no tablado realista da política, de vários outros ideais a êle ligados — especialmente o abolicionista — sendo que, no seio de agremiações como o Partido Republicano Paulista, o abolicionismo foi transformado em ponto neutro e, algumas vêzes, em pomo de discórdia.

Essa transformação do ideal republicano só poderá ser compreendida através de uma análise mais aprofundada da sua trajetória. É que, quando êsse movimento se transformou em força política atuante, já respondia às necessidades de classe determinada da sociedade: os senhores de terras, tendo, como é evidente, como seus porta-vozes, a intelectualidade mais radical e setores da classe média (13). Não trazia mais, portanto, dentro do seu corpo, aquela carga de elementos ideológicos a êle estranhos, mas se definia no nosso horizonte político como plataforma específica e qualificada capaz de satisfazer os anseios e corresponder aos interesses dêsse setor da nossa sociedade. É somente ler o manifesto republicano de 1870. Aquêles que a êle se engajaram por questões teóricas e filosóficas, cedo iriam se desiludir com a evolução dos acontecimentos. Euclides da Cunha encontrava-se entre os membros dêsse grupo, que iria se marginalizando progressivamente (14).

Daí Euclides da Cunha ser sempre um desajustado dentro do jôgo político republicano. Não compreendeu o papel de

Florian Peixoto. Em 1894, toma posição contra João Cordeiro no incidente do jornal "O Tempo", dizendo que o protesto "não exprime a quebra de solidariedade com os companheiros ao lado dos quais tenho estado" (15). O seu sonho de candidato a deputado foi por água abaixo, e quando, já em 1902, numa carta datada de Lorena, ao responder uma pilhéria de José Escobar, que o chamava de candidato a ministro, escrevia: "Ministro! Ministro da Viação este teu pobre amigo! Só mesmo em sonhos... — Mas queres saber de uma coisa? Prefiro ser realmente ministro nos breves minutos de um sonho, ocupando a imaginação de um amigo, de que o ser, de fato, nesta terra onde não há mais altas e baixas posições... Minado tudo" (16).

A desilusão republicana acompanha-o durante toda a existência.

Desilude-se de Florian Peixoto. Desilude-se de Benjamin Constant, o antigo mestre. Em 1890 (um ano, portanto, após a proclamação da República), já se dirigia ao pai invejando o ídolo de ontem. Dizia então: "Imagine o senhor que Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me sem titubear, e sem raciocinar, perdeu a aureola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filiotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado — justamente desmoralizado". Talvez aqui esteja a explicação daquela sua afirmativa de que só conhecia o positivismo através da matemática, querendo diminuir a pregação filosófica de Benjamin Constant. No entanto, é impossível que se possa crer naquela afirmativa de Euclides a que já nos referimos em capítulo anterior. As desilusões é que o levariam a fazê-la.

Porque Benjamin Constant nada tinha de prosaico professor de matemática. Pelo contrário. A incessante pregação da filosofia positivista era a tônica da sua atividade. Sívio Rabelo diz que "era essa voz meiga e candente a desenvolver as teorias do positivismo que seduzia os jovens da Escola Militar, então alvoroçados por tudo quanto fôsse novidade. E depois, todos eles sentiam no mestre, rígido em questões de princípio, mas tolerante e bonacheirão com os arroubos da mocidade, o homem naturalmente predisposto à aventura política, que dentro em breve deitaria ao chão o Imperador e as

instituições que encarnava" (17). Daí a posterior desilusão de Euclides da Cunha.

Com Florian Peixoto a coisa é idêntica. Não compreendeu o "Marechal de Ferro" como expressão de uma componente social, queria-o como um herói carlyliano, acima das injunções de tempo e interesse. Se, em 1892, apoiava Florian Peixoto contra a intimação que recebera, por parte de alguns generais, para que realizasse as eleições presidenciais, dizendo ser "preciso que se faça sentir, quanto antes, por parte do governo, a repressão mais enérgica, para que não continuemos por mais tempo à mercê de todos os desmandos, de toda a desorientação dos que não temem a enorme queda — nossa e da Pátria" (18), e tenha, num fragmento de diário, de 8 de fevereiro de 1894, afirmado a sua participação ao lado do governo contra a revolta da esquadra, abrindo trincheiras, o certo é que logo se desencantou do seu ídolo.

Dirá, em outro artigo, que "o herói, que foi um enigma para os seus contemporâneos pela circunstância claríssima de ser um excêntrico entre eles, será para a posteridade um problema insolúvel pela inópia completa de atos que justifiquem tão elevado renome" (19).

Finalmente, nas páginas de "Os Sertões", está o julgamento definitivo: "o inflexível *marechal de ferro* tivera, talvez involuntariamente, porque a sua figura original é ainda um intrincado enigma, desfeita a missão a que se devotara. Apelando, nas aperturas das crises que o assoberbaram, incondicionalmente, para todos os recursos, para todos os meios e para todos os adeptos, surgissem de onde surgissem, agia inteiramente fora da amplitude da opinião nacional, entre as paixões e interesses de um partido que, salvante bem raras exceções, congregava todos os médiocres ambiciosos que, por instinto natural de defesa, evitam as imposições severas de um meio social mais culto" (20).

Como republicano que era, não foi, no entanto, Euclides da Cunha, um fanático do sufrágio universal, pelo menos dentro dos métodos adotados no Brasil da época. Nisto, também,

o dedo ideológico do positivismo parece haver guiado, pelo menos em parte, o autor de "Os Seritões". Os positivistas eram, como já dissemos, adeptos da ditadura republicana em moldes que nunca foram aplicados. "Por ocasião das últimas eleições — dizia Miguel Lemos — no Estado do Rio de Janeiro, um chefe político da oposição foi queixar-se a Deodoro de violências eleitorais por parte do governador. — *Ora, Sr. Dr., respondeu Deodoro, o Sr. sabe que isto de eleições foi sempre uma grande bandalheira*. Esta resposta condensava sua brutalidade, todos os sentimentos do positivismo sobre o sistema eleitoral" (21).

Euclides da Cunha, ao analisar o sistema eleitoral vigente no sertão, com todas as suas injustiças, dirá que "os grandes conquistadores de urnas que, a exemplo de milhares de comparsas disseminados neste país, transformam a fantasia do sufrágio universal na clava de Hércules da nossa dignidade, apelavam para o Conselho".

Canudos fazia-se, então, provisoriamente, o quartel das guardas pretorianas dos Capangas, que de lá partiam, trilhando rumos prefixos, para reforçarem, a pau e a tiro, a soberania popular, expressa na imbecilidade triunfante de um régulo qualquer; e para o estracoeamento das atas; e para as mazorcas periódicas que a lei marca, denominando-as "eleições", eufemismo que é entre nós o mais vivo traço das ousadias da linguagem" (22).

Sentia bem, portanto, a exploração política das populações camponesas, alienadas por aqueles que na estrutura da sociedade brasileira eram as causas dessa mesma alienação e sobre ela assentavam o seu sistema hierárquico de controle.

Temos, portanto, de ver no último trecho que transcrevemos duas coisas distintas: de um lado, a formação positivista de Euclides da Cunha; mas temos, também, de analisar como os fatos caldeavam para o seu pensamento perspectivas certas, como esta análise do republicanismo *democrático* e bronco dos senhores de terras. Temos de compreender, finalmente, que não foram os conceitos acima enunciados simples precipitados ideológicos do positivismo, mas conclusões calcadas nos acontecimentos daquela época, acontecimentos que eram fruto de uma realidade que deixou aderências profundas e fulcros definitivos na nossa sociedade até hoje.

Para ele, o sufrágio universal não tinha, num país em que a franja de cidadãos ativos (eleitores) é insignificante, em relação à sociedade civil, aquela importância que certos sociólogos, que se perdem em termos de um formalismo jurídico obsoleto e ultrapassado, querem atribuir. Via a realidade brasileira do seu tempo, em um determinado local (o sertão baiano), e tirava ilações dessa realidade. Denunciava, também, um estado de coisas que persiste, no fundamental, até os nossos dias. Mas, é na última fase da vida de Euclides da Cunha que podemos ver, ou pelo menos vislumbrar, uma mudança no seu pensamento em relação ao regime republicano. Essa mudança consistia — segundo pensamos — em um otimismo que tomava corpo e um pessimismo que recuava.

Como já procuramos demonstrar, ele havia passado o seu pensamento por um crivo autocrítico muito sério, durante os estudos que realizou para o seu concurso de Lógica, reconpondo os elementos conceptuais da sua cosmovisão sociológica. Por outro lado, acompanhando essa evolução sociológica e sendo, mesmo, o seu segmento material, a sociedade brasileira, ao iniciar o século, dera uma guinada para a frente, do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico. Embora conservadas intactas as suas bases estruturais e mantido o poder nas mesmas mãos que o conseguiram com a proclamação da República, passada a fase de transição *consolidadora*, o Brasil criava — do ponto de vista econômico — centros de desenvolvimento relativamente importantes para a época, se configurados dentro da estrutura global do momento nacional, e não em confronto com outros países.

Dáí — da revisão da sua ideologia e da transformação por que passava a nossa realidade — a mudança operada no seu pensamento.

O homem que lamentava haver nascido no Brasil, em 1897, ao falar aos jovens da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1907, é outro. Completamente mudado. Diz que não sabe de nenhuma raça que, "como a nossa, despertasse nestes tempos, depois de um mais profundo sono, aparelhando-se, à carreira, para alçar a marcha progressista de outros povos" (...). "Temos mudado muito. Partiu-se nos últimos tempos o sequestro secular, que nos tornava apenas

espectadores da civilização. A nossa política exterior conjugu-se com a internacional. O descortino dilatado de um estadista, depois de engrandecer-nos no espaço, engrandecunos no tempo" (...). "Penso que seremos em breve uma componente nova, entre as forças cansadas da humanidade" (23).

Depois de tanta tortuosidade, em 1907, Euclides da Cunha dava um crédito de otimismo ao País que êle chegara a renegar, num momento de pessimismo alienado.

(1) "Euclides da Cunha, que talvez tenha sido um indivíduo social obcecado pela imagem materna, parece tê-la identificado com seu grande ideal de mocidade — a República" (Gilberto Freyre: "Sociologia", 2 vols., Rio, 1945, 2 vol., p. 718).

(2) "Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de idéias e conceitos que gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar, e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre êles ou as suas metrópoles. Surgiu e cresceu com a fase mercantilista e consolidou-se com o acabamento do processo que colocou o capitalismo como modo de produção predominante, desembocando na fase imperialista a que assistimos. Sumariamente, nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo que justificava a exploração colonial: conceitos de clima, conceitos de raça, conceitos de civilização. Sob o clima tropical, não seria possível forma adiantada de organização social, econômica ou política; a raça negra seria inferior e, como tal, destinada apenas ao trabalho, influido negativamente nos cruzamentos em que concorresse, como, de resto, seriam por si mesmos negativos os cruzamentos; as técnicas avançadas de organização política, como de produção, não poderiam ser adaptáveis a povos coloniais, onerados pelo clima e pela raça — tais foram, entre outras menos importantes, as formas muito difundidas de uma ideologia que, no fundo, preferia apenas coonestar e justificar a exploração colonial" (Sodré, Néelson Werneck, "A Ideologia do Colonialismo", Rio, 1961, p. 133).

(3) "No dia 16, após a proclamação da República, levado por um primo do General Sôlon Ribeiro, Euclides tentia, por intermédio daquele, o seu reingresso no Exército. Nesse mesmo dia, foi apreendido à então Sra. Ana Ribeiro, a quem, sem mais nem menos, ao sair, deixa um bilhete de amor, redigido por Euclides, nos seguintes termos: Saniinha: entrei nesta casa com a imagem da República e parto com a tua no coração" (Fusco, Rosário: "Vida Literária", São Paulo, 1940 (pp. 229-230)).

(4) Venâncio Filho, Francisco: "Euclides da Cunha a seus amigos". São Paulo, 1938, p. 63.

5) "Revista do Livro", Ano IV, n.º 15, 1959. Como é evidente, esta carta foi escrita sob o impacto da derrota do Cel. Moreira César, em Canudos. O seu pessimismo deve partir daí.

(6) Peixoto, Silveira: "A Tormenta que Prudente de Moraes Venceu" (2.ª ed.), Curitiba, 1942, p. 289.

(7) Op. cit., pp. 291-292.

(8) Op. cit., *passim*.

(9) "Encontrei a cidade imersa em pavor. Tinham-se arrasado três jornais. Dos seus despojos, conduzidos pela mais transitada rua da capital, um tróço de gente desatinada fizera, na praça pública, o mais insolente auto-de-fé, e as chamas da fogueira sinistra acabaram tranqüilamente a obra do mais fatal dos exemplos. Um homicídio ignóbil, anegrado por nefandas apologias, inaugurara na metrópole brasileira o assassinio político.

Através dêsse pesadêlo, em que se sentia mais completamente do que nos piores dias da revolta o nada absoluto dos direitos constitucionais, só se deixara à imprensa a alternativa de calar o crime, ou lhe soprar o brasileiro". (Barbosa, Rui: Obras Completas, Vol. XXIV, Tomo I, p. 24).

(10) Sodré, Néelson Werneck: — "Formação Histórica do Brasil", São Paulo, s/d., p. 304.

(11) Cruz Costa, João: "Contribuição à História das Idéias no Brasil", Rio, 1956, pp. 241-242.

(12) Op. cit., Citação de Miguel Lemos, p. 249.

(13) "A República de 1889 tinha suas particularidades próprias. Liberal, como as demais da época, sua base econômica, no entanto, não era, como em outros países, o capitalismo desenvolvido. Nem sua classe dirigente foi a burguesia, então incipiente entre nós. Baseava-se, em verdade, no latifúndio pré-capitalista. Nela, o poder econômico concentrava-se em mãos dos proprietários rurais. O "coronel", o insaciável faminto de terra, era o seu estio político. Os intelectuais cidadãos, geralmente bacharéis, desembocavam na carreira política para defender os interesses latifundistas (Sampaio, Aluísio: "Brasil — Síntese da Evolução Social", São Paulo, 1961, pp. 156-157).

(14) O próprio Euclides escrevia: "O nôvo pensamento político, característico ou mal vinculado às tendências separatistas nas insurreições incoerentes que vieram até 1817; inoportuno em 1822 e 1831, por contrariar o interesse maior da unidade da pátria; repellido em 1837-1848, porque ainda se tornara indispensável a ação exclusiva da força centrípeta da realza; envolvendo, imperceptível, e perdendo de ano em ano o caráter separatista com esposar os ressentimentos alastrados pelo país inteiro na trégua partidária de 1852-1858; aflorando, por fim, mais íntegro, no violento revide de 1862, que uma guerra externa abrandou, desviando as preocupações nacionais: — depois dessas vicissitudes, em 1870, impunha-se. Para vencer tinha a força das novas aspirações sociais tão vigorosas que

se refletiam nos próprios partidos dinásticos, talhados em dissidências que se digladiavam, desangrando-se, sem pouparem dos golpes, como vinhos, a própria figura imperial" (Euclides da Cunha: "À Margem da História", Pôrto, 1941, p. 299).

(15) Venâncio Filho, Francisco: "Euclides da Cunha a Seus Amigos", São Paulo, 1938, p. 57.

(16) Op. cit. p. 78.

(17) Rabelo, Sílvio: "Euclides da Cunha", Rio, 1948, pp. 50-51.

(18) In "Revista do Livro", ano IV, nº 15.

(19) Cunha, Euclides da: "Contrastes e Confrontos", Pôrto, 1923, p. 11.

(20) Cunha, Euclides da: "Os Sertões", Rio, 1933, p. 292.

(21) Cruz Costa, João: "Contribuição à História das Idéias no Brasil", Rio, 1956, p. 292.

(22) Cunha, Euclides da: Op. cit., p. 194.

(23) Cunha, Euclides da: "Castro Alves e o seu Tempo", s/d., p. 30. — Sobre a data exata em que foi pronunciada essa conferência, consulte-se "Castro Alves e o seu Tempo", artigo de Domingos Carvalho da Silva, in "O Estado de São Paulo" (Suplemento Literário), de 22-9-62.

“Uma Questão Incômoda”

SE EUCLIDES DA CUNHA foi o que se pode chamar de republicano atuante e convicto — pelo menos na primeira fase de sua vida — o mesmo não se pode dizer sobre ele em relação ao Abolicionismo. A época da pregação republicana era a mesma da campanha contra o instituto da escravidão, o seu pano de fundo, muitas vezes. No entanto, tanto nos artigos de jornal como nos livros que escreveu, especialmente na síntese histórica que fez da Independência à República, contornou habilmente o assunto sem procurar ver a sua verdadeira importância e sem demonstrar simpatia acentuada pelo mesmo. Se não chega a justificar a escravidão em nosso País, pelo menos a explica como “dolorosa fatalidade social”⁽¹⁾

O problema abolicionista, nos seus diversos aspectos, seja o de formulação das medidas capazes de terminar com a escravidão, seja a da própria escravidão com a sua coorte de desajustamentos, sendo um dos mais importantes a participação do cativo no processo da sua própria libertação, estava na ordem do dia. Desenvolvia-se a campanha em moldes capazes de sensibilizar grandes camadas da intelectualidade brasileira, que via nela o seu maior momento. Muitos dos homens que depois fizeram a República encontravam-se, naquele instante, em franca e aberta batalha contra o trono dos Braganças, objetivando extinguir o cativo. O movimento tinha neste sentido precursores e continuadores. Precursores, como Luís Gama. Continuadores, como Silva Jardim, homem que Euclides da Cunha tinha na mais elevada conta. Amigos seus, como Vicente de Carvalho, engajaram-se na campanha.

Vozes vindas de todas as regiões do Brasil, unidas através da Confederação Abolicionista, com maior ou menor intensidade, brilho ou erudição, davam sua contribuição à campanha emancipadora. A ala republicana radical, composta na sua maioria de intelectuais oriundos da pequena burguesia, não desligava a pregação republicana da abolicionista, fato que chegou a criar atritos e zonas nevrálgicas entre ela e os oligarcas da agricultura, também republicanos. Era, de fato, o abolicionismo uma campanha popular, talvez o primeiro grande movimento em que amplos setores da opinião pública participaram e influíram.

Euclides da Cunha, porém, não levantou a sua voz a favor da manumissão dos escravos com o vigor, a clarividência que o momento impunha e a sua sensibilidade exigiam. Não. Enquanto pensadores anteriores a ele, como é o caso conhecido de José Bonifácio e Tavares Bastos entre outros, debatiam a questão, Euclides da Cunha parece que não sentiu a sua transcendência, postando-se numa equidistância incompreensível. Não a sentiu durante a campanha: o 13 de maio iria encontrá-lo com 22 anos; não lhe compreendeu a importância, posteriormente.

Um dos seus mais inteligentes críticos — Vicente Licínio Cardoso — afirmou que ele “comentou insuficientemente o problema da emancipação sem sondar as raízes profundas do elemento escravo” (2).

É verdade. Admira mesmo, num pensador como Euclides da Cunha, o desinteresse, ou pelo menos a indiferença, por problema histórico de ressonância ainda tão à epiderme, admiração que aumenta se ponderarmos em que ele era um homem voltado mais para os nossos problemas e a nossa realidade do que a maioria dos seus contemporâneos. Como explicar o fato?

Faltou a Euclides da Cunha visão sociológica suficiente para enquadrar as lutas dos escravos como base de um processo econômico de desenvolvimento da nossa sociedade. Pelo contrário. Como intelectual, parece que se sentiria diminuído se tivesse de compreender esses movimentos como um fator básico no processo de transformação da sociedade brasileira, processo que, após a emancipação do elemento servil, desembocaria na República. Todas as vezes, portanto, que aborda

essas lutas é para denegri-las. Talvez somente no prefácio ao livro “Poemas e Canções”, de Vicente de Carvalho, tivesse visto essa luta com simpatia, mas acrescentando como que envergonhado: “à imensa desventura do africano abatido pelo traficante, contrapusemos a rebentina do crioulo revoltado. Vicente de Carvalho agarrou, num lance magnífico, a única situação heróica e fugaz — durando o que durou o relâmpago da foice coruscante brandida por um hérules negro — de uma raça humilhada e sucumbida” (3).

Diga-se de passagem que Euclides da Cunha estava considerando o poema “Fugitivo do Cativo”, de Vicente de Carvalho, seu amigo e que fôra um dos abolicionistas mais ativos durante a campanha. E o prefácio é de 1908, quando ele já tinha elementos para analisar melhor o abolicionismo. O escravo não entra no quadro que Euclides da Cunha configurou das forças impulsionadoras da sociedade brasileira. Via do trabalho escravo o seu lado negativo, passivo. O lado que seria depois apresentado por sociólogos acadêmicos como diagnosticador de um masoquismo biológico do negro. Exatamente o lado dinâmico da escravidão, que consistia no soloamento das relações de trabalho escravista, realizado pelo próprio elemento servil, não tem a simpatia de Euclides da Cunha. Chega a louvar os bandeirantes que destruíram Palmares, para ele uma “grosseira odisséia”. O escravo negro tem, para ele, portanto, o duplo estigma — de ser escravo e ser negro, *raça inferior*, segundo a sua ciência de gabinete. Como podia ter simpatia pelo processo social revolucionário que, sob a camada oficial do movimento abolicionista, atingia, na sua base, o regime escravista? E como podia ele, dentro da redoma conceptual do seu Spencer, compreender a abolição como um processo histórico-natural?

Conta Olímpio de Souza Andrade, baseado em depoimento de Modesto de Castro, que “da janela da sua casa, ressonava, com umas poucas palavras sobre o 13 de maio, à saudação de “Viva o Dr. Euclides!”, por parte de um grupo de negros chefiados por um criado de Escobar, e que passeavam pelas ruas, comemorando a data da libertação dos escravos” (4).

Talvez tenha sido — fazendo-se exceção do seu artigo inserido em “O Democrata”, sobre a abolição no Ceará —

a única vez que teve um rasgo de entusiasmo pelo assunto. De modo geral, porém, vê o abolicionismo como uma conquista das forças liberais exclusivamente, fato que aceita sem muito comentar. E sem nê ter influído. Há mais: em Castro Alves — que, aliás, êle não compreendeu — o que destaca não é a sua posição abolicionista, mas os seus encantos republicanos, recordando-se de que, nos seus cadernos escolares, lá estava a definição:

“República voo ousado
do homem feito condor!”

Relembra também a atuação de Castro Alves num comício republicano de Borges da Fonseca, em 1867, quando imprecava:

“A praça, a praça é do povo
como o céu é do condor!”

É o mesmo deslumbramento de republicano e a mesma posição reticente ou, pelo menos, desentusiasmada em relação ao abolicionismo.

Daí, como já acentuamos, não haver compreendido a mensagem, a essência da poesia de Castro Alves. Em manifestação anterior sobre o seu patrono na Academia Brasileira de Letras, a incompreensão é a mesma. Chega a desviar o prumo do discurso, ocupando-se, quase que só, de Valentim Magalhães, seu antecessor.

2

Tudo isto o levaria a subestimar a escravidão na formação da sociedade brasileira e, conseqüentemente, a importância do abolicionismo nos seus diversos escalões de atividades, que vão desde as do próprio escravo, passando pelos pequenos burgueses radicais da intelectualidade, até chegarem àquelas camadas da cúpula da pirâmide que, por diversos motivos, não mais estavam interessadas no trabalho servil. Daí, também, não ter visto o papel do negro vinculado ao *status* de escravo, com as suas diversas constelações explosivas, de revolta, de contra-escravidão, de elemento que se transformava, gradativamente, em negação do próprio sistema de trabalho imperante, mas apenas como ser *biológico*, como componente de uma

raça inferior. A miscigenação passa a ser, para êle, o fundamental, já que daí nasceria o “mestiço neurastênico”, fator de instabilidade da sociedade brasileira, pelas suas mazelas congênicas.

Na formação histórica do Brasil, portanto, não via a escravidão com ótica acertada. Via o negro como um desagregador biológico. Não o via como elemento que desagregava, a partir de certo momento, um sistema de trabalho obsoleto ⁽⁵⁾.

Ao tratar da luta contra os holandeses, quando a ciência nativista da população baiana e pernambucana criou o primeiro embrião de nacionalidade, por cima de diferenças de côr, através da *praxis* revolucionária, diz que “no período culminante, a luta com os holandeses, acampam, claramente distintos em suas tendas de campanha, os negros de Henrique Dias, os índios de Camarão e os lusitanos de Vieira. Mal Unidos na guerra, distanciam-se na paz. O drama de Palmares, as correrias dos silvícolas, os conflitos na orla dos sertões, violam a transitória convergência contra o batavo” ⁽⁶⁾.

Daí outra posição que é corolário da primeira: a função *civilizadora* das bandeiras. “Quando as correrias do bárbaro ameaçavam a Bahia, ou Pernambuco, ou a Paraíba, e os quilombos se escalonavam pelas matas, nos últimos refúgios do africano revoltoso — o sulista, di-lo a grosseira odisséia de “Palmares”, surgia como o debelador clássico dêsses perigos, o empreiteiro das grandes hecatombes” ⁽⁷⁾.

Não ignorava, porém, contraditoriamente ao que afirmara em outro local, que a comunidade de interesses das populações sertanejas juntava-as num só bloco: “a população, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante” ⁽⁸⁾.

Apesar de dizer que o mocamboiro era raro, afirma em outro trecho: “Daí as façanhas que criavam a nossa história nos XVII e XVIII séculos; o sem conta de revoltas debeladas ou quilombos dissolvidos por aqueles minúsculos exércitos de *capitães-do-mato*, através de batalhas ferocíssimas e sem nome. Imitando o próprio sistema do africano e do índio, os sertanistas dominavam-nos graças à mesma norma que se traduz por uma fórmula paradoxal: — dividir para fortalecer” ⁽⁹⁾.

Como vemos, o índio e o negro eram os elementos *perturbadores*. Os sertanistas eram os *civilizadores*.

De tudo o que estamos sumariando podemos concluir, fazendo nossas as afirmativas de Vicente Licínio Cardoso: "O próprio Euclides da Cunha, nas páginas admiráveis de *"Da Independência à República"*, não percebeu a gravidade do problema econômico, que agitava ocultamente as engrenagens gas-tas da máquina monárquica. Ele viu, antes de tudo, o renas-cimento do espírito democrático republicano que não pudera medrar suficientemente robusto no início do século; sentiu a força lógica, inadiável, invencível dos acontecimentos repu-blicanos há muito condensados no ambiente político da nação: mas não insistiu na desorganização da riqueza agrícola do país. E, temeroso em atribuí-la às causas políticas, calou o seu próprio julgamento. No entanto, bem examinado o seu balanço histórico, verifica-se que ele vai até 1875 tão-sòmen-te; não descreve as duas décadas do despenhadeiro republi-cano, desculpa-se, então, com uma frase feliz, eminentemente curta e sagaz; ao invés de historiar a evolução das forças re-publicanas, lembrou que em 1889 "a revolução já estava feita".

Admira-me, por isso mesmo, que ele não tivesse também resumido: "porque a 13 de maio de 1888 a emancipação já estava proximamente realizada". E estava. Acreditado pelo menos que o tenha provado, pelo fato de haver prestado mais atenção aos números das estatísticas do que aos discursos e panfletos dos abolicionistas do tempo". (V. L. Cardoso, "Afirm-ções e Comentários") (10).

(1) Cunha, E. da — "Antes dos Versos", in "Poemas e Canções" de Vicente de Carvalho, S. Paulo, 1954, p. 27.

(2) Cardoso, Vicente Licínio: "À Margem da História do Bra-sil", São Paulo, 1938, p. 153.

(3) Cunha, E. da: "Antes dos Versos", prefácio ao livro de Vi-cente de Carvalho "Poemas e Canções", São Paulo, 1954, p. 27.

(4) Andrade, Olímpio de Souza: "História e Interpretação de "Os Sertões", São Paulo, 1960, p. 243.

(5) Para análise do comportamento do escravo, veja-se: "Rebe-liões da Senzala", Clóvis Moura, São Paulo, 1959.

(6) Cunha, E. da: "Os Sertões", Rio, 1933, p. 81.

(7) Op. cit., p. 84.

(8) Op. cit., p. 104.

(9) Op. cit., p. 238.

(10) Cardoso, Vicente Licínio: "À Margem da História do Bra-sil", São Paulo, 1938, pp. 161-162.

O Homem Brasileiro

ANTES DE UM estudo capaz de fazer um levantamento das conclusões de Euclides da Cunha sobre o problema racial, devemos inventariar, pelo menos em termos gerais, não apenas o grau de desenvolvimento da Antropologia na sua época, mas — e ao nosso ver isto é de fundamental importância — qual o papel que essa ciência veio desempenhar na elaboração do pensamento moderno. Isto é, do ponto de vista de conotação ideológica, em que pólo do conhecimento se situava a ciência do homem.

Desbatar preliminarmente este campo, fazendo luz nas suas penumbras, abrindo uma clareira na intrincada floresta que foi o surgimento e o desenvolvimento das ciências sociais no mundo cambiante que sucedeu à Revolução Industrial, e da Antropologia em particular, é o que tentaremos fazer nas linhas que se seguem.

As diversas tentativas pitorescas de estudar-se o homem partindo-se de posições etnocêntricas, que estabeleciam, como ponto básico de análise, a posição de superioridade do grupo ao qual pertencia o analista, são muito antigas. No entanto, só modernamente, com a expansão dos povos do Ocidente sobre grupos humanos de outras regiões, essas tentativas pitorescas tomaram o feitiço de uma sistematização de cunho "científico". Desde Aristóteles, que procurou demonstrar na sua "Política" que os povos asiáticos não podiam alcançar o nível dos gregos, passando-se pelos mitos do Velho Testamento, as lendas da Babilônia e da Assíria, vemos o homem procurando defender os

interesses do seu grupo, tribo ou nação, invocando a sua superioridade em relação aos demais componentes do mundo.

Mas, moderadamente, com o desenvolvimento das ciências naturais, o enquadramento da espécie humana dentro da mesma escala zoológica dos animais da sua classe e uma estratificação social aberta, esse conceito de "raça eleita" sofreu uma dupla distorção: de um lado, ante o respeito que as ciências desfrutavam, essas desigualdades, ao invés de serem explicadas por razões divinas, passaram a vestir-se de uma roupagem "científica". De outro lado, essas diferenças deixaram de atingir apenas povos estrangeiros. Dentro de cada comunidade passou-se a supor que aquêles que estavam, dentro do sistema de estratificação social, nas camadas mais baixas, seriam membros biologicamente inferiores, e os que se encontravam no cume da pirâmide social, os elementos dotados de características biológicas superiores. Em outras palavras: a escamoteação, que era antigamente defendida pelas religiões, através de redomas mágicas — "povos eleitos", aristocracia de origem divina, etc. — passou a ser defendida por uma pretensa ciência, que invoca, constantemente, nos seus argumentos, o direito de opinar de maneira inapelável. Desta forma, no seu aspecto meramente quantitativo, as pesquisas sobre a constituição das raças e tipos físicos da espécie humana avançavam, porém continuava estagnada a fase de conclusões e perspectivas teóricas do problema. E justamente estagnada dentro de categorias que foram estabelecidas por preconceitos e racionalizações ideológicas, que eram a defesa de posições concretas das classes dominantes da sociedade capitalista em expansão. Procurava-se adaptar as pesquisas e progressos dos cientistas a um conjunto conceptual elaborado como autoconsciência das classes sociais dominantes, que necessitavam de uma teoria que justificasse tal domínio.

Euclides da Cunha, não tendo uma formação especializada de antropólogo, adaptava os dados dessa ciência aos postulados teóricos da Sociologia em moda na sua época. Por outro lado, as conclusões mistificadas da Antropologia tinham, como esteio, uma escala ainda muito rala de fatos apurados empiricamente. Dêsse acasalamento — os interesses capitalistas e a quase indigência dos fatos pesquisados — surgiu uma antropossociologia, cujos resultados desastrosos são por demais conhecidos para serem contados aqui (1).

O bólo ainda estava sendo preparado e as pesquisas verdadeiramente científicas perdiam-se, diluídas em um oceano de conclusões apressadas e sistematicamente feitas para justificarem a política expansionista das potências, que saíam da fase do capitalismo industrial para ingressar na era do imperialismo.

Sòmente em 1845 o anatomista Retzius estabeleceu o que hoje se chama índice cefálico; data de 1912 a lista das medidas antropométricas dentro de um rigorismo técnico satisfatório, fixada no Congresso de Antropologia de Genebra. Esse rasgo — o índice cefálico — que a Antropologia tendenciosa deixou de ver como norma *diferenciadora* para dar-lhe um sentido de *valor*, que absolutamente não possui, combinado a uma série de outros, pode fixar uma certa constante, uma série de elementos capazes de, através de uma linha de frequência, estabelecer uma etnia ou possivelmente uma “raça”. No entanto, o que se viu (e a época de Euclides da Cunha foi o apogeu dessa tendência) foi um racismo sistemático procurar usar a técnica de mensuração, a antropometria, para estabelecer superioridades e inferioridades entre os povos.

A confusão foi tremenda. Euclides da Cunha teve a intuição do problema ao afirmar: “Forrando-se, em geral, à tarefa penosa de subordinar as suas pesquisas a condições tão complexas (os antropólogos) têm atendido sobremaneira ao preponderar das capacidades étnicas. Ora, a despeito da grave influência destas, e não a negamos, elas foram entre nós levadas ao exágono, determinando a irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estereis. Há como que um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de cousas tão sérias com uma volubidade algo escandalosa, atentas às proporções do assunto. Começam excluindo em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica. Jogam, depois, e entrelaçam, e fundem as três raças consoante os caprichos que os impellem no momento. E fazem reportar desta metatquímica sonhadora alguns precipitados fictícios” (2).

Na América Latina esta “metatquímica sonhadora” teve larga circulação. Na Argentina, por exemplo, o prestígio do nome de Ingenieros fez com que esse racismo crioulo se difundisse amplamente nos países de língua espanhola. No seu livro

Sociologia Argentina, tentou fazer uma sistematização das suas idéias sobre o problema racial.

Afirma que “la superioridad de la raza blanca es un hecho aceptado hasta por los que niegan la existencia de la lucha de razas. La selección natural, inviolable, á la larga para el hombre, como para las demás especies de animales, tiende a extinguir las razas de color toda vez que se encuentran frente á frente com la blanca” (3). E continuava: “por una parte encontramos á los autores que tenem los factores étnicos como base de la sociologia, á la maneira de Lapouge é de Folkmar (...). Para ellos la cuestion de las razas existe en el seno mismo de las razas blancas. Ese es el terreno incerto y escabroso. El antagonismo entre arios y semitas, entre dolicocefalos y braquicefalos, carece de pruebas; en esta parte es fuerza convenir, com Finot, que la question de las razas es un prejuicio antes que una realidad” (4).

Portanto, o problema, para Ingenieros, era cifrado no pressuposto de que entre os povos brancos todos eram iguais, mas entre os povos de pigmentação distinta, como era o caso dos brancos e índios, a situação mudava de figura e a desigualdade existia... É verdade que Ingenieros sentiu o terreno movediço em que pisava e tentou fazer uma amálgama desse biológico com o marxismo, o que redundou numa experiência frustrada.

Hector P. Agosti, que estudou o seu pensamento, ao analisar a solução do pensador argentino em relação ao problema das raças, afirma que, influenciado por Gumpłowicz (o ferocíssimo gênio saxónico de Euclides...), “encontrou na concepção racial um filão riquíssimo”. “Ali se arredonda — continua Agosti — a sua teoria de adaptação ao meio: as raças existem em função do meio e as mais adaptadas — melhor dispostas para a adaptação, as de maior desenvolvimento — são as que acabam por se impor” (5). “Como solução do problema preconizava Ingenieros uma “suave extinção” das raças inferiores...” (6).

Era a ideologia dos países colonialistas envolvendo o mundo mental da *intelligentia* das colônias e regiões subdesenvolvidas. Esse racismo crioulo que se desenvolveu nos países latino-americanos, tinha como objetivo abastardar a sua intelectualidade, criando-lhe uma autoconsciência alienada. Inferiorizan-

do-a a partir da sua auto-análise. O organicismo, por sua vez, um dos ramos da Sociologia "oficial" em voga, empapava de fórmulas pré-fabricadas as academias americanas. Alberdi, que tanta ascendência teve sobre Ingenieros, sofreu-lhe a influência direta. Preconiza, por isso, um "branqueamento" das populações argentinas. Sarmiento, por seu turno, lançou mão da sociogeografia e da antropossociologia. Passou de uma a outra. Assim como no *Facundo* explica a realidade argentina como obra do meio físico, recorreu, em *Confliitos*, à ação do fator mistura e luta de raças (?). Ramos Mejias apoiou-se em Comte e Buckle; na Bolívia, José María Urdinínia foi também influenciado por Gumpłowicz.

No Brasil, o problema se complicava. O índio e o negro eram tidos pela ciência do tempo, unânimemente, como raças carentes de qualidades civilizadoras. Inicialmente, o preconceito do português foi diluído no seu aspecto puramente sexual, em decorrência da falta, na colônia, de mulheres brancas; mas permanecia o sistema de estratificação social, que barrava as possibilidades reais de mobilidade social vertical. A concubinação do português, tão louvada por alguns sociólogos, não conseguiu modificar a estrutura da sociedade colonial. Senhores e escravos continuavam existindo. As decisões da Metrópole — em relação aos índios e negros — eram tomadas dentro de critérios que endossavam aquela pretensa inferioridade biológica. A índia vivia nas reduções jesuítas numa semi-servidão disfarçada, ou era bárbaramente apresada pelos bandeirantes e sertanistas para ser reduzida à situação de escrava. O negro, quando chegou, alargou enormemente a faixa de labor escravo na economia colonial: a escravidão passou a ser a forma de trabalho predominante no conjunto da sociedade.

É nessa conjuntura que aparecem as primeiras manifestações culturais em nossa terra. Gregório de Matos não esconderá a sua aversão e desprezo aos mulatos (⁸). A influência da cultura colonialista espalha-se no território nacional, deixando quase inteiramente sufocados os elementos de uma cultura que refletisse a sua autoconsciência. Quanto ao índio, basta dizer-se que somente em junho de 1536 o papa Paulo III promulgou a bula que lhes restitui a dignidade de homens. Nesse documento, o pontífice declara que não é apenas vontade sua, mas do Espírito Santo também, que sejam os ameríndios

reconhecidos como seres humanos. Apesar disto, os índios continuaram sendo aprisionados e a questão foi ainda levantada em 1538, no Concílio de Lima, sendo novamente reconhecida a condição humana dos indígenas. O fato de não serem cristãos era apresentado constantemente como pretexto capaz de justificar a sua escravização. Essas correntes de opinião, que durante a Colônia tinham fundamentos religiosos, foram, paulatinamente, substituídas por outras, que procuravam dar uma caiação "científica" às necessidades das metrópoles. A alienação marcava, assim, com o seu ferrê, o início das manifestações culturais no Brasil. Poetas e prosadores se, de um lado, procuravam refletir a nossa realidade em face da própria qualidade de seres humanos e pensantes, cujas categorias e conceitos se formam e estimulam em contato com o mundo exterior, do outro, dobravam-se e se prostravam ante a cultura européia, não por imitação ou simples decalque, mas porque, como frutos de uma sociedade colonial, não possuíam ainda as condições mínimas de se auto-afirmarem. A elaboração do pensamento nas sociedades de estatuto colonial ou paracolonial reflete a realidade antinômica dessas sociedades, mas sofre também o impacto, no seu contexto, das valorizações estabelecidas pelas metrópoles. As classes dominantes desses países que elaboram e codificam o pensamento dominante, são apenas objeto, não possuem ainda os elementos capazes de elevá-las ao conhecimento da realidade. Por outro lado, têm uma função: impedir que, no outro pólo, se estratifique e desenvolva um pensamento que, embora sem sistematização acadêmica, indique as primeiras posições capazes de conduzir o conhecimento na trilha da autoconsciência.

O racismo era uma das vigas do colonialismo cultural. No Brasil aquartelou-se folgadoamente, amparado por vezes que muitas vezes procuravam exatamente o contrário do que ele expressava...

Para não nos estendermos num levantamento histórico exaustivo do problema, o que fugiria aos objetivos deste trabalho, afirmamos que o racismo de Euclides da Cunha não era apenas dele. Quando Sílvio Romero fez um estudo sobre o autor de "Os Sertões", estudo aliás dos mais interessantes, destacava, como um dos pontos positivos do seu trabalho, justamente o que hoje em dia condenamos. Dizia Sílvio Romero

que os críticos viram em "Os Sertões" apenas um "produto meramente literário, do gênero de tantos outros que aí entulham as livrarias" e as "cintilações do estilo, as douraduras da forma, e, quando muito, (...) uma espécie de panfleto de oposição política" (9). Conclui afirmando que "não há sofismas que possam esconder a diferenciação originária e a desigualdade nativa das raças, por mais que se exaspere a gentilha interessada em a negar" (10).

O caldo de cultura em que a Sociologia e a Antropologia brasileiras se desenvolviam era este. Nina Rodrigues, por seu turno, afirma que aceitava a hipótese da desigualdade de raças para combater "uma concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade" (11).

A *intelligentsia* brasileira, como vemos, procurava tomar autoconsciência através de um processo contraditório. Nina Rodrigues, ao procurar fugir à herança da cultura colonialista dos jesuítas, enveredava por outra trilha igualmente pontilhada de veredas perigosas (12).

Enquanto Sílvio Romero endossava — com a sua autoridade de mestre incontestável — o racismo de Euclides da Cunha e apontava as suas falhas como decorrência do descolamento da escola de Le Play (o que era um retrocesso em relação ao que Euclides da Cunha afirmava), Nina Rodrigues procurava destacar, além dos fatores ambientais, o fator racial na criminalidade...

Como vemos, não foi Euclides da Cunha um caso isolado, como pensam certos críticos apressados, mas uma decorrência da própria situação do desenvolvimento da Sociologia no mundo e em nosso País. Embora Sílvio Romero fôsse dono de um maior número de dados, argumentos, o certo é que o seu enquadramento teórico era mais alienado do que o de Euclides da Cunha. O autor da *História da Literatura Brasileira* retrocedia em relação ao autor de *Os Sertões*, ao ver no método monográfico o instrumento capaz de apreender não apenas elementos da realidade (o que é possível), mas capaz de sistematizar e concluir sobre o conjunto da nossa sociedade naquela época. Ilusão que se manifesta claramente nas teses centrais de Sílvio Romero.

Muito tempo depois do aparecimento de *Os Sertões* é que a *intelligentsia* brasileira formou uma concepção nítida da diferença fundamental entre *raça* e *cultura*, concepção que esclareceu as implicações erradas daqueles que confundiam os planos de maneira simplista, procurando explicar o último pelo primeiro. Antes disso, no entanto, essa diferenciação não era possível, não somente porque o aparelhamento conceptual dos sociólogos em voga a repelia sem maiores exames, como também porque os movimentos de emancipação dos povos subdesenvolvidos não haviam atingido um estágio capaz de forçar os pensadores das metrópoles a uma revisão das suas antigas posições, nem se haviam criado, por outro lado, pensadores *nativos* que compreendessem a conotação política do problema.

Desta forma, a diluição de soluções racistas para os problemas sociais não se prende unicamente a um maior desenvolvimento da Antropologia como *ciência pura*. Prende-se especialmente ao avanço das economias coloniais que, de um lado, fazem a *intelligentsia* desses países, empurrada pela *praxis* social, enfocar esses problemas dentro de categorias novas, e de outro, possibilitam aos estudiosos *nativos*, aos sociólogos e antropólogos dessas áreas subdesenvolvidas, a realização de pesquisas e inquéritos sérios sobre a situação dessas populações, e não meros relatórios acadêmicos, eivados de racionalizações ideológicas das metrópoles. Isso proporcionará, ainda, a criação de laboratórios, instituições e centros de pesquisa que terão interesse em dar uma solução *nacional e científica* ao problema, e não *colonial*. Na *praxis* a alienação será substituída pela autoconsciência. E a contradição entre a realidade e as categorias da intelectualidade dos países subdesenvolvidos eliminada.

A primeira afirmação insustentável que Euclides da Cunha faz em *Os Sertões* — iniciamos por ele — é a do autoctonismo do homem americano. "Erige-se autônomo entre as raças o *homo americanus*", diz ele enfaticamente. Depois continua afirmando que "a fase primordial da questão ficou assim aclarada" (13), para concluir que "os nossos silvícolas, com

seus frisantes caracteres antropológicos, podem ser considerados dos tipos evanescentes de velhas raças autóctones de nossa terra" (14).

É de admirar que Euclides da Cunha ainda acreditasse no autoctonismo do índio, no estágio em que os estudos americanistas se encontravam naquela época (15). Os pormenores que dá das possíveis migrações internas são também insustentáveis.

Quando analisa os outros componentes antropológicos do nosso povo — embora dentro de um esquema relativamente acertado — tropeça e mostra um quadro incompleto e incorreto, especialmente no que diz respeito ao negro, para ele oriundo de bantos e cafres, embora acrescentando: "com suas várias modalidades...", o que era um avanço em relação a inúmeros pensadores da época, que viam o negro dentro de uma uniformidade que não existia: era apenas fruto da ignorância ou da má fé. Embora citando Nina Rodrigues, que naquele momento descobria a influência poderosa da cultura sudanesa como injeção trazida pelos negros da parte setentrional da África, Euclides da Cunha insiste, linhas abaixo, nessa uniformidade do *homo afer*, como decorrência "das paragens adustas" onde o mesmo vivia. Essas paragens, para Euclides da Cunha, produziam uma "seleção natural" mais do que em quaisquer outras, feita pelo "exercício intensivo da ferocidade e da força" (16).

Para o terceiro componente — o português — que Euclides da Cunha chama de "fator aristocrático de nossa gens" — ele é bem mais cuidadoso. Fala, acertadamente, na necessidade de se procurar saber os seus "discordantes aspectos e opostas condições de vida", para concluir que pouco nos avantejamos na direção do seu conhecimento (17).

Contribuição positiva de Euclides da Cunha é o reconhecimento que faz da origem mestiça da "parte aristocrática da nossa gens". Recua no tempo, fazendo um retrospecto histórico, embora um pouco impressionista, dos diversos cruzamentos do português. Cita os versos de Garcia de Rezende, endossando-os:

*Vemos no reino meter,
Tantos cativos crescer,*

*Irem-se os naturais,
Que, se assim fôr, serão mais
Eles que nós, a meu ver.*

Recorda, em seguida, que a gênese do mulato teve sua sede fora do nosso País. "A primeira mestiçagem com o africano operou-se na metrópole". Sem aceitar a tese de pureza racial dos lusos, acha-os, no entanto, superiores aos índios e negros. Trazia para a nossa gente — segundo Euclides da Cunha — a "vibrátil estrutura intelectual do celta" (18). Estava, "mau grado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado" (19).

Desta forma, Euclides da Cunha encontrava no português um tipo uniforme que não existe, segundo pesquisas que antropólogos portugueses vêm fazendo, para poder colocá-lo como o elemento *civilizador*, em choque e mistura com os inferiores: o negro e o índio (20). Com êsses três equívocos fundamentais, Euclides da Cunha procurou delinear o panorama do homem brasileiro. Isto é, apoiado nos autores que afirmavam o autoctonismo do ameríndio, a inferioridade do negro e do índio e a uniformidade do branco português, tentou apanhar o conjunto da nossa formação etnológica. Outros erros decorrentes do principal avultam, então. Sobre o negro, os preconceitos racistas de Euclides da Cunha são alarmantes, mesmo para a ciência do seu tempo. Enumera os diversos grupos africanos que nos povoaram de maneira incompleta.

Estuda, também, o negro como escravo, dentro do processo de trabalho da sociedade colonial e imperial, para afirmar que "a raça dominada (negra), porém, teve, aqui, dirimidas pela situação social, as faculdades de desenvolvimento. Organização potente afeita à humildade extrema, sem as rebeldias do índio, o negro teve, de pronto, sobre os ombros toda a pressão da vida colonial. Era a bêsta de carga adstrita a trabalhos sem folga. As velhas ordenações, estatuinto o "como se podem enfeitar os escravos e bêstas por os acharem doentes ou mancos", denunciavam a brutalidade da época" (21).

Neste trecho (contraditório) parece-nos haver Euclides da Cunha abordado o problema do negro escravo não apenas dentro de uma Antropologia *pura*, mas através de um método que condiciona as suas conclusões a determinantes históricas,

econômicas e sociológicas mais poderosas. Declara inicialmente que as condições de trabalho existentes na sociedade colonial influenciaram na inferiorização do negro, inclusive acenando com uma "faculdade de desenvolvimento" dessa raça. Esta é a parte positiva da afirmação. Ao mesmo tempo, porém, parece não ver o condicionamento histórico dessa inferiorização com a nitidez que seria de desejar. Acha que a organização (biológica) do negro, "afeita à humildade extrema", responde pela sua situação de escravo. O negro não possuía, para ele, o espírito rebelde do índio, e desta diferença constitucional decorre o *status* em que se encontrava. Cai no círculo vicioso de ver o fator racial como determinante do jogo das forças que impulsionam o processo histórico.

Mais adiante combate aqueles que desejam ver no mulato — um tipo de mulato ideal, inexistente, diga-se de passagem em favor de Euclides — "o mais característico tipo de nossa subcategoria étnica". De certo modo Euclides da Cunha reagiu, de forma correta, contra escritores do seu tempo que faziam literatura criando um *tipo brasileiro* inexistente, abstrato. Substituiu-o por tipos regionais, sendo por isso, como bem disse Artur Ramos, um dos seus mais severos críticos, o "grande pioneiro da antropologia regional do Brasil" (22).

Num momento de menor subserviência às teorias em voga, afirma que a diferenciação dos tipos físicos não advinha apenas da heterogeneidade de elementos ancestrais, mas também decorria do "nosso meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar das situações históricas, que dele em grande parte decorreram" (23).

A procura de vários tipos regionais que representassem, no seu conjunto, o brasileiro, levou Euclides da Cunha a afirmar que o tipo *abstrato* do brasileiro, se fôsse usada aquela "metaquímica sonhadora" a que se refere com desprezo, embo- ra a tivesse usado em doses excessivas, seria teoricamente o *pardo*, para o que convergiam "os cruzamentos sucessivos do mulato, do curiboca e do cafuz" (24). Isto, porém, não satisfaz a Euclides da Cunha, que acrescenta: "Avaliando-se, porém, as condições históricas que têm atuado, diferentes nos diferentes tratos do território; as disparidades climáticas que nestes ocasionam reações diversas diversamente suportadas pelas raças constituintes; a maior ou menor densidade com que estas

cruzaram nos vários pontos do país; e atendendo-se ainda à intrusão — pelas armas na quadra colonial e pelas imigrações em nossos dias — de outros povos, fato que por sua vez não foi e não é uniforme, vê-se bem que a realidade daquela formação é altamente duvidosa, senão absurda" (25). Mais adiante conclui o seu pensamento afirmando: "Não temos unidade de raça. Não a teremos talvez nunca" (26).

Via a diferenciação do nosso homem, mas, no *melting pot* brasileiro, distinguia apenas a influência do meio físico.

Para ele, a nossa história "traduz notavelmente estas modalidades mesológicas". Não há apelação. O meio físico é uma camisa-de-fôrça que determina o desenvolvimento das sociedades, retarda-o ou o impulsiona. Não via Euclides da Cunha, apegado quase fanáticamente ao seu Ratzel e ao seu Buckle, que o homem é o único animal que não se adapta ao meio, mas o transforma. Queria-o passivo, sofrendo-lhe as influências de modo inapelável.

É verdade que — como veremos adiante — em contato com os fatos, reagia, procurando dar à realidade observada uma interpretação justa. Mesmo antevendo a existência de diversos tipos antropológicos, não conseguiu (nem era possível no tempo de Euclides) estabelecer, dentro de cada área, as suas características fundamentais. Idealizou-as. O sertanejo, um dos tipos descritos, é para ele o que se originou do cruzamento do branco com o índio. Sem pesquisas de campo que confirmassem ou desmentissem essa afirmativa, o sertanejo passou a ser estereotipado como um tipo uniforme, que não sofreu nenhuma influência do negro. Era uma racionalização romântica adquirindo roupagem científica. O índio, antigo habitante, o "dono da terra", tinha de produzir um tipo ativo e forte como o descrito por Euclides da Cunha. Ele delineou um homem do interior que não condiz com a realidade (27).

O mameluco, para Euclides da Cunha, formava o núcleo das populações das áreas convencionalmente chamadas de sertão. Mas esse mameluco *puro* não existe, nem... nos "Sertões"... porque, ao descrever os moradores de Canudos, não vê ali apenas mamelucos, mas o que predominava era o pardo lúcido, misto de cafe, português e tapuia — faces bronzeadas, cabelos corredios e duros, ou anelados, troncos desejantes e, aqui e ali, um perfil correfíssimo recordando o ele-

mento superior da mestiçagem. E mais: vê-se, em Canudos, "tôdas as idades, todos os tipos, tôdas as côres (...) Gre-nhas maltratadas de crioulas retintas; cabelos corredios e du-ros de caboclas, trunfas escandalosas, de africanas; madeixas castanhas e louras de brancas legítimas" (28).

Descrevendo os líderes do movimento, aponta Antônio Beato como "mulato espigado, magríssimo, adelgaçado"; Pe-drão era "cafuz entroncado e bruto"; Estêvão é descrito como "negro reforçado, disforme, corpo tatuado à bala e à faca". Em um dos combates descritos afirma que "tombou um curi-boca de 12 ou 14 anos" (29).

Eram os fatos que desbastavam, dentro da própria obra euclidian, os seus exageros de doutrina.

Mas, por outro lado, sem nenhuma pesquisa sistemática que o amparasse, conclui enfaticamente que são exageradas as afirmativas que vêem, no sertão, uma influência ponderável, ou mesmo relativa, do elemento negro. Afirma: "Entretan-to, em que pese a esta invasão de vencidos e infelizes, e à sua fecundidade rara, e a suas qualidades de adaptação, apuradas na África adusta, é discutível que ela tenha atingido profunda-mente os sertões" (30).

O preconceito antinegrista de Euclides da Cunha é evi-dente. Não podia aceitar de bom grado aqueles sertanejos que, elevados à categoria de símbolos, eram o "cerne da nos-sa raça", tivessem recebido grande influência do sangue e das culturas negras. Essa influência ficaria reservada aos "mes-tiços neurastênicos do litoral", os mulatos. Para ele, o ele-mento africano "estacou nos vastos canaviais da costa, agra-lhoado à terra e determinando cruzamento de todo diverso do que se fazia no recesso das capitâneas" (31). No entanto, con-forme acentuou o Prof. Roquete Pinto, "elementos não faltam no livro "Os Sertões" para provar que aqueles homens, que antes de tudo eram fortes", tinham farta gôta de sangue ne-gro. É só reler a descrição do povilão de Canudos" (32).

O negro que Euclides da Cunha queria expulsar pela por-ta, entrava-lhe pela janela.

Esse preconceito de Euclides da Cunha contra o negro pode ser facilmente demonstrado através do vocabulário que ele emprega. O negro é a "bêsta de carga", o "filho das pai-sagens adustas e bárbaras"; Palmares é "grosseira odisséia";

são "vencidos e infelizes"; o escravo negro é "humilde (mes-mo) feito quilombola", "temeroso", "agrilhoado à terra"; são "foragidos"; a raça "é humilhada e sucumbida"; o escravo en-contra-se "abatido pelo traficante". O índio, porém, "éri-ge-se autônomo entre as raças", são os seus membros "tipos evanescentes de velhas raças autóctones de nossa terra"; é "livre", "rebelde sempre" e o branco é o "fator aristocrático".

Por aí vai Euclides da Cunha com a mente intoxicada por aquela "metaquímica sonhadora", que êle condenou em um momento de maior lucidez. Mas de que tanto abusou.

Para êle, a desigualdade das raças era um fato provado "ante as conclusões do evolucionismo". O negro era o com-ponente de uma raça inferior. Na tríade de mestiçagem, o português, apesar de o próprio Euclides da Cunha demonstrar que já era mestiço, é a "gens" aristocrática, a raça superior. O próprio índio não tinha a capacidade de se afeiçoar às mais simples concepções de um estado mental superior. Quanto ao africano, não há esforços que consigam aproximá-lo se-quer do nível intelectual do indo-europeu. No seu "parênte-sis irritante", não há lugar para o mestiço. Êste, então, é estigmatizado. É um desequilibrado. De um desequilíbrio incurável, pois não "há terapêutica para êste embater de ten-dências antagonistas" (33).

Nesse capítulo, tôda a insuficiência de conhecimento de Antropologia de Euclides da Cunha se apresenta, e êle — para supri-la — cai em um velho vício seu: a oratória. As pala-vras são apenas sonoras e há períodos apenas auditivos. Sem nenhum significado científico. As frases ondulatórias, as ge-neralizações insustentáveis se amontoam de cambulhada.

Algemado pelas suas caras teorias, perdeu-se inteiramente nesse capítulo, apesar de certos defensores extremados procura-rem justificá-lo. Fala em "somas algébricas", nas "qualidades que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou des-troem-se" numa comparação sem nenhuma consistência cientí-fica; refere-se a "influxos opostos de legados discordes", às "leis naturais (que) pelo seu próprio jogo..." e a outras he-resias. O mais contraditório — em autor tão contraditório — é que, uma página antes, fala do sertanejo como um tipo uniforme (apesar de mestiço), que guarda, "intactas, as tradi-ções do passado". Onde o histórico de Fouville? E, o que

é mais interessante: uma página após o libelo, descobre neste antagonismo de tendências uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente. Aproximando-se da verdade e vendo os fatores sociais como causa da anormalidade de certos mestiços, afirma que, "para a feição anormal dos mestiços de raças mui diversas contribui bastante o fato de acarretar o elemento étnico mais elevado mais elevadas condições de vida" (34). Logo a seguir cai naquela carcomida tese de Gumplowicz, segundo a qual a luta de raças é a força motriz da História. Felizmente, no final do capítulo, reconhece falta-lhe competência para entrar em fantasias "psíquico-geométricas, que hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços". Ainda bem.

3

Quando Euclides da Cunha recomeça a fazer uma análise do problema baseando-se em fatos, palmilhando a trilha da sua memória ainda cheia de imagens do sertão, volta a ser o pensador que teve acertos surpreendentes para a sua época. Esses mestiços degenerados tomam dimensão humana e aparecem, não como desequilibrados, mas como desajustados. O próprio retrato que ele traça de Antônio Conselheiro — chefe da revolta, mestiço e anti-republicano — é de simpatia. A medida que vai narrando a vida atormentada dêsse taumaturgo, alinha fatos, pormenores e detalhes que terminam por absolver-lo. Isto porque "o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou." Isolado, êle se perde na turba dos nevróticos vulgares(...) As fases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo (35). E em seguida: "É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade..." (36).

Antônio Conselheiro é, portanto, um "espírito torturado de reveses", que foi levado a "interpretar caprichosamente as

condições objetivas (...) alterando-lhe as relações com o mundo exterior". A sua biografia "compendia e resume a existência da sociedade sertaneja". Vindo de uma família que se celebrizou na região por uma luta acirrada e sangrenta contra outra, Antônio Conselheiro descendente dos Maciéis, que viviam "da vaqueirice e da pequena criação", enquanto os seus adversários — os Araújos — eram família rica, filiada a outras antigas do norte da Província. As contradições entre a pequena propriedade e o latifúndio, uma das velhas antinomias das relações sociais no campo, atingiam, assim, desde o berço, o futuro líder de Canudos (37). O motivo da briga entre as duas famílias era infamante para os Maciéis. Acusaram um dos seus membros de haver praticado um roubo na terra de um dos Araújos, que "não viam, porém, com bons olhos, a família pobre que lhes balanceava a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes" (38). O primeiro choque armado entre os dois grupos rivais era inevitável; os outros se sucedem num rastilho de sangue que apavorou os sertões. O pai de Antônio Conselheiro, Vicente Mendes Maciel, deve ter tomado parte na rixa, embora seja obscuro o grau de sua participação nos eventos. O filho, Antônio Vicente Mendes Maciel, iniciou a vida como um "adolescente tranqüilo e tímido" (39) ouvindo as narrativas das lutas e dos feitos dos antepassados.

Depois de casado, em consequência, talvez, da "péssima índole da espósa", perde os hábitos sedentários, mudando constantemente de vilas e de profissões. Após a fuga da mulher, que abandona o lar com um soldado, fulminado de vergonha o infeliz procura o recesso dos sertões, paragens desconhecidas onde lhe não saibam o nome.

Acompanhando a narrativa de Euclides da Cunha vemos bem que a figura de Antônio Conselheiro surge como decorrência da situação objetiva da sociedade em que viveu, enfrentando, como descendente de pequenos proprietários, a prepotência dos latifundiários. Junta-se a isso o seu drama doméstico, numa sociedade em que o conceito de honra conjugal tem enorme importância. A gênese do taumaturgo está, pois, interligada, por filamentos que êle não conhecia, às circunstâncias ambientais, e aqueles camponeses, também desiludidos e oprimidos, trazendo nos costados a mesma carga de insatisfação

inconsciente, viram-no como a encarnação do Salvador. O misticismo do sertanejo — forma alienada de descontamento social — encarnado nas superstições, nas rezas, na medicina mágica, no *sebastianismo* e nas inúmeras modalidades através das quais ele procura dominar a natureza hostil e as relações sociais que o oprimem, reponhou todo-poderoso, conduzido pela voz do profeta. Por tudo isto, dirá Euclides: “No seio de uma sociedade primitiva, que pelas qualidades étnicas e influxo das *santas missões* malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante. A pouco e pouco todo o domínio que, sem cálculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo. Tôdas as conjecturas ou lendas que para logo o circundaram fizeram o ambiente propício ao germinar do próprio desvario” (40).

E segue, então, o místico, edificando igrejas, remodelando cemitérios, fazendo pregações aos camponeses da região. Essas pregações tiveram dois sentidos fundamentais: religiosos e políticos, ambos entremesclados. O ascetismo era outra característica de Antônio Conselheiro. Profetizava: “em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor para um só rebanho”, “em 1898 haverá muitos chapéus e poucas cabeças”, ver-se-á “uma grande chuva de estrélas e aí será o fim do mundo”. Politicamente pregava contra a República: “Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prússia com a Prússia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo o seu exército”. “Neste dia, quando sair com o seu exército, tira a todos no fio da espada dêste papel da República. O fim desta guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue há de ir até a junta grossa...” (41).

Em consequência das atividades heréticas de Antônio Conselheiro, a diocese da Bahia afirmava que ele andava “pregando doutrinas subversivas” e fazia um “grande mal à religião e ao Estado, distraído o povo de suas obrigações” (42). Se, no campo religioso, desrespeitava a Igreja oficial e promovia, de graça, “batizados, casamentos, desobrigas, festas, novenas, tudo mais em que consistem os vastos rendimentos da Igreja”, politicamente insurgia-se contra a República, quei-

mando em praça pública editais sobre a cobrança de impostos: “reuniu o povo, num dia de feira, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira ao largo” (43).

O desrespeito à lei repercutiu na Capital. Partiu uma tropa da polícia baiana para combatê-lo. E desbaratada. Este combate foi o início de uma tomada de consciência mais nítida do problema por parte de Antônio Conselheiro e os seus homens, que deixaram de anatematizar os seus adversários para combatê-los pelas armas.

Era ele, portanto, o homem que representava o descontamento dos camponeses da região. Isto Euclides da Cunha conseguiu ver, embora desacertando aqui e ali, em consequência de seu etnocentrismo. A figura de Antônio Conselheiro, de fato, sintetizava o descontamento camponês, através de uma forma alienada de consciência. Havia aparecido o líder carismático (44).

4

Quando Euclides se emaranha nas suas caras teorias, pinta um quadro. Quando narra os fatos, apresenta outro bem diferente. Porque, embora tenha idealizado o tipo sertanejo como “rocha viva de nossa raça”, quando se refere ao seringueiro em “Os Sertões”, é para maliná-lo. São eles “organizações tolhicas”. “Tôda a atividade cede ao permanente desequilíbrio entre as funções periféricas fortemente excitadas e a apatia das funções centrais” (45).

Resumindo, podemos dizer que para Euclides da Cunha o homem amazonense (que ele ainda não conhecia) era um vencido pela natureza e tinha as seguintes características fundamentais: a) apatia; b) progressão inversa do desenvolvimento do cérebro; c) vitória das expansões instintivas; d) máxima energia orgânica; e) mínima fortaleza moral.

Isto ele deduzia antes de conhecer o Amazonas, ao tempo em que escrevia o seu livro, em São José do Rio Pardo. Ao regressar, porém, do Inferno Verde, sua opinião se modifica inteiramente. Embora ainda emitindo conceitos cheios dos infelizes jargões da antropossociologia, o que o impressiona é a realidade social e acha que o seringueiro (sertanejo emi-

grante), que vive sob a “mais imperfeita organização de trabalho, que ainda engenhrou o egoísmo humano” (46), é o homem que “trabalha para escravizar-se”. E, então, ao invés de produzir “organizações tolhicas”, a seleção do clima produz um “escrutínio gravíssimo”, havendo, assim, a “eliminação generalizada dos incompetentes” (47).

Por que esta modificação? Porque durante o trajeto que fez — no devassamento do Alto Purus — conheceu o *homem amazonense* não através dos seus caros autores de cabeceira, mas do próprio processo de trabalho. Como Euclides da Cunha estava demasiadamente prso às teses do seu Ratzel e do seu Buckle, inverteu os termos do problema, dando uma explicação dentro dos quadros antropogeográficos, mas procurando não violentar a realidade.

Ao calçar as suas “botas de sete léguas” e internar-se no Amazonas, o que viu foi o inverso do que esperava, segundo as teorias de gabinete que endossava. Daí, talvez, o seu desapontamento inicial ao chegar ao Amazonas. Encontrou “homens admiráveis”, ao invés daquele homúnculo que devia existir segundo o seu esquema acadêmico. Não resistiu ao desejo de fixar, em sua obra, as suas principais figuras. Diz: “Guardemos-lhes os nomes e apelidos bizarros — do opulento *Caboclo-Real*, da Cachoeira, ao gárrulo *Cai Nágua* das cercanias de Chandless; do velho *João Amarelo*, que fundou Cataí e leva, ainda sem titubear, pelos torcidos das “estradas”, os seus setenta anos trabalhosos, ao destemeroso *Antônio Dou-rado*, da Terra Alta, impecável atirador de rifle, cujos lances de ousadia nas arrancadas de 1903, com os caucheiros, são uma página vibrante de bravura” (48).

Continua quase esculpindo em mármore os tipos: “Considerando-os ou revendo-lhes a integridade orgânica a ressaltar-lhes das musculaturas inteiriças, ou a beleza moral das almas varonis, que derrotaram o deserto — e recordando as circunstâncias lastimáveis que os rodearam nos primeiros dias de povoamento ou que ainda os rodeiam, porventura minoradas — não se lhes explicam as existências vigorosas sob regime climatológico tão maligno e bruto como o que se fantasiou no Acre”. Para absolver o homem, o antigo réu de Euclides, êle teve de absolver também o clima... (49).

As “organizações tolhicas” agigantam-se e Euclides da Cunha exagera até a força do homem: ante a visão da luta desigual do amazonense, do seringueiro, do nordestino emigrado, traçou um quadro dos mais realistas, descortinando a visão do problema social daquela área do nosso território. Mostra como a situação inferiorizada das populações amazonenses tem causas sociais, econômicas: não decorre de uma inferioridade biológica inextorável. Pelo contrário. Está ligada à situação das populações das demais regiões do País: o seringueiro é o sertanejo enxotado pelas secas. Vejamos o quadro nu e dramático, visão portinariana da emigração para o Amazonas, que êle pinta: “Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população advéncia de famintos assombrosos, devorados de febres e das bexigas — a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrtavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitados consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia — vastíssima, despovoad, quase ignota — o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem...”

“E não desapareciam. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado, que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico” (50).

Do povoamento do Acre, dirá Euclides da Cunha: “Nas suas páginas maravilhosas, mais do que as transformações sem-par que ali se verificam, o absoluto abandono e o com-

pleto relaxo com que ainda se efetua o seu povoamento (...) sem o mínimo resguardo, ou assistência oficial" (61).

Era o problema social sobrepondo-se ao étnico e ao geográfico. Era a visão do problema, dentro de um ângulo de enfoque realista e dinâmico.

Esta maneira de ver os problemas brasileiros, a reação sempre positiva da sua sensibilidade frente aos fatos, foi a bússola que salvou de todas as tempestades o seu pensamento. Isto faria com que, de uma forma ainda imprecisa mas já significativa da crise em que se debatia, procurando encontrar uma concepção do mundo capaz de analisar objetivamente a realidade brasileira, afirmasse, num dos seus últimos trabalhos, que o Brasil realizou "uma inversão flagrante da ordem lógica dos fatos, fazendo que a evolução social passasse adiante da evolução biológica" (62).

O que era negar todo o seu darwinismo social e todo o seu caro Gumpowicz.

(1) Além dos problemas inerentes à função ideológica da Antropologia oficial, devemos destacar, para que a exposição não fique mutilada, que, dentro dessa disciplina, houve, de fato, uma crise de desenvolvimento em bases estritamente científicas. Enquanto a dialética criava toda uma sistemática de Economia Política, de interpretação histórica e sociológica, ficava estacionada no setor da Antropologia: o materialismo dialético não penetrava nessa ciência. As interpretações que os seus teóricos davam ao problema das raças eram insatisfatórias. Os dados eram tirados da ciência oficial, de uma forma nada convincente. Se é verdade que Engels, no seu "Anti-Dühring", abriu a trilha para um posterior desenvolvimento da ciência do homem, o certo é que ela ficou estacionada durante muitos anos. Quando, em 1902, Antônio Labriola publicou os seus ensaios sobre o materialismo histórico, demonstrou quase completa insuficiência ao abordar a matéria. E Plekhanov, ao destacar essas insuficiências, mostrou, igualmente, que não estava em condições de desenvolver de modo convincente a matéria. Somente em 1927 foi publicado, por iniciativa de Bernstein, o manuscrito de Engels, "A humanização do macaco pelo trabalho", que significou a primeira abordagem satisfatória do assunto, porém muito sumária. Marxistas modernos, especialmente os da Academia de Ciências da URSS, o estão, atualmente, estudando à luz da nova genética. Na Europa, houve tentativas pioneiras de interpretação do problema como as de Marcel Prenant e Haldane; na América, tivemos a de Mário Olmeda, além de outros. Mas a Antropologia antievolucionista ainda predomina nas universidades latino-americanas.

(2) Cunha, E. da: "Os Sertões", Rio, 1933, p. 69.

(3) Ingenieros, J.: "Sociologia Argentina", Madri, 1913, (2.^a edição), p. 45.

(4) Op. cit., p. 46.

(5) Agosti, Hector P.: "José Ingenieros, Cidadão da Juventude", São Paulo, 1947, pp. 120 ss.

(6) Op. cit., p. 128.

(7) Povíña, Alfredo: "Historia de la Sociologia em Latinoamérica", México, 1941, *passim*

(8) Araripe Júnior procura justificar sociologicamente o anti-mulatismo de Gregório de Matos da seguinte forma: "Os mulatos não eram práticos, nem persistentes, nem coerentes, nem assíduos no trabalho. Apaixonados, impetuosos, tão fáceis de serem sugestionados por uma coisa, como de abandoná-la despeitados, eles durante aquelas épocas foram vistos, ao lado do branco e contra o branco, sempre inflamados, muitas vezes desarrazoados, mas propulsivos, agressivos, destruidores" (...). "Entretanto, as características daqueles mestiços, é forçoso que se diga, por fas, ou por nefas, os puseram sempre em tumultos e revoluções, na democracia enfim. Em várias ocasiões iludidos e postos a serviço de perversos reacionários para atacarem patriotas; e nos sertões do Norte se constituíram o terror das famílias, aonde ainda hoje a palavra cabra inspira a muitas famílias susto e um pavor intraduzível. Elemento revulsivo, exagerou-se oferecendo não raramente os lombos aos chefes do liberalismo, e, durante a regência, chegou mesmo a provocar providências sistemáticas tendentes à manutenção da ordem pública.

Não há quem desconheça o que foram Cabanos, Balaio, Bem-te-vis e outras curiosas manifestações do nosso folclore político. E pelo que nêles ainda hoje se observa, pode-se avaliar o que não seriam na época em que Gregório de Matos, de engulho, blasfemava, achincalhando-os:

*Não sei para que é nascer
Neste Brasil empestado
Um homem branco e honrado
Sem outra raça.*

*Terra tão grosseira e crassa,
Que a ninguém se tem respeito,
Salvo se mostra algum jeito
De ser mulato.*

Araripe Júnior: "Obra crítica", vol. II, 1888-1894, Ministério da Educação e Cultura, Rio, 1960, pp. 432-433.

Não precisamos aprofundar muito a análise para que se veja que as razões políticas e sociais foram as causas do preconceito de cor, usando-se dos próprios argumentos apresentados por Araripe Júnior.

(9) Romero, S.: "História da Literatura Brasileira", Rio, 1954 (5.^a Edição), 5.^o Vol. p. 1946.

(10) Op. Cit., p. 1946.

(11) Rodrigues, N.: "As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil", São Paulo, 1938 (3.^a edição), p. 44.

(12) Op. cit., *passim*.

(13) Cunha, E. da: "Os Sertões", p. 66.

(14) Op. Cit., p. 66 — Para uma análise crítica destas afirmações veja-se: Artur Ramos: "Introdução à Antropologia Brasileira", 2.^o vol., 1947, Rio, pp. 408-418.

(15) "O autoctonismo do homem americano, o esmagamento fatal das raças fracas, os males do cruzamento — eis algumas doutrinas pouca seguras que Euclides aceitou, para estudar as ações do grande drama a que assistiu ao redor de Canudos, a 'Troia Sertaneja', que o caráter de patricios, incultos e fortes, ergueu nos sertões do São Francisco.

Ora, o autoctonismo do homem americano está longe de ser provado: ao contrário, nem os fósseis das cavernas do Rio das Velhas, nem os que, nestes últimos anos, foram desenterrados na Argentina, são peças convincentes de seguro autoctonismo. Há, hoje, vastos documentos de que uma raça antiga — suficientemente caracterizada por disposições ósseas especiais, principalmente por extraordinária altura e insólito alongamento do crânio (hipstenocéfalia) — habitou grande parte do continente sul-americano. Seus primeiros representantes conhecidos foram os que se fossilizaram na Lagoa Santa; porém, por toda a América, sucessivamente foram aparecendo restos dessa gente; em 1881, na Argentina; em 1884, na Califórnia; em 1908, no Equador. E tais achados, de Lund, Roth, Ten Kate, Rivet, são hoje filiados na *raça paleoamericana* de (Quatrefages) ou raça da Lagoa Santa.

E a raça Autóctone? Não aparece". (Pinto, Roquette: "Seixos Rolados", Rio, 1927, p. 282).

O escritor Francisco Venâncio Filho, ao analisar a posição de Euclides da Cunha no que diz respeito às origens do homem americano, procura inocentá-lo do erro que cometeu, afirmando que as teorias que sustentam essa origem através das migrações são posteriores à obra de Euclides da Cunha. (Cf. Venâncio Filho, F.: "Fundamentos Científicos de 'Os Sertões'", in "Revista Brasileira", ano V, n.º 15, 1945, p. 73). Não é verdade. Os estudos americanistas já tinham bases sólidas à época de Euclides da Cunha, para provarem a origem extracontinental dos nossos índios, embora houvesse ainda muita controvérsia.

(16) Cunha, E. da: "Os Sertões", p. 66.

(17) Op. Cit., p. 67.

(18) Op. Cit., pp. 66 e 91.

(19) Op. Cit., p. 66.

(20) Op. Cit., pp. 66-67.

(21) Op. Cit., p. 91.

(22) Ramos, A.: "Os Grandes Problemas da Antropologia Brasileira" (Resenha, São José do Rio Pardo).

(23) Cunha, E. da, "Os Sertões", p. 70. — Confirmando a persistência da situação constatada por Euclides da Cunha — "o homem que trabalha para escravizar-se" — o ex-ministro da Agricultura, sr. José Ermínio de Moraes, declarou, quando titular daquela Pasta: "Um dos quadros mais chocantes com que se deparam aqueles que excursionam pela região amazônica, é, sem dúvida alguma, o que se relaciona com o estado de miséria e abandono em que se encontram os trabalhadores que militam nos setores da extração e beneficiamento da juta e da borracha. Pode-se mesmo afirmar, sem receio de incorrer-se em exagero, que o regime e as condições de trabalho ali imperantes, não encontram paralelo nem mesmo durante o período da escravatura, quando o escravo era considerado, não um ser humano, mas uma simples coisa, a serviço do seu senhor. Mas — acrescentou o ex-ministro — se isso é verdade, por um lado, não menos certo é que, ressalvadas as naturais exceções, eram esses escravos, via de regra, cercados de toda assistência, como condição imperativa para a preservação da sua capacidade de trabalho. Não é isso, entretanto, o que acontece com os trabalhadores na extração e beneficiamento da juta e da borracha, que são pagos à base de produção, não havendo, portanto, da parte dos respectivos patrões, qualquer interesse em melhorá-los as condições de vida e de trabalho. Daí a situação de miséria e abandono em que vivem os homens, mulheres e crianças que laboram naquelas áreas inóspitas e insalubres, sem contar, sequer, com a esperança de melhores dias futuros. Isso, apesar da existência de um sem-número de leis, decretos e regulamentos, dispondo sobre medidas tendentes a conceder maior amparo a esses produtos e aos que se dedicam à sua extração e beneficiamento" ("A Gazeta", São Paulo, 14-5-63).

(24) Op. Cit., p. 68.

(25) Op. Cit., p. 68.

(26) Op. Cit., p. 70. Vejamos como um estudioso arianizante mais moderno refere-se ao problema do cruzamento de raças em nosso País e à possibilidade da fixação de um *tipo brasileiro* uniforme: "Não só o Brasil cresce, e enormemente, de população em 72, perto de Góineau, éramos 10 milhões, meio século após já 47 milhões ..., como as misturas raciais se fazem rapidamente. A albumina branca depura o mascavo nacional... Negros puros já não há; mestiços, por fraqueza somática, sensualidade, nervosidade, sensibilidade à tuberculose, ou desaparecem pela morte precoce, ou se cruzam, sempre com elementos mais brancos: a raça se aclara... Em duzentos anos, longe de se extinguirem no Brasil os descendentes do povo de Cabral, terá passado inteiramente o eclipse negro, desses quatro séculos de mestiçagem". (Peixoto, A.: "Clima e Saúde", Rio-São Paulo, 1938, pp. 42-43).

A idealização de um *tipo brasileiro*, que teria por padrão ideal a raça branca, não passa de uma escamoteação racista das mais típicas. No entanto, veja-se a diferença entre o procedimento de Euclides da Cunha, que se expressa dentro de uma cautela relativa, e o extravasamento irônico e medíocre de Afrânio Peixoto. No primeiro, os preconceitos racistas decorriam de uma cultura mal assimilada; no segundo, esse preconceito é uma forma deliberada de opinião com implicações políticas e ideológicas visíveis.

(27) Em pequeno porém notável artigo, o escritor argentino Samuel Schneider analisa a forma poética e romântica que os escritores latino-americanos usam na caracterização dos seus tipos regionais. Referindo-se ao gaúcho, destaca que há a tendência de estudá-lo "como entidade étnica y no en relación com su ubicación social en el proceso productivo". "Seria absurdo — prossegue — desde luego, clasificar a los gauchos como clase social definida dentro de la economía pastoril, pero evidentemente formaban parte de *las clases desposeídas y explotadas* en su época. La mayor parte de los observadores y viajeros que dejaron testimonios del personaje así lo atestiguan. El gaúcho estanciero, dueño de tierras y hacienda — su paradigma podría ser el mencionado Candioti o Juan M. de Rosas — es una invención que tiende a confundir conscientemente o no, muchos hechos de nuestra historia" (...) el marte de "fuerzas vivas del agro", (é) falaz eufemismo que tiende a disimular las diferencias y los antagonismos de clase" (...). Las tentativas de exaltar una supuesta fisionomía étnica y espiritual por encima de la realidad concreta, deforman esta realidad y crean fantasmas históricos, aptos para los tradicionalistas y coleccionistas, pero no para un estudio científico de nuestro pasado" (Schneider, S.: "Notas sobre el Gaúcho" in *Quadernos de Cultura*, B. Aires, n.º 26, Junho de 1956).

O método de abordagem de Euclides da Cunha, em relação ao sertanejo, embora ele já anteveja, num rasgo de clarividência, os antagonismos de classe no campo, segue, de uma certa forma, o esquema romântico criticado por Samuel Schneider.

(28) Cunha, E. da: "Os Sertões" p. 199.

(29) "A mestiçagem deu o jagunço; o jagunço não é mameluco, filho de índio e branco. Euclides estudou-o na Bahia; pois a Bahia e Minas Gerais são os dois Estados da União em que mais se espalhou o africano. Ele esforça-se por mostrar o isolamento, condicionado pelo meio físico, preservou a evolução do cruzamento que forneceu aquela variante admirável. É incontestável que a segregação fortalece as espécies, garantindo-lhes a diferenciação dos tipos originários; é uma realidade a lei de Wagner.

Todaya, elementos não faltam no livro "Os Sertões" para provar que aqueles homens que "antes de tudo eram fortes", tinham fartas gotas de sangue negro. É só ler a descrição do povilão de Canudos:

"Todas as idades, todos os tipos, todas as cores... Grenhas maltratadas de crioulas retintas; cabelos corrediros e duros, de caboclas; trufas escandalosas, de africanas; madeiras castanhas e louras, de

brancas legítimas, embaralhavam-se sem uma fita, sem um grampo, sem uma flor, toucado ou coisa mais pobre".

"Quanto aos homens, aqueles indomáveis espartanos, que não morreram para a história, porque o gênio de Euclides da Cunha os amparou, na ponta de sua pena, brilhante como um relâmpago, a miséria é a mesma: Antônio Beatinho, o discípulo mais chegado ao apóstolo delirante, era mulato; Pedrão, que com 30 homens guardava, contra um exército, as vertentes da Cana-Brava, era cafuzo; Estêvão, guarda da estrada do Cambaio, era negro; e tinha o corpo tatuado à bala e à faca".

"Tais foram os máximos representantes daquela gente mestiça, cujas características Euclides traçou em páginas que afortunadamente o mesmo leitor pode encontrar mais adiante, para atenuar o que ele diz dos mestiços nos primeiros capítulos" (Pinto, Roquette: "Seixos Rolados", Rio, 1927, p. 295). Sobre o assunto, Cf.: "Notas sobre o negro no sertão": Clóvis Moura, in "Revista Brasileira", n.º 24, S. Paulo, 1959.

(30) Cunha, E. da; Op. Cit., p. 90.

(31) Cunha, E. da; Op. Cit., p. 91.

(32) Um predecessor de Euclides da Cunha escrevia, expondo as mesmas idéias, com outras palavras: "Parece ser fato definitivamente estabelecido que o cruzamento de raças muito divergentes entre si não dá resultado favorável.

"Nos gêneros e espécies afastados de animais e vegetais, a observação demonstra que o cruzamento produz a hibridéz, isto é, uma anomalia, um tipo muito difícil de obter, sem estabilidade, e, a maior parte das vezes, infecundo.

"De duas raças humanas, uma superior, outra inferior, que se cruzam, o produto, inferior à primeira e superior à segunda, apresenta, em parte, as qualidades que vimos caracterizar a hibridéz, isto é, um estado de flutuação de inconsciência, que o torna impróprio para adaptar-se completamente às condições de existência de qualquer das duas raças de sua procedência.

"As exceções pouco comuns a essa lei geral produzem-se em virtude da enorme amplitude e da irregularidade caprichosa que caracteriza os fenômenos da herança. Os caracteres hereditários fundem-se, ora se justapõem, ora seguem francamente uma direção unilateral, sem oferecer, em sua marcha, a menor uniformidade; em tais casos, compreende-se que o mestiço possa, excepcionalmente, apresentar aptidões físicas e intelectuais inteiramente idênticas às das raças superiores.

"Como, porém, essa hereditariedade unilateral raramente predomina de modo tão absoluto, a influência do outro fator menos elevado coloca o produto em condições de inferioridade relativamente à raça superior". (Gama Roza: "Biologia e Sociologia do Casamento", Rio, 1887, pp. 192-193). Compare-se o trecho acima com o "parêntesis irritante" de Euclides da Cunha. O conteúdo de raciocínio é idêntico.

(33) Cunha, E. da; "Os Sertões", p. 108.

(34) Op. Cit., p. 110.

(35) Op. Cit., p. 149.

(36) Op. Cit., p. 150.

(37) Op. Cit., p. 154.

(38) Op. Cit., p. 154.

(39) Op. Cit., p. 159.

(40) Op. Cit., p. 163.

(41) Op. Cit., pp. 171-172.

(42) Op. Cit., p. 176.

(43) Op. Cit., p. 226.

(44) Empregamos o termo *carismático* com as devidas reservas. Para nós, o líder carismático encarna, perante a massa, aqueles anseios subjetivos oriundos de uma situação objetiva. Mas ainda sem conscientização. Esse tipo de liderança vai desaparecendo à medida que a comunidade adquire consciência desse processo objetivo; as relações *líder-massa*, em consequência, também se transformam. A *alienação* desaparece à medida que, na *praxis*, na luta encetada, a comunidade substitui as *profecias* por palavras de ordem concretas, capazes de solucionar os seus problemas. Esse processo de *alienação* entre o sujeito e o objeto não é, portanto, absoluto, mas varia de acôrdo com o aprofundamento do processo revolucionário do qual emerge a autoconsciência. Achamos que todo trabalho sobre a Sociologia dos profetas deve partir deste ponto de vista. Não devemos cair, portanto, no exagêro de certos estudiosos que idealizaram um líder, que tinha autoconsciência da situação real e dos objetivos da luta, mas não descurar que toda ideologia emergente da situação dos camponeses sublevados em Canudos (o misticismo como forma e o fanatismo como modo de comportamento) advinham da situação em que se encontravam. Um estudo sobre as diversas gradações por que passou esse pensamento, à medida que a luta avançava, seria interessante, mas nos parece impossível.

(45) Op. Cit., p. 79.

(46) Cunha, E. da: "À Margem da História", Pôrto, 1941, p. 58.

(47) Op. Cit., p. 58.

(48) Op. Cit., p. 62.

(49) Op. Cit., p. 60. — Escreve Araújo Lima: "Euclides leva às últimas consequências o fenômeno que ele supõe se passar na vida do homem amazônico e atribui ao "calor úmido", que "deprime e exaure", estes graves danos: "modelo organizações tolhicas em que toda atividade cede ao permanente desequilíbrio entre as energias impulsivas das funções periféricas fortemente excitadas e a apatia das funções centrais". E assim explicando o que qualifica "inteligências marasmáticas" e "enervações periclitantes" do homem daquelas para-

gens, chega a esta afirmação: "daí todas as idiossincrasias de uma filosofia excepcional". Partindo desse princípio, através do estudo da "seleção natural em tal meio", pretende surpreender uma "progressão inversa prejudicialíssima entre o desenvolvimento intelectual e o físico", para concluir que o homem amazônico está destinado, ou condenado, à "máxima energia orgânica" e à "mínima fortaleza moral". À luz da ciência moderna, na sua interpretação puramente experimental como nas suas conclusões filosóficas, não se descobrem indícios de verdade na concepção daquelas "idiossincrasias de uma filosofia excepcional", que o pensamento de Euclides entrevira como características fisiológicas do homem do Amazonas". (Lima, Araújo: — "Amazonia — a terra e o homem", 3.^a edição, 1945, p. 181). Apenas Araújo Lima não mostrou como Euclides da Cunha reagiu e modificou sua posição, no que diz respeito ao homem amazonense, após a sua estada no "Inferno Verde".

(50) Cunha, E. da: "À Margem da História", Pôrto, 1941, p. 55.

(51) Op. Cit., p. 56.

(52) Cunha, E. da: — "Castro Alves e o seu tempo", edição do Grêmio Euclides da Cunha, s/d. p. 30.

A Questão Social

O SOCIALISMO de Euclides da Cunha, ou melhor, a forma como ele via a questão social e a sua solução em nosso País tem sido abordado acaloradamente. Essas discussões apresentam dois aspectos distintos, que se completam: um, é o dos anti-socialistas que desejam provar, a todo custo, por questões ideológicas, que o autor de "Os Sertões" foi alheio a essas idéias que começavam a se difundir no Brasil; o outro, é o dos socialistas sentimentais que, fugindo ao rigorismo de uma análise científica, procuram forçar, num sentido esquizante nem sempre justo e quase sempre exagerado, as posições ideológicas de Euclides da Cunha, o seu pensamento social, a fim de poderem colocá-lo entre os primeiros seguidores e aplicadores das idéias de Marx entre nós.

Mas, isto teria de acontecer. E teria porque o assunto é polêmico, na sua essência. Polêmico não por meras questões historiográficas, falta de explicação de detalhes ou atitudes secundárias de Euclides, dúvidas que poderiam ser dirimidas através de pesquisas e estudos objetivos, mas pelo seu próprio conteúdo, fato que faz com que o lado ideológico da questão tenda obviamente a preponderar.

Vemos muita tinta ser gasta para afirmar ou negar as posições de Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo, no que diz respeito ao grupo socialista que ali existia e a sua posta redação por ele de um manifesto comemorativo de um primeiro de maio. Houve mesmo quem chegasse ao requinte de fazer análises grafotécnicas, que objetivavam verificar se Euclides da Cunha havia, ou não, sobrescrito um convite do

"Clube Internacional Filhos do Trabalho" (1). Por outro lado, apareceu quem afirmasse que ele havia, num primeiro de maio, falado aos operários, com os olhos que eram "duas chispas fagulhando das fogueiras do cérebro" (2).

Neste plano nunca se conseguirá saber, ao certo, qual a posição real, objetiva, de Euclides da Cunha frente ao problema social. Achamos que a simples discussão da paternidade de um documento não será o fundamental, como não é também saber se Euclides da Cunha desfilou nas passeatas de primeiro de maio, como um militante do clube socialista daquela localidade paulista. Seria continuar gastando papel e tinta para nada concluir.

O caminho a seguir é bem outro. Devemos ver o problema dentro de um horizonte mais largo e em dimensões mais profundas, sem o que as discussões bizantinas, e muitas vezes até ridículas, atrapalharão a sua análise objetiva.

Temos de tomar distância, afastarmo-nos dos detalhes, a fim de podermos dar um olhar panorâmico sobre o aparecimento daquela classe que é o suporte material do socialismo — a classe operária — e os seus reflexos nos quadros intelectuais da época. Devemos perspectivar de que modo a *intelligentsia* brasileira elaborava as suas categorias, o seu mundo conceitual, como reflexo desses eventos, sem o que cairemos numa interpretação simplista do problema.

A classe operária iniciava as suas primeiras manifestações; suas organizações estruturavam-se timidamente, como brotos muito tenros, sem o amadurecimento exigido pelos embates que surgiam. Eram, quase sempre, associações de caráter beneficente ou de resistência — como eram chamadas — associações que tentariam, em 1892, realizar um congresso convocado para a capital do País. Desta tentativa, porém, "restou apenas o noticiário nos jornais do tempo" (3).

Outros fatos se sucederam: em 1890 houve um movimento, liderado pelo "Centro das Classes Operárias", contra artigos do Código Penal que puniam grevistas. Dez anos depois, os operários das fábricas de sapatos entram em greve. Os cocheiros do Rio de Janeiro paralisam quase completamente a então Capital Federal, no mesmo ano, com a participação de cerca de 25 mil grevistas. Número muito grande para a época.

Em 1901, os trabalhadores em pedreiras do Rio de Janeiro também entram em greve e conquistam a redução da jornada de trabalho de 12 para 10 horas.

Outros movimentos se estruturam nos anos subsequentes, mas são todos muito epidêmicos, sem profundidade e sem unidade ideológica, de vez que o anarco sindicalismo até então dominava o movimento operário⁽⁴⁾.

Esses movimentos, conjugados a livros e notícias dos acontecimentos que se desenrolavam na Europa, evidentemente atingiam a intelectualidade brasileira. O *socialismo* interessava, de uma forma ou de outra, aos homens de cultura do nosso País. Sílvio Romero⁽⁵⁾, Farias Brito⁽⁶⁾, Tobias Barreto⁽⁷⁾, e muitos outros ocuparam-se do problema. O médico santista Silvério Fontes redigiu, em 1902, um manifesto decalcado já das teses fundamentais do marxismo, documento que foi divulgado no jornal "O Estado de São Paulo". O documento a que aludimos é, efetivamente, o mais avançado, até a data da sua publicação, aparecido no Brasil. Além desse trabalho, Silvério Fontes publicava um quinzenário intitulado "A Questão Social", órgão que, em 1895, anunciava, segundo Astorjildo Pereira, "a existência na biblioteca do Centro de muitas obras socialistas, entre elas o Manifesto Comunista de Marx e Engels"⁽⁸⁾.

Os intelectuais brasileiros sofriam, assim — embora de modo muito ralo — a influência das idéias revolucionárias que nos vinham da Europa e que aqui se incrustavam a necessidade do movimento social do Brasil. São Paulo, recebendo a injeção da corrente migratória européia, que se avolumou consideravelmente após a abolição do trabalho servil, albergou grande número de operários que aqui divulgavam idéias socialistas, especialmente anarquistas, e fundaram os primeiros grêmios de caráter comunista⁽⁹⁾.

Em São José do Rio Pardo, esta disposição do operariado e da intelectualidade se corporificou na organização do "Clube Internacional Filhos do Trabalho", por Francisco Escobar, Paschoal Artesse e outros. Era um clube que não tinha, segundo se depreende dos documentos publicados, estrutura marxista, mas, na base de um socialismo mal assimilado, meio humanitário, procurava congregar os operários e os intelectuais⁽¹⁰⁾.

Euclides da Cunha — assim como deve ter lido o manifesto de Silvério Fontes, publicado em jornal no qual colaborava — deve ter acompanhado aquele movimento dirigido por Francisco Escobar, o homem que lhe deu coragem e o supriu de livros e entusiasmo, quando estava escrevendo "Os Serfotões". Em cidadezinha sem muita vida social, o jornal "O Proletário" devia ser, para Euclides da Cunha, leitura obrigatória. É uma suposição que podemos fazer sem muito receio de errar.

Os pormenores da sua adesão ou não ao clube fundado, não têm — segundo pensamos — a importância e a significação que lhe querem dar. O que nos interessa fundamentalmente neste capítulo é analisar a posição de Euclides da Cunha, em conjunto, frente ao problema social e ao socialismo. Isto só poderá ser feito objetivamente através da análise dos seus artigos, dos seus pronunciamentos e da sua visão do mundo nêles sintetizada.

Apesar de Euclides da Cunha ter formado o seu pensamento — conforme analisamos anteriormente — apoiado em correntes de opinião, que viam esses movimentos mais como fenômeno de patologia social do que como elemento natural do desenvolvimento social antinômico — no Brasil simples caso de polícia... — *sentiu* o impacto dessas novas forças que se exteriorizavam através da chamada *inquietação social*, isto é, das lutas dos trabalhadores.

Assinou, no jornal "O Estado de São Paulo", artigos sob o pseudônimo de Proudhon, fato que bem demonstra a sua inclinação — pelo menos sentimental — pelo anarquismo. Daí haver, já em 1892, em um 1.º de maio, abordado o problema do socialismo na imprensa. Afirma, ao iniciar o artigo: "Extraordinário amanhecer o de hoje nas velhas capitais da Europa..."

Em seguida: "abandonaram os cérebros dos políticos os interesses mais urgentes; desapareceram por um dia todas as fronteiras; reconciliaram-se incorrigíveis ódios seculares dos governos — e aqueles exércitos formidáveis que a todo instante ameaçam abalar a civilização, num espantoso duelo, formam silenciosos, pela primeira vez, sob uma mesma bandeira..."

"Tudo isto porque o ânimo extraordinário que é o maior colaborador da história, o povo que trabalha e que sofre —

sempre obscuro — entende, nessa festiva entrada da primavera, deixar por momentos as ásperas ferramentas e sonhar como os felizes, pensar, éle que só tem um passado no futuro”.

Continua, acrescentando: “Cansado de escutar tôdas as teorias dos filósofos ou os devaneios dos sonhadores, que, há muito, intentam-lhe a regeneração — desde os exâgeros de Proudhon às utopias de Louis Blanc — éle inicia por si o próprio alevantamento”.

“E, para abalar a terra inteira, basta-lhe um ato simplíssimo — cruzar os braços”.

Depois de apresentar, como vimos, o primeiro de maio como uma festa do trabalhador, que “só tem um passado no futuro”, Euclides da Cunha passa a referir-se especificamente ao socialismo. Afirma: “Realmente, a vitória do socialismo bem entendido exprime a incorporação à felicidade humana dos que foram sempre dela afastados. Em nossa pátria — môça e rica — chegamos às vêzes a não o compreender: transportando-nos, porém, aos grandes centros populosos, observando tôdas as dificuldades que asoberbam a vida ali, sentimos quão criminosa tem sido a exploração do trabalho. Ali, aonde o operário mal adquire para a base material da vida, a falsíssima lei de Malthus parece se exemplificar ampla e duradoura. Prêso a longas horas de uma agitação automática, além disso cerceado da existência civil, o rude trabalhador é muito menos que um homem e pouco mais que uma máquina...”

Concluindo, dizia que “se passe sem lutas este dia notável. O socialismo, que tem hoje uma tribuna em todos os parlamentos, não precisa de se despenhar nas revoltas desmorlizadas da anarquia.

“Que saia às ruas das grandes capitais a legião vencedora e pacífica; e levante altares à esperança, nessa entrada iluminada da primavera, sem que se torne preciso ao glorioso vencido — o Exército — abandonar a penumbra em que lentamente emerge à medida que sobe a consciência humana” (11).

Era, como podemos ver sem muita dificuldade, um amálgama de solidarismo humanitarista e utópico o que éle entendia por socialismo, naquele ano. Nada de um pensamento profundo. A sua visão ficava mais ou menos satisfeita com a possibilidade de poder o operário sonhar com a felicidade. E

as tribunas, que para Euclides da Cunha representavam como que os pulmões dos trabalhadores nos parlamentos da Europa, cedo mostraram a sua insuficiência.

Sem falarmos, por enquanto, no controvertido manifesto de São José do Rio Pardo, vejamos como Euclides da Cunha se referia, em 1904, ao mesmo tema. Exatamente em outro primeiro de maio. É, realmente, no seu famoso artigo “Um Velho Problema”, que expõe de forma mais clara a sua posição e delimita os seus conhecimentos sobre a questão social.

Se no seu primeiro artigo as divagações demonstram um quase desconhecimento do assunto, no artigo de 1904 a situação é bem diferente. Vê-se que Euclides da Cunha procurou lastrear o seu conhecimento com novas leituras. Depois de uma análise dos utopistas da Renascença e dos socialistas pré-científicos, chega, finalmente, a Marx, “pois foi, realmente, como este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva” (12).

Acentua: “a fonte única de produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: — a riqueza produzida deve pertencer tôda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação” (13).

Depois pinta a situação em que se encontra o operário na sociedade capitalista: “A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina. De fato, esta, na permanente passividade da matéria, é conservada pelo dono: impõe-lhe constantes resguardos no trazê-la íntegra e brunida, corrigindo-lhe os desarranjos; e quando morre — digamos assim — fulminada pela pleitora de força de uma explosão, ou debilitada pelas vibrações que lhe granulam a musculatura de ferro, origina a máquina real de um desfalque, a tristeza de um decréscimo da fortuna, o luto inconsolável de um dano. Ao passo que o operário, adstrito a salários escassos demais à sua subsistência, é a máquina que se conserva por si, e mal; as suas dores recalca-as forçadamente estóico; as suas moléstias, que, por uma cruel ironia, crescem com o desenvolvimento industrial — o fosforismo, o saturnismo, o hidrargirismo, o oxido-

carbonismo — cura-as como pode, quando pode; e quando morre, afinal, às vezes subitamente triturado nas engrenagens da sua sinistra sócia mais bem aquilhoada, (...) ninguém lhe dá pela falta na grande massa anônima e taciturna, que enxurra tôdas as manhãs à porta das oficinas” (14).

Concluindo, afirma enfaticamente: “Socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso” (15).

Analisa aquilo que chama a “heterodoxia socialista”, para afirmar que aceita as posições socialistas “corretamente evolucionistas”, que preconizavam a chegada ao socialismo através do “processo normal das reformas lentas, operando-se na consciência coletiva e refletindo-se pouco a pouco na prática, nos costumes e na legislação escrita, continuamente melhoradas” (16).

Isto, no entanto, não impedia que escrevesse, linhas abaixo, como sentindo necessidade de uma conclusão menos limitada à lógica reformista: “... as catástrofes sociais só podem provocá-las as próprias classes dominantes, as tímidas classes conservadoras, opondo-se à marcha das reformas — como a barreira contraposta a uma corrente tranqüila pode gerar a inundação. Mesmo nesse caso, porém, a convulsão é transitória: é um contracheque ferindo a barreira governamental”.

Estas citações um pouco longas, são, no entanto, necessárias para que se tenha um conhecimento mais acurado do seu pensamento, no que diz respeito à questão social.

Muitos estudiosos da obra de Euclides da Cunha procuram descobrir uma evolução unificar do seu pensamento, que teria partido de posições iniciais reacionárias e se transformado, evoluído, ao impacto de novos postulados, cada vez mais progressistas, terminando com a aceitação do marxismo. Não concordamos. Nada há na sua obra que comprove tal assertiva, nascida de impulsos subjetivos bem intencionados, mas insustentáveis. Não houve uma reelaboração crítica que levasse o seu pensamento às posições do materialismo histórico e dialético. O artigo que estamos comentando pode, quando muito, ter sido um desabafo momentâneo de Euclides da Cunha, ou influência mais direta de alguma leitura imediata. Nunca, porém, exteriorização de um amadurecimento teórico. Nunca prova de substituição de uma concepção do mundo por outra.

Tanto isto é verdade que, nos artigos posteriores, escritos por ele e publicados na imprensa, nenhum vestígio profundo, ou mesmo epidérmico, do marxismo ou de posições socialistas avançadas, encontramos. Continua contraditório, como sempre. Apelando para o seu velho Spencer, como oráculo.

Vários foram os escritores que definiram Euclides da Cunha como socialista. Muitas dessas afirmativas pecam pela base, isto porque, segundo o conceito desses autores, *socialismo* é uma palavra muito elástica e vaga. Daí poderem inserir o autor de “Os Sertões” no rol dos socialistas. Mas, mesmo assim, muitos escritores, que se dizem ou são marxistas, tentaram apresentar Euclides da Cunha através dos olhos de côr da sua preferência. Desbastados, porém, os elementos acrescentados pela simpatia dos socialistas e acrescidos os elementos injustamente retirados pelos anti-socialistas, não se pode afirmar, em sã consciência, haver sido Euclides da Cunha um socialista, muito menos um marxista (17).

Como já afirmamos, houve quem visse uma *evolução* no pensamento de Euclides da Cunha, que teria partido de uma posição metodológica e filosófica reacionária, terminando numa posição de adepto do marxismo.

Gonçalves Machado, por exemplo, via essa evolução a partir das posições meramente críticas de “Os Sertões”, até às posições conscientemente socialistas de “Um Velho Problema”. Para ele, as declarações de Euclides da Cunha, na sua obra principal, tinham um sentido apenas crítico, fato que determinou não expressasse ali uma “posição de militante ativo, de combatente afetivo, de mais lidador do que pensador; ela é a observação do sociólogo, embora denunciando erros e combatendo crimes; é a descrição da terra, pelo estudo do clima, é o perfil das sécas; porém, é principalmente a fotografia do homem do sertão e, sobretudo, a explicação da guerra de Canudos, não feita pelo viajante displicente, ou pelo simples cronista da campanha, mas preparada, em base de conhecimentos sérios, pelo sociólogo. E este não descreve tão-somente, mas opina, critica, censura, ataca, não como espectador refestelado das arquibancadas, mas como participante da cena, dentro

do próprio picadeiro do Coliseu". (...) "Os Sertões", sendo uma obra de ataque e atacando precisamente uma situação decorrente da desigualdade de classes, não pode deixar de ser uma obra socialista" (18).

Afirma Gonçalves Machado, depois de apresentar erroneamente as soluções apontadas por Euclides da Cunha para o problema da concentração da propriedade fundiária como socialistas, que "no plano dos debates, entretanto, poder-se-á objetar que essa conclusão venha a ser esforço sectário de comentarista socialista. Mas essa objeção só poderia subsistir se Euclides da Cunha, em outra obra, não se tivesse postado em terreno firme, para positivar, numa linguagem eloquente e sem subterfúgios, as suas convicções socialistas".

Para o autor cujo pensamento estamos seguindo, esta tomada de posição se dera com o artigo "Um Velho Problema". E conclui, peremptório: "São palavras claras como uma manha de primavera..." (19).

Outro comentarista que incide no mesmo erro é Abguar Bastos.

Depois de fazer uma síntese impressionista da evolução do pensamento euclidiano, destacando a sua posição no que diz respeito ao homem do Amazonas, e de citar as medidas preconizadas por Euclides da Cunha em abono da sua tese, embora essas medidas estejam muito longe de poderem ser enquadradas como socialistas, mesmo elastecendo-se muito o conceito, passa a analisar o artigo "Um Velho Problema". Após resumi-lo, diz que "Euclides não vê a solução através do empirismo dos ascetas ou das especulações metafísicas dos teólogos... Achava que a balbúrdia dos utópicos caracterizava o completo desequilíbrio das almas que se deveriam libertar, quanto antes, "do apêgo tradicional do catolicismo cuja missão findara e dos impulsos demolidores da metafísica triunfante". Insurgindo-se contra a fraqueza objetiva da revolução inspirada pela filosofia social do século XVIII, Euclides está de acôrdo com a consideração de Guizot, de que "nunca uma filosofia aspirou tanto ao governo do mundo e nunca foi tão despida de império".

"Numa análise feliz — continua Abguar Bastos — reconhece que, "exclusivamente atraída pelo programa, que se lhe afigurava enorme, mas pouco valia, de derruir as classes privile-

giadas, a Revolução firmara nos direitos do homem um duro individualismo, que na ordem espiritual significa a negação dos seus melhores princípios e na ordem prática equivalia a destruir as corporações populares, isto é, a única criação democrática da Idade Média".

"Mais adiante — ainda é Abguar Bastos quem está com a palavra — Euclides revela o seu espírito antilatfundista, declara-se abertamente irmanado ao *slogan* de terra aos camponeses (20)."

Logo depois o autor de "Certos Caminhos do Mundo" volta a reportar-se, como não podia deixar de ser, ao artigo "Um Velho Problema", e conclui reconhecendo ter sido Euclides da Cunha um socialista.

Pelos pequenos trechos que transcrevemos, é visível a confusão que existe, da parte de Abguar Bastos, não somente sobre o que Euclides da Cunha postulou, como pensador, sobre o assunto, mas, também, o que é mais grave, sobre o que se deve conceber como socialismo, pois êle inclui entre as reivindicações *socialistas* a reforma agrária de conteúdo e significado nitidamente burguês (21).

Mas não cabe aqui — nem é do plano do nosso trabalho — fazer um levantamento das opiniões de todos os escritores que abordaram o tema, isto porque seria enfadonho e em nada concorreria para que se definisse a posição do pensamento de Euclides da Cunha sobre o socialismo.

O que nos interessa, de um modo geral, é fazer um inventário dos pilares ideológicos em que o pensamento de Euclides se assentou, no que diz respeito à questão social e à sua solução. É dentro desta perspectiva, e não através de um embelezamento do seu *weltanschauung*, que poderemos concluir sobre o que deixou explícito como legado ao pensamento social no Brasil.

Não será procurando juntar pedaços de frases ou fragmentos de pensamentos, forçando conclusões sobre o que êle pensou a respeito da questão social e o socialismo, que o iremos interpretar corretamente, mas, pelo contrário, fazendo um levantamento global e imparcial da sua obra, no particular, é que podemos valorizá-lo.

Já vimos como, em 1892, Euclides da Cunha, em artigo de jornal, abordava o assunto, em um primeiro de maio, ligando-o (isto sim, é importante) ao socialismo.

Ao socialismo, portanto, apesar de todas as suas deficiências teóricas, estava, naquele artigo, ligada a solução da questão do trabalho. Embora desvinculando-o da realidade nacional, vendo o socialismo como flor que só nascia na Europa, ligou os dois problemas. Sua concepção de um socialismo estritamente vinculado à democracia, no seu sentido liberal, não o deixou isento de erros, pois levou-o a fazer confusão entre liberdade e liberal democracia, vendo desses dois conceitos apenas a sua forma, sem penetrar na sua essência.

Como elo intermediário (embora com as ressalvas necessárias e sem endossarmos a sua paternidade, levando-o em conta, tão-somente como subsídio, que pode ser dispensado, pois os dois pólos do problema se encontram nos artigos de 1892 e 1904), passemos a analisar, finalmente, o conteúdo do discutido documento do "Clube Internacional Filhos do Trabalho". Como muito bem acentua Everardo Dias, o simples nome de "Clube" já tira o significado marxista da organização. Mas, mesmo assim, por se tratar de organização surgida em cidade do interior paulista, onde Euclides morou, vale a pena ver-se como aqueles que o redigiram encaravam o problema e ver até onde há coincidência de pontos de vista entre o que Euclides da Cunha escreveu antes de ir para São José do Rio Pardo, o artigo que redigiu após o seu regresso daquela cidade, e o manifesto contestado. Hoje, à distância, podemos dizer que não há diferenças fundamentais, e tanto Euclides poderia ter escrito o manifesto, como não. Para a análise do seu pensamento nada mudaria no substancial.

Diz o documento: "A data de primeiro de maio foi adotada para comemoração do trabalho, pelo Congresso Internacional Socialista de Paris, no ano de 1889, e confirmada pelos congressos de Bruxelas e Zurich, em 1891 e 1893.

"Festa exclusivamente popular, ela se destina a preparar o advento da mais nobre e fecunda das aspirações humanas: a reabilitação do proletário para a exata distribuição da justiça, cuja fórmula suprema consiste em dar a cada um o que

cada um merece. Daí a abolição dos privilégios derivados, quer da fortuna quer da força.

"Para este fim é mister promover a solidariedade entre todos os que formam a imensa maioria dos oprimidos, sobre quem pesam as grandes injustiças das instituições e preconceitos sociais da atualidade, destinados a desaparecer para que reine a paz e a felicidade entre os povos civilizados.

"Promovendo entre nós a comemoração de uma festa tão notável, o "Clube Internacional Filhos do Trabalho" procura a vulgarização dos princípios essenciais do programa socialista, empenhando-se em difundir-lo entre todas as classes sociais".

Não se pode esconder que entre os três documentos — o artigo de 1892, o manifesto de 1901 e o artigo de 1904 — há uma série de pontos de contato que poderão ser levados em conta das próprias tendências da época. Daí mostrarem tantos elementos convergentes nos seus postulados lógicos. Estes pontos de contato, além de outros, como a própria redação, seriam, ao nosso ver:

a) — Confusão entre democracia liberal e socialismo; humanitarismo em lugar de análise científica; apresentação simplesmente doutrinária do socialismo sem preocupação de vinculá-lo à realidade brasileira;

b) — Reformismo substituindo as posições revolucionárias, tendo por base um pseudo-evolucionismo "científico", que preconizava um *avanço gradual* das idéias socialistas, de acordo com certas *leis imitáveis*, sem mudanças qualitativas; *evolucionismo* que se aproxima do neo-revisionismo.

c) — O problema da greve geral apresentada como arma fundamental capaz de substituir a luta de classes, nas suas diversas graduações até a revolução, tomada do poder pelo proletariado e instalação de um governo socialista através desse processo (22).

d) — Visão do capitalismo não como um sistema determinado, transitório e já esgotado por leis histórico-naturais, mas destinado a desaparecer pela sua maldade, pelos erros daqueles homens que podem humanizá-lo e não o fazem.

Embora o manifesto de São José do Rio Pardo traga um esboço do que foram os congressos socialistas, o que se nota nele e nos artigos de Euclides da Cunha (com exceção de alguns trechos de "Um Velho Problema"), é uma assimilação

lação epidérmica — simples fruto de leituras — circunstancial e meramente intuitiva do problema. Para fazer-se justiça a Euclides da Cunha, devemos esclarecer, contudo, que mesmo essas intuições já foram muito. Foram antecipações. O seu primeiro artigo sobre o socialismo data de 1892. Pois bem: Everardo Dias afirma que “tendo-se reunido um grupo de antigos militantes socialistas e anarquistas em meados de abril de 1893, para estudar a maneira de comemorar o primeiro de maio em São Paulo, foram denunciados e presos, sendo os estrangeiros transferidos para o Rio, onde penaram nove meses na detenção, e os nacionais, além de presos, foram espancados e advertidos de que, se persistissem em tentativas agitadoras, seriam castigados de modo exemplar.

“A data de primeiro de maio — prossegue Everardo Dias — só começou a ser comemorada, com o seu verdadeiro significado, fora de local fechado, em 1906, pois até aí, quando se comemorava, era sob pretexto de um festival em salão, e, outras vezes, era um patrão folião que promovia uma festinha para seus operários” (23).

Como vemos, historicamente não se podia esperar de um intelectual, desligado da classe operária ainda em formação em nosso País, e com o lastro ideológico de Euclides da Cunha, formulações mais avançadas. Desta forma, podemos aquilatar de um modo relativamente mais realista, e não procurando ver o problema à luz da realidade atual, mas encarando o seu pensamento historicamente, a sua posição no que diz respeito ao problema capital-trabalho.

Do ponto de vista de *weltanschauung*, o manifesto de São José do Rio Pardo pode ser colocado no mesmo plano dos artigos escritos por Euclides da Cunha. Por esta razão, a autoria do documento discutido adquire uma importância bem menor, de vez que — no contexto histórico — nenhuma contribuição mais importante traria à compreensão do seu pensamento. Suas linhas mestras colocam-se entre os artigos de 1892 e 1904.

4

Teria, porém — isto sim, interessa ao nosso trabalho — sofrido Euclides da Cunha um processo de radicalização

114

ideológica em São José do Rio Pardo, em contato com o movimento de tendência socialista que existia naquela cidade, ou, pelo contrário, isolado, ilhado em um aglomerado humano provinciano e desvinculado das lutas que se articulavam e eclodiam, descambiado na descrença, no ceticismo e no agnosticismo que muitos destacam no seu livro fundamental? Isto cabe ser observado.

Tendo colaborado no jornal “O Estado de São Paulo”, antes de partir para o seu retiro interiorano, Euclides da Cunha sempre se manifestou dentro de vigamentos que oscilavam entre um positivismo superficial e um socialismo impréciso. A influência de autores, como Spencer, é notada, porém menos sistematicamente do que depois. Mas, o seu livro “Os Sertões” já é um retrocesso aos artigos escritos no fogo da campanha de Canudos. Néelson Werneck Sodré, com a inteligência que o caracteriza, já teve oportunidade de fazer uma abordagem satisfatória do assunto (24). Diz o autor de “Formação Histórica do Brasil”: “Vai (Euclides) a Canudos, presenciar a luta tremenda que ali se trava, e transmite ao seu *Diário* as impressões indeléveis, honestas, exatas — o sertanejo é um titã. Volta de Canudos e arma-se de bagagem teórica para fazer do rascunho um livro, e apenas traduz as teorias alheias, enfatizando-as, e o sertanejo é uma sub-raça, e o cruzamento é um desastre genético, e o negro e o índio são raças primitivas, e há uma seleção natural, e deve-se aplicar às sociedades as teses do transformismo e do evolucionismo, daquele falso materialismo que, em suma, foi o aborto científico de fase justificatória e apologetica” (25).

Mesmo aceitando-se, como quer Paschoal Artese, ter Euclides da Cunha participado do “Clube Internacional Filhos do Trabalho”, sendo, inclusive, um dos seus fundadores e redator do famoso manifesto, o que temos a apontar, de forma objetiva, é um retrocesso ideológico da sua parte.

O racismo, que está vinculado a muitos trechos da sua obra, parece que foi fruto de leituras feitas depois dos artigos enviados a São Paulo, como correspondente de guerra e antes do fim de “Os Sertões”.

Haja vista, como comprovante do que afirmamos, a sua posição ante o homem do Amazonas em São José do Rio Pardo, quando sofria as “influências” do socialismo rio-pardense,

115

tachando-o de marasmático, e a autocrítica que fez, após voltar do Amazonas, conforme já mostramos em outro capítulo. De forma que a discussão bizantina, estéril e artificialmente engendrada por elementos interessados em afastar do leitor o verdadeiro Euclides da Cunha, não tem significado vertical, senão na medida em que interessa a sua desfiguração por elementos que o querem colocar de acôrdo com as suas inclinações ideológicas.

Num sentido mais largo, não devemos estranhar a posição confusa de Euclides da Cunha, nem exigir dêle mais do que aquilo que o seu tempo permitia. Muito do que se propagou como socialismo no Brasil e na América Latina, por aquêl tempo, era um amontoado confuso de idéias não científicas. Daí um homem como Ingenieros, na Argentina, deixar-se envolver pelas teses racistas em moda, erguendo uma teoria inconsistente; o evolucionismo fazia larga colheita entre os membros da *intelligentsia* latino-americana. Os equívocos seriam inevitáveis. Mas, se de um ponto de vista genérico devemos considerar êsses fatores, no caso particular de Euclides da Cunha o que se nota é um retrocesso evidente entre a primeira fase de sua atividade, na imprensa, que culminou com a correspondência de Canudos, e o final do seu livro principal. Aquêl "parêntesis irritante" parece que foi enxertado após uma leitura que o empolgou; daí a condensação de pessimismo, ataque à mestiçagem e falsa ciência.

Quando se reintegrou na vida da imprensa foi que escreveu o seu discutido e comentado artigo "Um Velho Problema", inquestionavelmente o mais avançado de quantos sua pena produziu e um dos mais radicais de seu tempo.

Será que, se Euclides da Cunha — que antes nos dera, nas colunas do mesmo jornal, um artigo de inclinação socialista — estivesse passando, naquela cidade do interior paulista, por um crisol ideológico, teria, friamente, escrito aquêl parágrafo de sua obra, que é como um entrave definitivo, porque de natureza biológica, às esperanças de progresso do povo brasileiro?

O problema não pode ser julgado à base de elementos colhidos isoladamente, nem à base dos nossos impulsos emotivos. Daí, outros escritores — como é o caso de Gilberto Freyre — preferirem ver o Euclides da Cunha socialista

naquele que denunciou as condições de trabalho do homem amazonense, antes estigmatizado por êle. Diz o autor de "Casa Grande & Senzala" que "ainda não nos apercebemos da rapidez com que vai se realizando um dos sonhos de engenharia social mais sonhados por Euclides da Cunha, com os seus olhos de brasileiro profeticamente voltados para a Amazônia e com suas preocupações de socialista enjoado das misérias da exploração capitalista — tão desbragada nos seus dias —, cheias de esperança de uma época melhor para os trabalhadores de todos os países. Especialmente para os trabalhadores do Brasil" (26).

Se dentro de um critério de delimitação do *weltanschauung* de Euclides da Cunha não podemos concluir, sem forçar a verdade, por uma posição marxista sua, do ponto de vista das suas atividades práticas a confusão é ainda maior, porque confunde-se com os desejos subjetivamente alimentados pelo pesquisador e, transformada em pseudo-realidade, em *alienação*. Everardo Dias, ao referir-se a Francisco Escobar, apontado como um dos fundadores do "Clube Internacional Filhos do Trabalho", afirma que êle nada tinha de socialista, elogiando, ao mesmo tempo, a posição de Euclides da Cunha. Diz êle: "quanto ao último (refere-se a Francisco Escobar), sei que não tem qualquer afinidade ideológica (com o socialismo), ao contrário de Euclides, que sempre se afirmou como um elemento convicto e assim se manteve em todos os atos públicos, não escondendo as suas idéias" (27). A que atos públicos teria Euclides da Cunha comparado não esclarece Everardo Dias, o que é lamentável, pois o seu depoimento seria importantíssimo para que ficasse mais claro êste lado do assunto.

O problema que abordamos — um possível retrocesso ideológico de Euclides da Cunha durante a sua estada em São José do Rio Pardo — merece mais algumas considerações.

Sabemos que as afirmações mais insustentáveis de "Os Sertões" são aquelas que se referem ao problema racial; a mistura de raças especificamente. O problema da inferioriza-

ção do mestiço, aliado a um rígido determinismo geográfico, levou Euclides da Cunha a cometer muitos e sérios erros.

No entanto, basta que se compare o plano do livro definitivo e o seu primeiro esboço, feito quando ele se encontrava ainda na Bahia, logo depois de regressar do teatro das operações militares, para se ver como no primeiro rascunho o problema racial não é apresentado com a importância que adquiriu depois nas páginas do seu livro.

Nélson Werneck Sodré, antecipando-se, no Brasil, à análise ideológica do estilo de Euclides da Cunha, teve oportunidade de salientar como entre os artigos de correspondente de guerra e os capítulos do "livro vingador" há um saldo positivo em favor dos primeiros, que se apresentam recheados de dados e iluminados pela experiência participante do escritor nos eventos narrados. Nélson Werneck Sodré mostra, com muita razão, que a falta de equilíbrio na forma, isto é, o seu aspecto declamatório, oratório, que se manifesta muitas vezes, tem suas raízes numa posição ideológica, nasce de uma contradição entre a realidade e a ideologia de Euclides da Cunha, e não de impulsos subjetivos, nascidos de uma psicologia mórbida do escritor. A essência do modo de encarar os fenômenos determina, portanto, em Euclides da Cunha, certos erros não apenas sociológicos, mas também estilísticos.

Mas, voltemos ao plano inicial de "Os Sertões". Vejamos como, em 1897, o "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, em correspondência da Bahia, de 23 de outubro daquele ano, noticiava o projeto do livro: "Acha-se aqui o Dr. Euclides da Cunha, correspondente de "O Estado de São Paulo", que pretende publicar um estudo sobre a Campanha de Canudos, com o título "Nossa Vandéia", sendo o seguinte o sumário dos dois primeiros capítulos: — A Natureza — Caracteres físicos — Feição topográfica — Formação geológica — Região em graus — Parte estéril (1.ª categoria de Hegel) — A flora — A fauna — Frutificação incerta e temporânea — Rios e rios de enchentes súbitas correndo sem fertilizarem a terra. As sécas. Uma observação de Martius. Da seca ao verde. Transição enorme e rápida. Um padrão no deserto, surgindo e desaparecendo. Aspectos dos tabuleiros e das chapadas. As caatingas impenetráveis. Fisionomia da terra. A transparência do ar. O firmamento. Disposição bizarra dos plainos das

chapadas. O rosário, o rancho de vigário, Serra do Cambaio e Caipan, Cororobó, Massaracá. Baluarte *sine calce limenit*. O homem. Caracteres físicos. Alimentação. Habitação. A coragem pessoal. Vida animal e exorbitante prejudicando as funções sociais e morais. A capacidade étnica da raça corrigirá as ações nosológicas. A influência diária de um solo árido. Vida nômade. Frugalidade implicada pela altura térmica. Imprevidência. Indiferença pelo futuro. Conflito entre os elementos da vida individual e coletiva. Sociedade inconstante. Predomínio das funções individuais. Aspecto atraente das chapadas, incluindo a vida aventureira. Um isolador único. Isolamento no sertão determinando a conservação de velhos costumes e erros. Regresso ao tipo indígena pela não infusão de elementos estranhos. Infantilidades. Imaginação viva. Reflexão morosa. Resistência à dor. O terror religioso. A moralidade. Exemplos de delicadeza moral. Espírito vingativo. A desconfiança. As santas missões" (28).

Como se percebe, Euclides da Cunha não dava muita ênfase ao problema racial no seu aspecto de inferiorização do mestiço, no rascunho primitivo, feito para servir de roteiro ao seu livro. Pelo contrário. Destacou que "a capacidade étnica da raça corrigirá as ações nosológicas".

Da data em que o rascunho foi escrito até o término de "Os Sertões" é que notamos o retrocesso. Além do manifesto socialista contestado, e que quase nenhum avanço acusa em relação ao artigo que escreveu em 1892, nada mais vaticina ou comprova uma evolução de Euclides da Cunha no caminho do marxismo. Pelo contrário. Parece que esmagou a sua marcha inquietada de pesquisador de novos rumos para a cultura brasileira, dedicando-se, unicamente, ao seu trabalho de engenheiro e ao seu *métier* de escritor, burilando os períodos, descarnando-os de qualquer ganga, deixando-os lisos e velando mais pela arquitetura formal do que pelo desatque da essência. O que se pode verificar na forma pode-se constatar, igualmente, no conteúdo. Nélson Werneck Sodré — como já dissemos — mostrou esta contradição existente em Euclides da Cunha. Quando ele palmilhava a estrada da experiência, tinha acertos e antecipações invulgares. Quando se trancava no gabinete, retrocedia e respingava o seu pensamento de retrocessos lamentáveis. Diz o autor de "Oeste":

"Existe em Euclides da Cunha um dualismo singular, de que os seus livros estão pontilhados: enquanto observa, testemunha, assiste, conhece por si mesmo, tem uma veracidade, uma importância, uma profundidade e uma largueza insuperáveis; enquanto transmite a ciência alheia, ainda sobre o que ele mesmo viu, testemunhou, assistiu, conheceu, resvala para o teorismo vazio, para a digressão subjetiva, para a ênfase científica, para a tese desprovida de demonstração".

Esta contradição entre o que Euclides da Cunha escreveu e a tradição de socialista, e especialmente de marxista que lhe quiseram impor os seus biógrafos, levou um dos mais cultos e honestos escritores brasileiros a afirmar, para contorná-la, mas sem desmentir-la, que "só dois anos após a publicação de "Os Sertões" Euclides enriqueceria seu instrumental sociológico com a visão econômica dos fatos sociais, como o demonstra o ensaio *Contrastes e Confrontos*"⁽²⁹⁾. Instrumental sociológico que, infelizmente, Euclides da Cunha nunca mais utilizou para que pudesse ser considerado marxista, porque "o marxismo não é apenas a teoria do socialismo, mas uma concepção integral do mundo da qual decorre logicamente o socialismo proletário de Marx"⁽³⁰⁾.

(1) Aleixo Irnã, José: — "Euclides da Cunha e o Socialismo", São José do Rio Pardo, 1960. O livro, além de se perder em por menores bizantinos e sem importância maior para se compreender a concepção do mundo de Euclides da Cunha, situa-se entre aquelas publicações *alienadas* pela própria posição do autor em relação ao tema. Basta que se leia — para constatação do que afirmamos — a exposição que faz das idéias socialistas, exposição que revela, a par de desconhecimento quase infantil do assunto, uma deliberada posição contrária ao mesmo. A obra mostra como, dentro de uma aparência estritamente técnica, as conotações ideológicas preponderam. Muito do que o autor apresenta como definitivo, para provar que Euclides da Cunha não escreveu o manifesto socialista de São José do Rio Pardo, não passa do rescaldo ideológico do próprio autor que, apoiado nas muletas de uma sapiência técnica capaz de iludir os leigos, procura disseminar a sua própria ideologia, aproveitando-se de Euclides da Cunha.

(2) Pichia, Menotti Del: "Euclides da Cunha e a questão social", resenha da Casa Euclidian, São José do Rio Pardo.

(3) Pereira, Astrojildo: "Lutas Operárias que Antecederam a Fundação do Partido Comunista do Brasil", in "Problemas" n.º 39, março-abril de 1952.

(4) Loc. cit.

(5) "Neste grande período universal, dividido em umas poucas de ramificações, parece-nos bem fundada e digna de aplausos a aspiração para um melhoramento das classes pobres, das classes trabalhadoras. Tudo quanto teórica e praticamente tender a esse alvo superior, tem a razão de seu lado e há de contar com o futuro. O quarto estado há de emancipar-se e florescer como poderoso fator.

Até aí nenhuma dúvida. Negar a evolução que se faz neste sentido, é cair nas mesmas aberrações da natureza quando desdenhava da classe média, da burguesia. Parece-nos, porém, que o socialismo de todos os matizes, ou, pelo menos, das principais ramificações, labora em dois graves equívocos, um de alvo doutrinário e outro de prática aceitação. O erro geral doutrinário vem a ser esse otimismo quase pueril e quase inacreditável em nossa civilização, já tão experimentada por tantas desilusões: a crença de que os males humanos são remediáveis.

Esse velho mito de um Éden, ou no passado, como queria a teologia, ou no futuro, como querem os socialistas, não passa de sonho de fumaça. A realidade é outra bem diversa: os males humanos, os flagelos morais e físicos que nos atormentam, estão em nossa índole, em nosso sangue, como estão no mundo e na natureza; são uma parte integrante da vida e constituem, senão o fundo, ao menos um dos lados da existência". (Sílvio Romero: "O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil", Rio, 1895).

(6) "Farias Brito admite que a reconstrução da sociedade é indispensável, mas procura dar uma direção a essa reforma. A violência viria substituir o interesse de uma classe pelos interesses de outra classe — uma inversão que jamais traria o equilíbrio social e a pacificação dos espíritos. O princípio do interesse não pode ser elevado à categoria de princípio soberano da moral. E crendo penetrar na natureza humana, propõe como um ponto de partida uma campanha de regeneração do homem — espécie de predicação evangélica destinada aos ouvidos dos ricos e dos poderosos. A ingenuidade de Farias Brito atinge nessa solução do problema social a um limite de saturação imprevisível. "É preciso que se explique aos ricos que aqueles que possuem muito, devem condear-se da miséria dos que não possuem nada; que os que possuem demais, devem dividir com os pobres o excesso de sua fortuna; que finalmente ninguém deve, nem tem o direito de acumular mais do que o necessário para a satisfação das suas necessidades". Sem considerar os vícios do liberalismo econômico, nem os seus defeitos na distribuição da riqueza, independentemente da vontade dos indivíduos, para o seu manancial de comensuração e de caridade, convencido de que o seu remédio é heróico e salvador. Em seu plano o Estado ideal se transformaria numa como Santa Casa de Misericórdia cujos mordomos seriam uns São Paulo da propagação da nova fé econômica". (Sílvio Rabelo: "Farias Brito ou Uma Aventura do Espírito", Rio 1951, p. 117).

(7) "As doutrinas socialistas combatem o predomínio do capital sobre o trabalho. Dizem hoje: — a propriedade é um furto — para dizerem amanhã talvez — o furto é propriedade. "O socialismo é a luta contra a luta pela existência", — já disse alguém, que melhor o conhece: e eu faço número entre os subscritores dessa verdade.

O instituto da *Internacional* é para mim a organização da loucura. Porém, idéio alguma coisa de análogo, que aliás não se apresenta com a Comunidade de Paris; uma espécie de *Internacional* em literatura. Nem sofre dúvida que esta concepção é capaz de um largo desenvolvimento" (...). "Imaginemos uma associação de espíritos cultos e independentes, unidos entre si pela atração da luz comum, pelo único princípio da justiça e da verdade.... Imaginemos, sim, uma como *organização da crítica*, uma nova *Internacional*, repartida pelo mundo, tendo na Alemanha a sua sede. E na Alemanha, sem dúvida, não por causa de Karl Marx e Bebel, mas por amor dos Lindau ou dos Frenzel, dos Zarncke ou dos Schmidt. Assim constituída, o fim da sociedade seria passar em revista os títulos dos renomes literários, que se inventam nos países de cultura pouco adiantada." (Tobias Barreto: "Filosofia e Crítica", 1874, pp. 251-252).

(8) Pereira, Astrojildo: "Formação do PCB, Rio, 1962, p. 15.

(9) A confusão, nesse período da história social do Brasil, entre humanitarismo e socialismo, foi mais comum do que se pensa. Por outro lado, a influência do anarquismo fazia com que muitos intelectuais, que aderiam ao movimento, olhassem muito mais para o lado doutrinário do que para os nossos próprios problemas. O movimento comunista brasileiro tem esta característica específica: não nasceu da falência da social-democracia, mas foi gestado nas entranhas do anarquismo. Veja-se, por exemplo, no particular à filantropia, como sucedâneo de socialismo: Gilberto Freyre: "Ordem e Progresso", Rio, 1960, 2.º vol., p. 713 *passim*.

(10) "O proletariado em São Paulo começou a agrupar-se em forma de Unões de Resistência, aí pelo ano de 1903. As primeiras unões fundadas foram as dos chapeleiros, gráficos, sapateiros, seguindo-se, daí por diante, as dos empregados metalúrgicos, tecelões, marceneiros, construção civil, marmoristas, pintores, etc. Até aquela data, existiam várias associações, tanto na capital como no interior do Estado, mas tinham um caráter beneficente, de auxílio mútuo em caso de doença: assim, a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, Associação Beneficente das Artes Gráficas, agrupando elementos pertencentes a essas profissões ou ofícios; a Sociedade Beneficente Portuguesa, a Sociedade B. Vasco da Gama, a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, a Sociedade Italiana Humberto I, o "Cercle Français", recebendo apenas sócios das respectivas nacionalidades; a A. B. das Classes Laboriosas, recebendo sócios, indistintamente, de qualquer nacionalidade e de qualquer profissão, e outras mais (...). As primeiras, tendo como escopo aumento de salários ou diminuição de tempo de serviço, tiveram início no ano de 1903, e foram atuantes operários gráficos, chapeleiros, sapateiros, tecelões, terminando umas

poi meias vitórias e outras por dolorosos fracassos. Estes fracassos devem-se mais às violências exercidas pela polícia do que propriamente à debilidade de organização e falta de espírito de solidariedade do proletariado em causa — o que aliás não seria de estranhar entre indivíduos que começam a exercer um direito de reivindicação até aí considerado perigoso e temível, influenciados por uma série de preconceitos depressores, como desrespeito ao patrão, perda do emprego, corte de crédito no armazém, prisão, perseguição (...). Apesar de todos esses tropeços terríveis, o movimento associativo foi em crescimento, e já em 1904 uma série de greves bem organizadas estalou em São Paulo, como em diversos centros industriais do interior do Estado. Essa organização foi inegavelmente fruto do trabalho de orientação partido do jornal socialista "Avanti", parte editada em italiano, parte em português, fundado em fins de 1900 por um grupo de militantes socialistas italianos, com a cooperação de um grupo de intelectuais e homens de posição nacionais: entre os primeiros, o engenheiro Alcibiades Bertolotti, os gráficos Ambrosio Chiodi e Delfratte, Augusto Bonatti, José Cerruti e Antônio Cimatti; e entre os nacionais podemos citar, de lembrança, Estêvão Estrêla, corretor oficial de valores, Benjamin Mota, advogado e jornalista, e a simpatia e adesão declarada de vários intelectuais, como Silvério Fontes, Marim Francisco, Euclides da Cunha, Carlos Escobar, Natanael Pereira, Luís Gambetta Sarmento". (Everardo Dias: — "Lutas Operárias no Estado de São Paulo", in "Revista Brasileira", n.º 1, setembro-outubro de 1955, pp. 68, 69, 70).

Everardo Dias, apesar de incluir Euclides da Cunha entre os intelectuais que aderiram à iniciativa da publicação do jornal "Avanti", nenhum esclarecimento ponderável ou mesmo superficial traz, capaz de situar a posição do autor de "Os Setões". Quanto à indicação de Francisco Escobar, sua declaração desdiz outra que ele fez em livro publicado posteriormente, quando o situa à margem dos movimentos que se realizavam em São Paulo em prol do socialismo. É uma pena, porque o depoimento de Everardo Dias seria de inestimável importância para esclarecer, não apenas a posição de Francisco Escobar, mas — é o que nos interessa no momento — qual o grau de participação de Euclides da Cunha nesses acontecimentos.

(11) Cunha, Euclides da: — "Dia a Dia" (série de artigos publicados no jornal "O Estado de São Paulo"), in "Revista do Livro", n.º 15, setembro de 1959.

(12) Cunha, Euclides da: — "Contrastes e Confrontos", Pórtico, 1923, p. 237.

(13) Op. Cit., p. 238.

(14) Op. Cit., p. 239.

(15) Op. Cit., p. 239.

(16) Op. Cit., p. 241.

(17) "Aí (em São José do Rio Pardo), ao lado da sua experiência de escritor, fez uma outra, a da política, em moldes que ainda

não tinham sido tentados, possivelmente, em nenhuma parte do Brasil: a experiência de um partido político socialista. Deve ter sido um escândalo para a cidade provinciana, naqueles tempos com bem viva memória do rei velho e dos velhos partidos conservador e liberal, aquela tentativa do movimento socialista de Euclides, de Francisco Escobar, de Paschoal Artese e mais alguns "avanzados". Além de um manifesto, nenhuma outra realização prática deixara esse partido que um almeço oferecido aos grandes da cidade, aos ouvintes dos serões de Escobar, ao velho Mateus, vigia da ponte, e aos operários que durante três anos trabalharam de sol a sol, junto de Euclides. Estava-se em maio de 1901. Os curiosos que compareceram ao ato de inauguração da ponte tiveram de assistir a espetáculo o seu tanto sensacional: o do engenheiro Euclides colocando-se dramaticamente debaixo de sua obra para experimentar-lhe a solidez" (Sílvio Rabelo: "Euclides da Cunha", Rio, 1948, p. 208). Cabe aqui corrigir o seguinte: nem o clube era partido político, nem o podemos colocar como o primeiro surgido em nosso País. Sílvio Rabelo — autor, aliás, da melhor biografia de Euclides da Cunha — foi vítima da falta de informações que ainda existe sobre os movimentos sociais no Brasil, assunto que somente agora vem sendo estudado.

(18) Machado, Gonçalves: "Euclides da Cunha Socialista", in "Fundamentos", n.º 26, março de 1952.

(19) Loc. Cit.

(20) Bastos, Abgnar: — "Euclides da Cunha — O Socialismo". Nossas citações estão de acordo como o texto que nos foi fornecido datilografado, pela Casa Euclidiana, de São José do Rio Pardo.

(21) Entre os que defendem uma posição socialista de Euclides da Cunha podemos citar o Professor Pinto Ferreira, que, não contente em incluir o autor de "Os Serões" entre os precursores das idéias socialistas, qualifica-o de "O primeiro grande escritor marxista", o que evidentemente não se justifica (Pinto Ferreira: "Pequena História da Literatura Brasileira, especialmente nos séculos XIX e XX", in "Revista Brasileira", n.º 26, p. 127). A declaração acima é tanto mais surpreendente e insustentável quando a comparamos com outra do próprio Prof. Pinto Ferreira, que declara, em local diverso, falando da metodologia de "Os Serões", que Euclides da Cunha analisa os choques das culturas, nos serões do Nordeste, "debaixo de sólida inspiração antropogeografia e bio-sociológica" (Pinto Ferreira: Panorama da Sociologia Brasileira", in "Revista Brasileira", São Paulo, n.º 14).

(22) Houve quem visse na defesa que Euclides da Cunha fez do direito de greve prova das suas posições socialistas. (Cf. Gonçalves Machado: "Euclides da Cunha e a Greve", in "Fundamentos", n. 27, 1952.) — Parece-nos, todavia, que seria forçar muito concluir-se daí que Euclides da Cunha fôsse socialista. A nós parece, pelo contrário, mais uma prova da influência do positivismo no seu pensamento. João Camilo de Oliveira Tôres assinalou o fato de Teixeira Mendes ter

sido considerado por muitos, dentro do ambiente retrógrado de sua época, de "o socialista mais avançado do Brasil". No seu opúsculo "As Greves, a Ordem Republicana e a Reorganização Social", escreveu o chefe do positivismo no Brasil que, "na sistematização da vida industrial, que corresponde a uma fase mais avançada da História, tendem a prevalecer, contra a obediência passiva que caracterizou o regime teológico-militar, a fraternidade e a franqueza (...). Ninguém pode contestar hoje a justiça das reclamações proletárias quanto à instituição das oito horas de trabalho industrial, diário, e à reestruturação do descanso semanal". Concluindo, dizia que "a greve é um recurso normal que tem o proletariado contra os abusos quaisquer da autoridade temporal ou espiritual. Não só é perfeitamente legítimo que um número qualquer de proletários se recuse a trabalhar, para chamar os seus chefes ao cumprimento dos seus deveres, mas ainda é perfeitamente legítimo que um número qualquer de cidadãos proletários, ou não, *aconselhe* essa recusa, invocando interesse público, ou a condene" (Citado pelo Prof. Cruz Costa, "O Positivismo na República", São Paulo, 1956, p. 62).

(23) Dias, Everardo: "História das Lutas Sociais no Brasil", São Paulo, 1962, pp. 68 ss.

(24) Sodré, Nelson Werneck: — "Ideologia do Colonialismo", Rio, 1961, pp. 103, ss.

(25) Op. cit., p. 142.

(26) Freyre, Gilberto: "Em Torno da Colonização da Amazônia", (artigo de jornal).

(27) Dias, Everardo: Op. cit.

(28) "Revista Brasileira", ano V, n.º 15, p. 67.

(29) Oliveira, Franklin de: "A Fantasia Exata", Rio, 1959, p. 267.

(30) Stálin, J. V. — Obras, Vol. I, Rio, 1952, p. 270.

A Questão Agrária

A "GAZETA DE NOTÍCIAS" do Rio de Janeiro, de 16 de agosto de 1909, publicava, na sua primeira página, em três colunas, a notícia da morte de Euclides da Cunha. Ao lado, lia-se o seguinte telegrama, procedente de Aracaju: "A importante cidade de Propriá, sede da comarca do mesmo nome, foi ontem invadida repentinamente por um numeroso grupo de cangaceiros que infestam a zona norte deste Estado, que escolheram para campo de suas rapinagens e depredações. Foi imenso o pânico da população da laboriosa cidade. Logo que foi dado o alarma, a autoridade policial tomou as providências para resistir à invasão, reunindo todos os recursos de que dispunha, e se propôs a capturar os cangaceiros que resistiram, travando-se renhido combate, de que resultaram vários feridos e uma morte. Foi ferido gravemente um soldado da polícia, tendo sido morto um cangaceiro. A ordem foi, felizmente, restabelecida, achando-se a população satisfeita com as medidas de repressão da autoridade policial. Ao que consta, o governo do Estado está preparando uma nova força para ir em perseguição dos cangaceiros".

A notícia, publicada no mesmo dia da que informava a morte de Euclides da Cunha, era como um aviso irônico de que o problema que levou os *fanáticos* de Antônio Conselheiro a empunharem armas — o problema da terra ao qual está subordinado o do cangaço — continuava intacto, sem solução, desafiando os homens do governo de seu tempo. Mais de cinquenta anos se passaram. Hoje, apesar das trom-

betas desafiadas e demagógicas de certos reformistas agrários, o desafio permanece. Somente nos últimos anos a intelectualidade brasileira começou a apresentar soluções científicas do problema. A terra continua enfeudada, a concentração fundiária continua a ser altíssima ⁽¹⁾. A situação do campo-nês brasileiro não mudou em nada, no fundamental.

O livro de Euclides da Cunha, "Os Sertões", é uma tragédia agrária. Libelo contra a situação do camponês, página dramática de um dos aspectos mais contundentes do Brasil. Se os analistas de superfície procuram ver *sebastianismo*, monarquismo ou outras motivações como mola propulsora do movimento, é porque ainda são horizontais, epidérmicos, contentam-se com a análise da forma dos fenômenos, não procuram descobrir a sua essência.

Euclides da Cunha, nas suas obras, especialmente em "Os Sertões" e "A Margem da História", teve oportunidade de escrever sobre o problema da terra no Brasil, focalizando duas regiões importantíssimas, no particular: o sertão da Bahia e a região amazonense.

Analisemos a forma através da qual o enfocava.

Para qualquer pessoa que se familiarizou com a obra de Euclides da Cunha, um aspecto salta aos olhos: ao referir-se ao problema da terra, sua visão é limitada pela sua capacidade de geógrafo. Vê na terra apenas o seu aspecto geográfico, a sua constituição geológica, diluindo-se em frases ondulatórias, cheias de um cientificismo de naturalista unilateral. Perquire mais o lado da geografia física, desprezando aquilo que é determinante: as relações de propriedade. O problema da terra, no plano das relações entre os homens (a questão agrária, para usarmos o termo adequado), não se manifesta em primeiro plano. Mesmo quando estuda a terra ligada aos fatos sociais, apresenta, muitas vezes, o problema da maior ou menor fertilidade do solo, as secas, a maior ou menor quantidade de humos no terreno, como fatores determinantes, de forma absoluta, do nível de vida das populações que habitam essas zonas. Via esses fatores como os que estabeleciam a maior ou menor prosperidade ou atraso das sociedades. Consequência, ainda, das teorias que abraçava sem exame mais profundo, agravadas pela sua especialidade de geógrafo.

No entanto, isto não significa que Euclides da Cunha tivesse ignorado o problema. Pelo contrário. Muitas vezes conseguiu caracterizar corretamente as causas do atraso das sociedades de estatuto colonial ou semicolonial, partindo da análise da situação da propriedade fundiária. Foi, por exemplo, o que aconteceu quando caracterizou o Peru, afirmando que "ali não se fundou uma colônia, no significado que, naquele tempo, lhe sabiam dar os portugueses. A terra, indivisa e sem fins, não se abria ao exercício das atividades, firmando-se a correlação entre as suas energias desencadeadas pelas culturas e as forças sociais consecutivas. Era uma inexpressiva e vasta propriedade. Não era, ainda, um domínio de Espanha ou o prolongamento ultramarino, onde ela se refugiava naquele ameaçador entardecer da Idade Média, carregando o seu velho fanatismo católico, a sua lealdade feroz e a sua ferocidade cavalheiresca, abalados aos primeiros fulgores da Reforma. Era um feudo. Um donativo papal a um rei. O maior dos latifúndios sancionado por uma bula. Uma semaria que se explorava de longe, desastadamente, de dentro do Escorial, e mandada por um magnífico feitor, que era a sombra passiva do soberano longínquo, o Vice-Rei" (2).

Se — para abono seu — teve antecipações deste quilate, não pôde, no que diz respeito ao Brasil, manter a mesma objetividade. Com as lunctas analisando problemas distantes, podia divulgar os contornos da realidade, mas cercado pela própria problemática que procurava analisar, interpretar e nela interferir, fugia-lhe o fio de prumo e se desequilibrava. Isto mostra apenas que, embora sofrendo a influência dos problemas que procurava interpretar, não os conseguiu refletir dentro de coordenadas científicas, ficou no círculo de giz das suas teorias preferidas, todas elas agentes negativos, no particular.

Dai ter procurado dar importância ao problema apenas porque a sua sensibilidade o captava em contato com os fatos que observou, e não por força das teorias que seguia. Retratou-o, por isto, de forma incompleta. Algumas vezes deformada. Outras vezes, porém, com antecipações surpreendentes.

No particular, citaremos um fato curioso e importante: a evolução do seu pensamento em relação aos *jagunços* de Antônio Conselheiro, ao entrar em contato com a realidade

de Canudos. Tomemos o livro "Canudos", que reúne a sua produção de campanha, como correspondente de jornal paulista. Incialmente, o seu artigo, publicado antes de seguir para o teatro das operações, é todo entusiasmo, com um fim bombástico: "A República sairá triunfante desta última prova".

Ainda na capital baiana seus artigos são entusiastas. Narram cenas de heroísmo dos soldados que regressam do *front*. Vão, no entanto, adquirindo, paulatinamente, tons mais sombrios, à medida que Euclides da Cunha se aproxima do local da revolta e toma contato com a realidade dolorosa dos sertanejos, que seriam degolados pelas *tropas legais*, aquelas mesmas tropas que estavam defendendo, a sabre e fuzil, a República por que tanto sonhara.

Começa a ver e admirar o heroísmo dos jagunços, afirmando que "custa a compreender a energia soberana que os alevanta por tal modo acima das imposições mais rudes da matéria" (3). Percorre, as casas de Canudos, já nas mãos das tropas legais; estarrece-se ao ver a miséria em que vivem os seus moradores, descrevendo-a com a força que somente a revolta pode produzir: "Compreende-se que haja povos vivendo ainda, felizes e rudes nas anfratuosidades fundas das rochas; que o *caraiá*, ferocíssimo e aventureiro, se agasalhe bem nas *tubanas* de paredes feitas de sebes entrelaçadas de trepadeiras agrestes e tetos de fôlhas de palmeiras ou caucásios nas suas *burkas* cobertas de couro — mas não se compreende a vida dentro dessas furnas escuras e sem ar, tendo por única abertura, às vezes, a porta estreita da entrada e cobertos por um teto maciço e impenetrável de argila sobre fôlhas de icó" (4).

Em seguida descreve a mobília, que é, aliás, o mobiliário das casas camponesas no Brasil: "um banco grande e grosseiro (uma tábua sobre quatro pés não torneados): dois ou três banquinhos; rédes de *crudá*; dois ou três baús de cedro de três palmos sobre dois. É toda a mobília. Não há camas; não há mesas, de modo geral" (5).

E conclui, finalmente, em correspondência datada de primeiro de outubro: "Sejamos justos — há alguma coisa de grande nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acreditado que a mais bela vitória, a conquista real

consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política" (6).

Quão longe está este Euclides da Cunha do articulista de "O Estado de São Paulo", quando ainda não tinha conhecimento da situação em que viviam os homens de Canudos. Ia mais longe. Afirmava que "depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes patricios, que — digamos com segurança — constituem o cerne da nossa nacionalidade" (7).

Descreveu as cidades pequenas, abandonadas, paupérrimas, esquecidas. Queimadas era um povoado "pequeno e atrasado, vivendo em função da estação de estrada de ferro"; a casaria "pobre, desajeitada e velha, agrupa-se em torno da única praça, grande mas irregular". (8) Tanquinho é uma "lúgubre tapera de casas abandonadas e destruídas, quase invadidas pela galhada áspera e inextricável do *alecrim dos tabuleiros*" (9). Cansação tem "onze casas, algumas cobertas de telhas, e um armazém paupérrimo" (10). A cidade era habitada por "membros de uma só família, vivendo sob um regime patriarcal e primitivo" (11).

Vê-se que Euclides da Cunha descreveu com exatidão o estágio de atraso em que se encontravam — e ainda se encontram — as populações do sertão brasileiro. Faltou-lhe, contudo, um instrumental interpretativo capaz de mostrar as causas dessa situação.

Se levarmos em conta, portanto, de momento, o lado apenas expositivos, descrito no livro "Canudos", podemos dizer que Euclides da Cunha foi objetivo, realista, exato. Quando, porém, posteriormente, deixou de ser o repórter para tentar uma síntese sociológica erudita, recuou muitas vezes, foi traído pelas suas teorias, ao procurar dar interpretações à base de um antropogeografismo e um antropologismo inteiramente equivocados.

Convém notar, porém, outra faceta do problema, para que não fiquemos numa meia-verdade: foi no livro "Os Sertões", posterior à correspondência citada, (livro onde se manifesta, em certas passagens, um retrocesso ideológico, no que diz respeito ao problema racial) que ele procurou destacar as relações sociais existentes na agricultura, apontando-as como elemento básico do atraso do campo.

Vejamos como no livro "Os Sertões" ele descrevia a situação do sertanejo, isto é, do camponês da área que conhecem.

Em primeiro lugar, procura demonstrar o atraso das condições do sertão, como já fizera anteriormente na sua correspondência de jornalista. Descreve Uauá: "Como a maior parte dos vilarejos pomposamente gravados nos nossos mapas, é uma espécie de transição entre maloca e aldeia — agrupamento desgracioso de cerca de cem casas mal feitas e tijupares pobres, de aspecto primário e tristonho" (12).

Retrata depois Monte Santo: "resume-se naquele largo. Ali desembocam pequenas ruas, descendo umas em ladeiras para larga sanga apaulada; abrindo outras para a várzea; outras embatendo, sem saídas, contra a serra" (13).

Além de fotografar, com objetividade, a situação das vilas, cidades e povoações sertanejas, fixou, de um modo muito mais largo, o tipo de vida daquelas populações.

Ao retratar uma zona eminentemente pecuarista, estudou as condições de trabalho, as relações que se estabelecem entre os vaqueiros e os *coronéis*, donos de vastas extensões de terra onde seus rebanhos pastavam. A simpatia foi inteiramente para com os primeiros. Focaliza-os como "titãs enrijecidos pelos climas duros", não desprezando também o lado negro do quadro — o da miséria — falando no "pão sinistro, do sertanejo", o *bró*. Prossegue descrevendo a parceria que existe entre os proprietários da terra e o vaqueiro: "Indicamo-lo como traço encantador da probidade dos matutos. Os grandes proprietários das terras e dos rebanhos a conhecem. Têm, todos, com o vaqueiro o mesmo trato de parceria, resumido na cláusula única de lhe darem, em troca dos cuidados que ele despense, um quarto dos produtos da fazenda. E sabem que nunca se violará a percentagem" (14). Não parou, porém, aí. Mostrou o outro lado do problema, o da subsistência dos habitantes da região. Afirmou que "à parte a agricultura rudimentar das plantações da vazante pela beira dos rios, para a aquisição de cereais de primeira necessidade, a criação de gado é, ali, a sorte de trabalho menos imprópria ao homem e à terra" (15).

Temos, portanto, a descrição da zona que ele conheceu e que foi palco do drama de Canudos: atraso nas pequenas vilas, cidades, arraiais, e povoados, domínio dos rebanhos pelos

grandes senhores de terras³ e uma pequena plantação de subsistência para que não se morresse de fome.

2

Depois de descrever, da forma que vimos, o atraso das relações sociais, no campo, e a situação de extrema miséria do nosso camponês, teve a sagacidade de destacar, com bastante nitidez, as diferenças entre aquele tipo de propriedade e o que fôra estabelecido no arraial rebelde.

Informa como se organizavam os seguidores de Antônio Conselheiro, destacando as particularidades essenciais entre a forma comunitária de Canudos e o sistema de exploração dos latifundiários.

Repisa a descrição das casas de Canudos, dizendo que “feitas de pau-a-pique e divididas em três compartimentos minúsculos”, “eram paródia grosseira da antiga morada romana: um vestíbulo exíguo, um átrio servindo ao mesmo tempo de cozinha, sala de jantar e de recepção; e uma alcova lateral, furna escuríssima mal revelada por uma porta estreita e baixa”, e de equipará-las às “choupanas dos gauleses de César”, fazendo comparações históricas mais metafóricas do que acertadas, num como exibicionismo literário que não se encontra na sua correspondência de guerra; depois de descrever, novamente, a mobília, dizendo que “quando o olhar se acomodava à penumbra daqueles cômodos exíguos, lobrigava, invariavelmente, trastes raros e grosseiros: um banco tósko; dois ou três banquinhos com a forma de escabelos; igual número de caixas de cedro, ou canastras; um girau pendido do teto; e as rédes” e afirmar que “eram toda a mobília”, conclui declarando que “pendurados aos cantos, viam-se insignificantes acessórios: o *bogó*, ou borracha, espécie de balde de couro para o transporte de água; pares de *caçuás* (jacás de cipó) e os *aiós* bolsa de caça, feita das fibras de *caroá*.⁽¹⁶⁾”

Após descrever a condição de pauperismo dos que residiam no reduto de Antônio Conselheiro, destaca a forma de propriedade ali imperante: “a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comu-

nidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota parte, revertendo o resto para a *companhia*. Os recém-vindos entregavam ao Conselheiro noventa e nove por cento do que traziam, incluindo os santos destinados ao santuário comum”⁽¹⁷⁾.

Estava-se, portanto, criando, encravado em pleno sertão baiano, um tipo de propriedade comunitária, que se mostrava, nos seus vigamentos fundamentais, diametralmente oposto ao que existia na região.

Não convém, contudo, romantizar. O tipo de propriedade criado, por diversas circunstâncias, encravado no sertão baiano, não pode em absoluto ser apresentado como superior ao que já existia. Essa forma de propriedade, na qual muitos poderão ver um *comunismo agrário*, era um retrocesso, se comparado ao latifúndio. As formas de trabalho empregadas, os meios de produção de que dispunham eram bem inferiores àqueles típicos da grande propriedade. A produção média devia ser insignificante devido aos meios rudimentares, primitivos, de que dispunham. É verdade que significava uma forma de protesto contra as condições existentes, uma como volta aos *bons tempos*, que o próprio taurmatego anunciava, com “rios de leite e rapadura”, ou uma espécie de antecipação do tipo de sociedade que viria após o juízo final. O ascetismo teria, obrigatoriamente, de surgir como norma de comportamento dentro de um tipo de economia como o que foi criado na Tróia sertaneja. E àquela multidão maltrapilha, o misticismo era a forma única de demonstrar o seu protesto, invertido, alienado, contra as relações sociais existentes.

Daí dizer Euclides da Cunha que “o sertanejo simples transmutava-se, penetrando-o, no fanático destemeroso e bruto. Absorvia-o a psicose coletiva. E adotava, ao cabo, o nome até então consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades — o *jagunço*.” Isto é: aceitava aquela única ideologia que o seu protesto alienado podia conceber, para com ela criar, por sua vez, um sistema de valores que não somente explicasse a cosmovisão dos que se encontravam ali, mas, também, le-

vasse-os a prosseguir na luta. O fanatismo, portanto, vinha como elemento necessário, como concepção que saía do bôjo do misticismo, outra coordenada ideológica daqueles componentes sublevados.

A forma religiosa envolvia e refletia um novo relacionamento entre os homens que seguiam Antônio Conselheiro. O ascetismo religioso manifestava-se dentro do contraditório panorama sertanejo, como reflexo escamoteado do desajuste social. Daí terem visto, segundo acentua com acerto Gilberto Freyre, no movimento de Canudos, dois aspectos: monarquista e comunista. Diz o autor de "Casa Grande & Senzala": "... Canudos ficou, para a opinião pública européia mais aguçada no diagnóstico de revoluções exóticas: como revolta da classe oprimida. A resenha Hachette, de Paris, para o ano de 1897, pode ser considerada típica daquele diagnóstico, quando faz de Antônio Conselheiro — um dos raros sul-americanos que alcançaram então fama mundial — curiosa figura de profeta que pregava "le comunisme en même temps que le rétablissement de la monarchie..."⁽¹⁸⁾.

O sentido de protesto contra o sistema social existente era apresentado, assim, nas entrelinhas, pela publicação francesa e entrevisto por Euclides da Cunha.

Como dissemos, porém, no início deste capítulo, não foi apenas na região de Canudos que Euclides da Cunha se defrontou com a questão agrária. Depois de haver escrito "Os Sertões", ao chegar ao Amazonas, região que percorreu na qualidade de engenheiro, captou, em toda a sua dramaticidade, a situação dos seringueiros. Os seus olhos espantados de homem impressionável devem ter sofrido um impacto muito grande ao ver o quadro que se desdobrava. Tão perplexo ficou, que a sua primeira impressão do Amazonas é desconcertante. Decepçiona-se com o rio, que êle idealizara através das leituras dos seus naturalistas. Espantara-se com o homem, que descrevera como desfibrado, quando ainda apoiado tão-somente nos seus caros autores de cabeça. Ao penetrar mais na região, depara com homens que enfrentavam todas as vicissitudes, arrostavam perigos sem conta, dentro de um regime desumano, superado e defeituoso.

A descrição que faz das relações de produção imperantes no Amazonas é, por isto, das mais realistas e serve ainda,

infelizmente, para os nossos dias. Vejamos como se exprime: "O seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das "estradas", o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se". E em seguida: "Vêde esta conta de venda de um homem:

"No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, numa gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000, para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadilha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designara. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o *corte da madeira* e já deve 1:135\$000. Segue para o pôsto solitário encaixado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastam para três meses: três *paneiros* de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa 750\$000. Ainda não deu um talho de machadilha, ainda é um *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000"⁽¹⁹⁾.

Depois de outras considerações, prossegue Euclides da Cunha: "Adicionai a isto o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão. Os "Regulamentos" dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num empenhamento gramatical estupendo, cousas assombrosas.

"Por exemplo: a pesada multa de 100\$000 comina-se a estes crimes abomináveis: a) "fazer na árvore um corte inferior ao gume do machado"; b) "levantar o tampo da madeira

na ocasião de ser cortado"; c) "sangrar com machadinhas de cabo maior de quatro palmos". Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, "não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada" (20).

Gizando novos detalhes do quadro, dizia: "É natural que ao fim de alguns anos o *freguês* esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O "Regulamento" é impiedoso: "Qualquer *freguês* ou *aviado* não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais..." Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acôrdo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saldadas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalitrantes" (21).

A terra, portanto, não se ligava o seringueiro. E não se ligava porque era "um eterno hóspede dentro da própria casa". "Todas as benfeitorias que o liquidado tiver feito nesta propriedade — dizia textualmente um "Regulamento" citado por Euclides da Cunha — perderá totalmente o direito uma vez que retire-se". Sua apatia de felá explicava-se perfeitamente nos termos da situação material em que vivia, de exploração a que era submetido, agravada por um isolamento, uma atomização demográfica que o levava a sentir-se desamparado, só, faticamente envolvido por forças poderosas, incontornáveis, levando-o a ser, "obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário" (22).

Concluindo sobre a "mais perfeita forma de trabalho que jamais engenhrou o egoísmo humano", dizia: "Dela ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe certifique os desmandos; e uma forma qualquer de *homestead* que o consorcie definitivamente à terra" (2).

Acabamos de ver, nas linhas precedentes, como Euclides da Cunha expunha, baseado nos fatos, a situação do campo,

no Brasil. Vejamos, agora, como é a interpretação, partindo do seu instrumental teórico, da sua concepção do mundo e dos seus postulados metodológicos. Segundo ficou demonstrado nas linhas precedentes, através de um realismo cru e de uma posição de inconformismo com o que presenciara, deu-nos um quadro convincente do tema. Mas, o que nos interessa aqui é ver até que ponto ele penetrou na essência do problema agrário e até que ponto lhe concedeu importância no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Básicamente, Euclides da Cunha viu o problema do atraso, a situação objetiva. Mas, ao invés de fazer uma análise vertical da mesma, o que o levaria a ver nas relações de propriedade a causa da miséria existente, ainda com a sua visão embacada pelo unilateralismo de *geógrafo*, foi procurar explicação para o fato no *isolamento geográfico*, na distância, no deslocamento entre o litoral e o sertão. Esquadrinhando o seu pensamento, muitos dos seus continuadores prosseguem repetindo o mesmo estereótipo, procurando demonstrar que através de estradas de rodagem e de ferro, de uma intercomunicação maior das populações do sertão com o litoral, a situação do campo não será solucionada. Mesmo em planos governamentais a tecla é batida monotonamente, como a querer convencer-nos de que, ainda que se mantenham as atuais relações de propriedade no campo, poder-se-ia *civilizar* o sertanejo. Falam de uma distância cultural, de um *cultural-lag*, e, através desse fio de raciocínio em possibilidades escamoteadoras, querem justificar o desnível de condições econômicas que se verifica entre o camponês e as populações de algumas áreas citadinas do litoral. A explicação, além de academicamente correta, é politicamente cômoda. Daí muitos dos euclidianos, que desejam fazer do seu pensamento leito de Procusto dos seus interesses, invocarem-no constantemente, sem situá-lo no tempo nem analisá-lo criticamente.

Partindo destas limitações teóricas, Euclides da Cunha procurou, de qualquer maneira, indicar uma solução para o problema, de vez que não acreditava numa posição torre de marfim do intelectual, mas, pelo contrário, via-o como elemento de transformação social. Procurava, no entanto, resolver o problema do sertanejo através de simples medidas de engenharia, e não de transformações nas relações de proprie-

dade. Após citar o exemplo dos romanos e dos franceses, tenta delinear a solução para os problemas do sertão brasileiro. Diz inicialmente: "Entre os agentes determinantes da seca se intercalam, de modo apreciável, a estrutura e a formação do solo. Qualquer que seja a intensidade das causas complexas e mais remotas que anteriormente esboçamos, a influência daquelas é manifesta desde que se considere que a capacidade absorvente e emissiva dos terrenos expostos, a inclinação dos extratos, que os retalham, e a rudeza dos relevos topográficos, agravam, do mesmo passo, a crestadura dos estios e a degradação intensiva das torrentes" (24).

Após o diagnóstico antrogeográfico segue-se a terapêutica: "Abarreirados os vales, inteligentemente escolhidos, em pontos pouco intervalados, por toda a extensão do território sertanejo, três consequências inevitáveis decorreriam: atenuar-se-iam de modo considerável a drenagem violenta do solo, e as suas consequências lastimáveis; formar-se-iam à orelha, inscritas na rede das derivações, fecundas áreas de cultura; e fixar-se-ia uma situação de equilíbrio para a instabilidade do clima, porque os numerosos e pequenos açudes uniformemente distribuídos e constituindo dilatada superfície de evaporação, teriam, naturalmente, no correr dos tempos, a influência moderadora de um mar interior, de importância extrema" (25).

Mesmo, porém, dando ênfase excessiva ao problema no seu aspecto estritamente geográfico, Euclides da Cunha destacou também, embora sem o vigor necessário, o problema no plano das relações de propriedade. E foi além: foi quem primeiro, ou um dos primeiros, que tentaram dar uma conceitualização sociológica precisa ao problema, procurando enfocá-lo partindo de categorias objetivas.

Daí, se de um lado claudicou ao apresentar, no fundamental, o problema do isolamento geográfico, aliado às secas, como a causa estrutural da situação em que vive o nosso homem do campo, de outro lado tentou, mesmo apoiado em muitas coisas fracas, conceituá-lo de modo satisfatório. Acreditando em muitos dos seus aspectos mais importantes.

Em primeiro lugar, referiu-se ao início da propriedade fundiária no Brasil: "Enfeudado o território, dividido pelos donatários felizes, e iniciando-se o povoamento do país com idênticos elementos, sob a mesma indiferença da metrópole,

voltada ainda para as últimas miragens da "Índia portentosa", abriu-se separação radical entre o sul e o norte" (26).

Conforme veremos depois, Euclides da Cunha referir-se-á ao sistema de doação inicial das terras — a sesmaria — como uma herança negativa do nosso passado agrário, cujos reflexos, também negativos, ainda se fazem sentir na nossa sociedade. No seu livro "Os Sertões", procura estabelecer a primeira conceitualização genérica, a primeira definição do estágio econômico-social em que nos encontrávamos no campo, de modo global. E não teve dúvidas em apontar a existência de um *feudalismo bronco* no sertão.

Voltando à sesmaria como um dos fatores da existência de tal estado de coisas, afirma que "em toda essa superfície de terras, que abusivas concessões de sesmarias subordinaram à posse de uma só família", se formara "um feudalismo tacanho". Diz, referindo-se a Domingos Sertão, mas generalizando o fenômeno, que "ostentando, como os outros dominadores do solo, um feudalismo achamboado — que o levava a transmutar em vassalos os foreiros humildes e em servos os tapuias mansos — o bandeirante atingindo aquelas paragens, e havendo conseguido o seu ideal de riqueza e poderio, aliava-se na mesma função integradora ao seu tenaz e humilde adversário, o padre" (27).

Porque — ainda seguindo o rastilho do pensamento de Euclides da Cunha — "o fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdaram velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da colônia, usufruem, parasitariamente, as rendas das suas terras, sem divisas fixas. Os vaqueiros são-lhes servos submissos" (28). Ali ficam "anônimos — nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra — perdidos nos *arrastadores* e mocambos; e cuidando, a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem" (29). "Entregam-se, abnegados, à servidão que não avaliam" (30).

Por haver captado a realidade daquela região, segundo a linha de Tucídides que ele invoca, isto é, "narrando apenas os acontecimentos de que (foi) espectador ou sobre os quais (teve) informações seguras", mesmo com todas as deformações das *escolas* históricas e sociológicas que seguia, já não podia descrever Antônio Conselheiro como o tipo do *crimi-*

nosso nato, de Lombroso, mas como resultante do meio social em que atuou. "Da mesma forma que o geólogo, — dirá Euclides da Cunha — interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações, esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou", porque "as fases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo" (31).

Dáí, após ter-se referido ao fato de oscilar a consciência de Antônio Conselheiro "em torno dessa posição média, expressa pela linha ideal que Maudsley lamenta não poder traçar entre o bom senso e a insânia", conclui o seu livro afirmando: "É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades..."

(1) A bibliografia sobre o problema do campo e a reforma agrária avulta, atualmente. Devemos destacar: Aluísio Sampaio: "Que é Reforma Agrária", São Paulo, 1962; Caio Prado Júnior: "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil", in "Revista Brasileira", n.º 28, São Paulo; Fernando Henrique Cardoso: "Tensões Sociais e Reforma Agrária", in Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.º 12, outubro, 1961; Coutinho Cavalcanti: "Um projeto de reforma agrária", Rio de Janeiro, 1957/58; Alberto Passos Guimarães: "A Questão Agrária", in "Estudos Sociais", n.º 14, Rio, 1962; Orlando Valverde: "Reflexões sobre uma reforma agrária para o Brasil", in "Estudos Sociais", Rio, n.º 12, 1962; Fragon Carlos Borges: "A Grande Propriedade Territorial Latifundiária", in "Estudos Sociais", Rio, n.º 2, 1958; Manoel Paiva: "Os Fundos de Colonização e sua Importância para a Questão Agrária Brasileira", in "Estudos Sociais", Rio, n.ºs 3-4, 1958; Carlos Marighella: "Sobre o Problema da Renda da Terra no Brasil", in "Estudos Sociais", n.º 1, Rio, 1958; Rui Facó: "Notas sobre o problema agrário", in "Estudos Sociais", n.º 11, 1961. Como não queremos esgotar a bibliografia, pois não seria este o local apropriado nem nos seria possível, concluímos dizendo que o número de artigos e livros sobre o assunto cresce diuturnamente, já que o problema se coloca como de solução imediata.

(2) Cunha, E. da: "Peru Versus Bolívia", Rio, (2.ª edição), 1939, pp. 34-35.

(3) Cunha E. da: "Canudos" (Diário de uma expedição), Rio, 1939, p. 100.

(4) Op. cit., p. 108. (correspondência datada de 29 de setembro de 1897).

(5) Op. cit., p. 108-109 (correspondência da mesma data).

(6) Op. cit., p. 113 (correspondência de 1.º de outubro).

(7) Devemos destacar aqui como Euclides da Cunha retrocedeu no período que vai da correspondência de Canudos, que estamos citando, à confecção de "Os Sertões". Na correspondência de que transcrevemos o último trecho, no texto, fala dos sertanejos como sendo o cerne da nossa *nacionalidade*, dando, portanto, destaque a uma categoria sociológica. No seu livro posterior e que o haveria de celebrizar, tal não acontece. Refere-se aos sertanejos como cerne, ou melhor, "rocha viva da nossa raça", dando ênfase, portanto, a uma categoria *biológica*. Intoxicado pelo *cientificismo alienado* que as metrópoles derramavam nas colônias e países econômica e ideologicamente subordinados, Euclides da Cunha afastava-se mais ainda da possibilidade de dar uma explicação científica ao fato. Devemos salientar, ainda, que nas edições posteriores a *princeps* — em nota, no final do livro — procurou rebater acusações que sofreu por haver feito esta afirmativa. No "Correio da Manhã", de 3 de fevereiro de 1903, o crítico achava contraditórias certas afirmações suas. Na primeira afirmativa, ponderava, Euclides da Cunha dizia que "não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca". Na outra, dizia que em Canudos se atacava "a rocha viva da nossa raça". Para defender o seu pensamento, Euclides da Cunha cai em explicações inteiramente insustentáveis e já naquela época inconsistentes. Mais um sintoma do seu retrocesso ideológico, quando elaborava, em São José do Rio Pardo, o seu maior livro.

(8) Canudos (Diário de uma expedição), Rio, 1937, p. 58.

(9) Op. cit., p. 70.

(10) Op. cit., p. 73.

(11) Op. cit., p. 74.

(12) Cunha, E. da: "Os Sertões", Rio, 1933, p. 230.

(13) Op. cit., p. 254.

(14) Op. cit., p. 124.

(15) Op. cit., p. 121.

(16) Op. cit., p. 184.

(17) Op. cit., p. 191.

(18) Freyre, G.: "Atualidade de Euclides da Cunha", Rio, 1941, pp. 19-20.

(19) Cunha, E. da: "À Margem da História", Pôrto, 1941, pp. 22-23.

(20) Op. cit., p. 25.

(21) Op. cit., p. 25. Além de gizar desta forma dramática o êxito dos nordestinos para a Amazônia, mostra o contraste entre as condições desses camponeses e a dos emigrantes estrangeiros: "Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearen-

se efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, ingados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente" (Op. cit., p. 58).

(22) Op. cit., p. 59.

(23) Op. cit., p. 26.

(24) Cunha, E. da: "Os Sertões", Rio, 1933, p. 59.

(25) Op. cit., p. 60.

(26) Op. cit., p. 80.

(27) Op. cit., p. 103.

(28) Op. cit., p. 122.

(29) Op. cit., p. 122.

(30) Op. cit., p. 122.

(31) Op. cit., p. 149.

O Imperialismo

EUCLIDES DA CUNHA — durante o seu tirocínio de escritor — teve a seu favor uma sensibilidade aguçada, que reagia, constantemente e de forma imediata, à medida que um fato ou acontecimento político inusitado se manifestava, mesmo sem ter sobre ele uma compreensão científica. Debruçado sobre a realidade móvel da sociedade brasileira, na qual os quadros institucionais entravam em transformação acelerada, sentia essas mutações, abalava-se com as modificações verificadas; sobre elas reagia como escritor.

O problema do imperialismo como categoria econômica e sociológica — no sentido conceptual — e como etapa particular, nova, do desenvolvimento do regime capitalista — no sentido objetivo e empírico — iniciava o seu aparecimento no Brasil. Euclides da Cunha sobre ele se manifestava em artigos de jornal, procurando diagnosticá-lo e apresentar terapêutica. O diagnóstico não foi acertado. Consequentemente, a terapêutica mostrou-se quase anódina.

Não foi o pensamento de Euclides da Cunha, no particular, além do que possibilitavam as ciências sociais do seu tempo. Mas, o simples fato de procurar equacioná-lo nos vitamentos da sua obra de escritor, bem demonstra como ele se projetava além da esmagadora maioria dos seus contemporâneos e assumia uma posição pioneira de pesquisador inquieto e sensível ao que acontecia na sociedade brasileira em conexão com as transformações que se verificavam no resto do mundo.

Para fazermos, porém, um enquadramento objetivo dos aspectos mais importantes da obra euclidiana, no que diz res-

peito ao imperialismo como etapa superior, nova, do desenvolvimento capitalista e os seus reflexos no Brasil, precisamos, inicialmente, ver três aspectos importantes do problema: 1.º) o grau de penetração do imperialismo no Brasil ao tempo de Euclides da Cunha; 2.º) qual a potência imperialista que exercia predominância em nosso País; 3.º) qual o comportamento das chamadas *grandes potências* naquela época, ao fazerem a divisão do mundo entre si, os seus antagonismos fundamentais e as suas posições táticas suplementares.

Além destes três aspectos, cabe destacar, um que — para nós — é decisivo. Ao tempo em que Euclides da Cunha escreveu sobre o assunto, o próprio pensamento marxista, que deu embasamento científico ao conceito outorgando-lhe conteúdo concreto, estabelecendo os seus rasgos fundamentais, ainda não havia realizado uma análise global do fenômeno, relativamente novo no panorama econômico e político da Europa.

Somente em 1916 — muito tempo depois, portanto, dos trabalhos de Euclides da Cunha — foi que V. I. Lênin publicou a sua obra, hoje clássica, "Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo", desentificando o termo e elevando-o ao nível de categoria científica. Antes do aparecimento desse livro as concepções mais avançadas sobre o imperialismo não tinham, no seu conjunto, uma visão científica, estavam ainda estagnadas e mumificadas no plano de análise de J. H. Robson e Hilferding. Foi V. I. Lênin quem estabeleceu que o *imperialismo* é: a) a fase em que os monopólios começam a desempenhar papel preponderante na economia, em consequência de uma concentração de produção como não houvera até então nos quadros do capitalismo industrial; b) em que há a transformação dos bancos de intermediários em monopolizadores do mercado financeiro, criando-se o capital financeiro; c) em que existe a exportação de capitais, em grande escala, concomitantemente à de mercadorias, impondo-se a primeira à segunda; d) e, finalmente, época em que termina a divisão do mundo entre as grandes associações monopolistas, entre as grandes potências, e inicia-se a luta por uma nova partilha.

Faltava, portanto, a Euclides da Cunha, conforme se pode inferir sem mais análise, como aliás faltava aos pensadores do seu tempo de um modo geral, conhecimento mais preciso do verdadeiro caráter, da essência do imperialismo.

Por tudo isto, aliado a uma formação teórica defeituosa, que já vinha como bôrra empanadora da realidade social, notasse, constantemente, certas conceituações na sua obra que, para serem compreendidas e explicadas, têm de ser condicionadas ao tempo em que foram escritas. Euclides da Cunha teve de jogar quase que exclusivamente com a sua sensibilidade e com o seu espírito analítico, errando por isto muitas vezes. Não tinha, conforme já foi dito linhas acima, uma compreensão teórica unitária do fenômeno, caindo, por esta razão, numa análise fragmentária, isolada da conexão universal. Sem aquele elemento instrumental que forneceria ao seu pensamento os trilhos diretores capazes de conduzi-lo a uma posição realista e objetiva, mas, ao mesmo tempo, auscultando os sintomas que já se apresentavam e se faziam entrever no corpo econômico e social do País, procurou analisar o fenômeno com lúnetas deformantes. Por outro lado, devemos salientar, ainda, que o termo *imperialismo* fôra usado e por muito tempo circulara em amplas faixas da opinião pública brasileira, durante o segundo reinado, como sinônimo de abusos do imperador, exercidos através do poder moderador; correspondia ao que se dizia ser a ditadura de Pedro II. O próprio Euclides da Cunha teve oportunidade de usá-lo mais de uma vez em sua obra com esse significado, fato que tornava ainda mais difícil, no Brasil daquele tempo, a possibilidade de uma análise científica do seu conteúdo. Este fato tornou sumamente penoso para a nossa intelectualidade analisar, ou pelo menos tentar analisar, os sintomas visíveis da expansão imperialista no mundo, em um país com a horizontalidade cultural do nosso.

Mas, se o seu pensamento foi alertado para o fenômeno é porque os primeiros traços da sua presença se faziam sentir no Brasil. E demonstravam a sua presença não apenas em pequenos fatos, fortuitos, isolados, do processo de desenvolvimento da nossa economia, mas condicionando-a, e por isto mesmo deformando-a, nos seus rasgos fundamentais.

"A penetração do capital financeiro — escreve Caio Prado do Júnior — tem a sua origem naqueles primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, logo depois da independência, ao novo governo da jovem nação (...). Mas estes empréstimos têm um caráter especial, e não representam ainda o papel

específico do capital financeiro dos tempos mais recentes. Sua função é sobretudo política, e sua finalidade puramente comercial" (1).

"A evolução para o capitalismo financeiro que se processa no correr do século XIX — ainda é Caio Prado Júnior quem depõe — e que chega à maturação na sua última parte, modificará estas relações primárias e muito elementares entre as grandes nações capitalistas e os demais povos do universo. Substitui-se ao simples objetivo de vender produtos industriais, a ampla expansão do capital financeiro, que sob todas as modalidades procurará explorar, em seu proveito, as diferentes atividades econômicas do universo. A economia mundial evolui para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro, e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. Este sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá o capital financeiro (ou antes os diferentes grupos que o detêm) de muitas formas, todas aliás ligadas e articuladas entre si: 1.º) permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe, em maior ou menor proporção, a margem de lucros que oferecem. 2.º) abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exportação da mais-valia interna. 3.º) porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se empenha fora de suas fronteiras nacionais" (2).

Depois dos empréstimos públicos a que se refere o historiador acima citado, vem a fundação de bancos estrangeiros e a subsequente aplicação de capitais no setor industrial e de transportes.

Era a redoma da economia das grandes potências capitalistas que envolvia, sutilmente, como uma teia invisível, o conjunto da economia brasileira.

Oliveira Lima cândidamente caracteriza da seguinte forma a situação: "na Europa encontrava o Brasil bons fregueses para os seus produtos, seus empréstimos eram lançados em Londres; da Inglaterra e da França ia o capital para as suas empresas, especialmente estradas de ferro e portos; do sul da Europa, Itália, Portugal e Espanha saíram os trabalhadores

livres que deviam tomar o lugar dos trabalhadores escravos" (3).

Os empréstimos que eram feitos na Inglaterra estrangulavam e asfixiavam as finanças brasileiras, bastando citar-se, como elemento comprobatório, o financiamento que, em 1865, os Rothschilds concederam para a guerra do Paraguai, com a participação de Becker & Fulp, mediante juros extorsivos, empréstimos que seriam repetidos nos anos subsequentes.

J. F. Normano — economista insuspeito no particular — afirma que "todas as novas potências industriais voltaram suas atenções para este continente e lutaram para obter um lugar ao sol sul-americano. Os Estados Unidos entram nestes mercados no fim do século passado, a Alemanha estava lutando para penetrar, com o fim de dividir o mercado com os velhos fornecedores e clientes: a Inglaterra e a França" (4).

Finalmente, vejamos o comportamento das grandes potências expansionistas, a sua tática política ao tempo em que Euclides da Cunha abordou o problema: "Nos últimos 25 anos do século passado, escreve um historiador contemporâneo, no período de formação do imperialismo nos principais países imperialistas, os setores industriais mais importantes desenvolveram-se com grande desigualdade. Se no período anterior, depois da revolução industrial, a Inglaterra permaneceu durante mais de cem anos, à frente dos demais países capitalistas no sentido industrial, no período do capitalismo monopolista passaram à Alemanha dois ou três decênios para começar a passar a Grã-Bretanha, e os Estados Unidos não precisaram mais de vinte anos para ir muito além dos países europeus (...). "Em fins do século XIX, as relações germano-norte-americanas baseavam-se na luta entre o imperialismo alemão e o dos Estados Unidos, pelos mercados e esferas de influência. Os círculos imperialistas da Alemanha tinham motivos suficientes para estar descontentes com os Estados Unidos. Os exportadores alemães chocavam-se com a concorrência estadunidense nos países da América Latina, onde se consolidava a dominação dos monopólios norte-americanos, os quais encobriam sua expansão com a doutrina de Monroe, que impedia sua penetração nos países do continente americano, e opôs a ela sua doutrina ideológica: o pangermanismo. Os pangermanistas que pregavam a conquista de colônias em

tôdas as partes do mundo, conclamavam, em particular, à dominação do Brasil e outros países sul-americanos e ao seu aproveitamento como base de operações na luta contra os Estados Unidos" (5).

Como vemos, era um quadro deveras cambiante e contraditório, e Euclides da Cunha perdeu-se no labirinto, sem um fio de Ariadne que o guiasse ao conhecimento do fenômeno.

2

Ao tempo em que Euclides da Cunha abordou o assunto havia, portanto, conforme já afirmamos, uma luta interimperialista, que podia convencer a um examinador superficial e pouco atento à sutileza do assunto, de que não havia um caráter monopolista no imperialismo. Este detalhe talvez explique a forma um tanto hesitante e muitas vezes confusa que Euclides da Cunha imprimia aos seus trabalhos, quando o analisava. Sem querermos absolvê-lo, devemos, no entanto, demonstrar, ou pelo menos tentar demonstrar, as condicionantes do seu pensamento.

Por todos estes motivos percebeu apenas o desenvolvimento do fenômeno. Não teve, contudo, a percepção da sua extensão, importância e profundidade. Não aquiloutou, como decorrência, os efeitos que adviriam, posteriormente, para o conjunto da economia e da vida política e cultural do Brasil. Acha, por tudo isto, que "a expansão imperialista das grandes potências é um fato de crescimento, o transbordar naturalíssimo de um excesso de vidas e de uma sobra de riquezas em que a conquista dos povos se torna simples variante da conquista de mercados" (6).

Situava-se, portanto, numa posição que se não distanciava muito da verdade. Mas, ao ver a expansão como *naturalíssima* — e efetivamente era um fato histórico-natural — não aquiloutou o outro lado da medalha, as consequências desse desdobramento não do ponto de vista da *metrópole*, mas do ponto de vista da *colônia*. Como a unidade do conceito imperialismo é antinômica, ao não ver a contradição que lhe é inerente e lhe confere unidade, anquilosou a definição, amputou-a. Iludia-se, em consequência dessa forma incompleta e por isto mesmo incorreta de ver o fenômeno, com cer-

tas obras de cunho material que eram realizadas pelos ingleses no Egito, em Cuba pelos norte-americanos, e na Tunísia pelos franceses. Afirmava equivocadamente: "um tal objetivo basta a nobilitar invasões modernas. Redime-lhe tôdas as culpas e as grandes brutalidades da força esta empresa maravilhosa, que é uma espécie de reconstrução da terra, aparecendo cada dia maior e oferecendo à história novos cenários no seio das paragens que ressurgem..." (7).

Ao reconhecer que o princípio de Monroe era "um reflexo político dos interesses ianques", louva-o, porque, para ele, tinha o valor de nos proporcionar uma "longa trégua" (8).

Como vemos, assim como as teorias sobre o problema racial levaram Euclides da Cunha a conclusões insustentáveis, a partilha do mundo entre as grandes potências — a "expansão das raças fortes", no seu entender — não foi por ele compreendida. Suas incompreensões chegam mesmo a desapontar e produzir um certo ceticismo sobre o conjunto do seu pensamento. A nós parece que, pelas razões que expomos preliminarmente, as deficiências, se não podem ser justificadas, podem ser parcialmente explicadas. Quando Euclides da Cunha analisa o problema da divisão do mundo entre as grandes potências capitalistas, no entanto, embeleza-o de forma incompreensível, mesmo para o seu tempo. Abordou, em artigo de jornal depois inserido em livro, a questão do domínio dos Estados Unidos sobre Cuba e as Filipinas, após a guerra de 1898. Não percebeu — ele que tinha uma sensibilidade tão aguda — as molas que impulsionaram o acontecimento e as consequências imediatas ou remotas do fato, naquela guerra que foi o primeiro conflito armado interimperialista no mundo. Escreve mesmo que "o almirante Dewey rematou em Manila a campanha acelerada que em tão pouco tempo se alongara, num teatro de operações de 160.º de longitude, da ilha de Cuba às extremas do Pacífico, a conquista das Filipinas pareceu a toda gente uma intervenção desassombrada do *yankee* na partilha do continente asiático. Os melhores propagandistas de uma política liberal e respeitadora da autonomia de outros povos, os mesmos antiexpansionistas do *North America*, justificavam uma posse àrduamente conseguida através de uma luta penosa e ferocissi-

ma. Além disto, o arquipélago não decairia da situação anterior, permanecendo no sistema subalterno de colônia" (9).

A posição que tomou ao lado dos Estados Unidos parece-nos ser mais uma estria que o positivismo deixou no seu pensamento. Porque o conflito foi analisado pelos positivistas brasileiros que tomaram partido ao lado dos ianques. Como afirmava Miguel Lemos, "para nós (os positivistas) o que mais importava era a independência de Cuba. Essa independência aparecia-nos, de um lado, como uma nova consequência da lei histórica relativa ao desmembramento moderno das grandes nacionalidades; e, por outro lado, ela se nos apresentava como inteiramente legítima ante a incapacidade da mãe-pátria. O conflito hispano-americano não era, a nosso ver, senão um incidente desse fenômeno capital; e nós não podíamos desejar a vitória da Espanha, isto é, a escravidão de Cuba somente porque talvez houvesse alguma coisa de censurável na maneira pela qual os Estados Unidos provocaram a guerra. Mau grado toda a nossa simpatia pela nação espanhola, não cremos que ela representasse, nessa luta, os interesses da humanidade. Fizemos, pois, votos pela vitória dos Estados Unidos, tanto mais que julgávamos que eles não abusariam do seu triunfo, pelo menos no que se referia à independência cubana (...). A conduta dos Estados Unidos foi muito superior às intervenções habituais das potências européias".

A posição dos positivistas brasileiros chocou-se com a dos ingleses. Malcolm' Quin, por exemplo, condenava a agressão dos Estados Unidos. Quanto à doutrina de Monroe, tanto os brasileiros como os ingleses achavam que: 1.º) essa doutrina não isenta os Estados Unidos da responsabilidade internacional; 2.º) porque uma doutrina destinada a impedir toda a agressão européia, na América, não pode ser interpretada como conferindo um monopólio de agressão dos Estados Unidos; 3.º) porque uma questão em que se acham envolvidos interesses atuais de um país europeu não pode ser contida nos limites dessa doutrina" (10).

Como vemos, o positivismo marcava, ainda mais uma vez, frente a um fato histórico, o pensamento euclidiano.

Isto quanto à Cuba. Quanto às Filipinas, faltou quem esclarecesse a Euclides da Cunha que, de fato, a luta foi ferocíssima, mas não do lado dos ianques. Foi sustentada, dirigi-

da e continuada pelos exércitos do povo filipino. O *status quo* de colônia seria derruído, não fôsse a posição colonialista dos Estados Unidos. Basta que se diga que as tropas filipinas que lutavam pela independência do arquipélago, sob a liderança de Aguinaldo, que havia concordado em lutar juntamente com os estadunidenses, já que estes se diziam aliados do povo filipino, após a vitória final não puderam entrar em Manila. Os exércitos de ocupação foram derrotados não pelas tropas ianques, mas pelos patriotas do arquipélago.

Depois de outras considerações absolutórias do imperialismo, Euclides da Cunha afirma que o perigo ianque "não existe; como, afinal, não existe o perigo germânico, inexplicável mesmo diante das nossas tentativas para que se abroque completamente o rescrito de Von der Heydt, que proibiu a emigração germânica para o Brasil" (11).

Exatamente sobre o papel expansionista da Alemanha, Euclides da Cunha teve oportunidade, na sua obra, de expender conceitos nem sempre corretos e muitas vezes completamente desligados da realidade dinâmica dos fatos que se verificaram e que eram facilmente observáveis.

A entrada retardada da Alemanha na partilha do mundo — fato que o próprio Euclides da Cunha constata sem maiores dificuldades — não tinha significado maior para ele. Via o fato como um simples transbordar de uma pleitora de dinamização e industrialização natural, e até mesmo salutar.

Aquêle processo de crescimento capitalista que fez da Alemanha um país fortemente industrializado em pouco tempo, fato que impeliaria o seu imperador Guilherme II a formular a sua política expansionista, política que entraria rapidamente em choque com os interesses das demais potências imperialistas, e que desaguaria na Primeira Grande Guerra, era visto por ele de uma forma quase simpática, como se o Brasil, desligado do mundo e de sua conjuntura, não lhe viesse a sofrer as consequências.

Chegava mesmo a caracterizá-lo de "imperialismo platônico" (12), embora achando que a "Alemanha, que acordou tarde para a expansão colonizadora — longo tempo iludida pela visão errada de Bismarck, preferindo ao melhor trato de território longínquo o arcabouço do último granadeiro pomerânio — a Alemanha agita-se hoje num estonteamento" (13).

"A dilatação territorial impõe-se-lhe como uma condição de vida, não já no sentido superior de um primado de idéias, senão também no sentido estritamente biológico da própria alimentação" (14). Não viu, depois destas constatações, as consequências, e saiu-se com tiradas literárias inteiramente desprovidas de sentido lógico ou com afirmações que o poderiam colocar entre os precursores da geopolítica (15). Quanto à Inglaterra, Euclides da Cunha elogia a ação de Curzon na Índia.

Respiga — de vez em quando — os seus trabalhos de conceitos, vazios uns, ambíguos outros, disparatados alguns.

Um deles é o que se segue: "Esta vida prodigiosa alastra-se pela terra com a fatalidade irresistível de uma queda de potenciais. Mas não leva exclusivamente o vigor de uma indústria em busca de mercados, ou uma pleitora de riquezas que impõe o desatôgo de emigração forçada dos capitais senão também as mais belas conquistas morais do nosso tempo, em que a inviolabilidade dos direitos se ajusta cada vez mais ao respeito crescente da liberdade humana" (16). Sem comentários

Avançava ainda na contemplação otimista do fenômeno no seu artigo "Temores Vãos", onde escreve categoricamente não ser a expansão ianque "uma conquista de territórios, ou a expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas — senão, numa esfera superior, o triunfo das atividades, o curso irresistível de um movimento industrial" (17)

3

Ao particularizar o fenômeno, vinculando-o ao Brasil, afirmou que o perigo não é ianque, alemão ou italiano: é brasileiro (18). Diz que está no nosso próprio povo a energia capaz de impedir quaisquer outros perigos, porque, se essa defesa não fôr feita, "veríamos desdobrar-se um pecaminoso amor da novidade, que se demasia ao olvido das nossas tradições; o afrouxamento em que toda a linha da fiscalização moral de uma opinião pública que se desorganiza de dia a dia, e cada dia se torna mais inapta a conter e corrigir aos que a afrontam, que a escandalizam, e que triunfam; uma situação econômica inexplicavelmente abatida e tombada sobre

as maiores e mais fecundas riquezas naturais; e por toda a parte os desfalecimentos das antigas virtudes do trabalho e perseverança que já foram, e ainda o serão, as melhores garantias do nosso destino" (19).

Procurava mostrar, desta forma, a necessidade de se formar uma consciência anticolonialista, a fim de combater a consciência colonialista, alienada, que se estratificara, achando possível uma resistência do Brasil no particular. Num rasgo de otimismo nada utópico, demonstra o que acontecerá à medida que a nação resistir: "Fimar-se-á, inevitavelmente, uma harmonia salvadora entre os belos atributos da nossa raça e as fórmulas superiores da República, empanados num eclipse momentâneo; e desta mútua reação, deste equilíbrio dinâmico de sentimentos e de princípios, repondarão do mesmo passo as regenerações de um povo e de um regime" (20).

É a mesma escala de raciocínio que Euclides da Cunha empregava em outro local, quando, após analisar as teorias do primeiro Roosevelt, homem que foi um dos agentes mais categorizados da expansão violenta ou pacífica dos E. U. A., fala daquilo a que chama "espírito de paróquia" ou "patriotismo diferenciado", ao qual se opõe, ainda segundo ele, o *cosmopolitismo*, "essa espécie de regime colonial do espírito, que transforma o filho de um país num emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo" (21).

Entre o *patriotismo diferenciado* e o *cosmopolitismo*, Euclides da Cunha manifestou-se, pelo menos no artigo que estamos citando, pelo primeiro. Acha que devemos criar "um lúcido nacionalismo, em que o mínimo desquiere ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa *gens* complexa, tão vacilantes, ou rarascentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa" (22).

Neste trecho vemos o Euclides da Cunha que, embora sem compreender teoricamente o imperialismo, já prefigurava algumas medidas em verdade tímidas, mas que, de qualquer maneira, eram esboços raros e avançados na época em que escreveu.

Afirmava ainda que precisávamos preparar-nos para salvar a nossa soberania da expansão “das raças fortes para o domínio”⁽²³⁾. “Para este conflito é que devemos preparar-nos — dizia — formulando todas as medidas de caráter provisório embora, que nos permitam enfrentar sem temores as energias dominadoras da vida civilizada, aproveitandolas cautelosamente, sem abdicarmos a originalidade das nossas tendências, garantidas exclusivas da nossa autonomia entre as nações”⁽²⁴⁾.

E concluiu: “se não podemos engenhar medidas que nos salvaguardem, ou amparem nesta pressão formidável imposta pelo convívio necessário, civilizador e útil dos demais países, devemos pelo menos evitar as que de qualquer modo facilitem, ou estimulem, ou abram a mais estreita frincha à intervenção triunfante do estrangeiro na esfera superior do nosso destino”⁽²⁵⁾.

(1) Prado Junior, C.: “História Econômica do Brasil”, São Paulo, 1949, p. 277.

(2) Op. Cit., p. 278.

(3) Lima, Oliveira: “Aspectos da História e da Cultura do Brasil”, Lisboa, 1923, p. 69.

(4) Normano, J. F.: “A Luta pela América do Sul”, Rio-São Paulo, 1944, pp. 21-22.

(5) Vladimirov, L.: “A Diplomacia do Dólar”, Rio, 1960, pp. 56 ss.

(6) Cunha, E. da: “Contrastes e Confrontos”, Pórtio, 1923, p. 91.

(7) Op. Cit., pp. 95-96. Em alguns trechos chega à posição de um fatalismo injustificado: “não nos iludamos. Na pressão atual da vida contemporânea, a expansão irresistível das nacionalidades deriva-se, como a de todas as forças naturais, segundo as linhas de menor resistência. A absorção de Marrocos ou do Egito, ou de qualquer outra raça incompetente, é antes de tudo um fenômeno natural, e, diante dele, conforme insinua a ironia aterradora de Mahan, o falar-se no Direito é extravagância idêntica à de quem procura discutir ou indagar sobre a moralidade de um terremoto” (Op. Cit., p. 180). “Numa quase mania coletiva de perseguição, andamos, por vezes, às arrancadas com alguns espectros: o perigo alemão e o perigo yankee. Nunca, em toda a nossa vida histórica, o terror do estrangeiro assumiu tão alarmante aspecto, ou abalou tão profundamente as almas. Estamos, neste ponto, como os romanos da decadência depois dos reveses de Varus: escutamos o rumor longínquo da invasão (...). Não é o bárbaro que nos ameaça, é a civilização que nos apavora” (Op. Cit., pp. 181-182).

(8) Op. Cit., p. 39.

(9) Op. Cit., p. 183.

(10) Todas as citações de Miguel Lemos são extraídas de Cruz Costa: “O Positivismo na República”, São Paulo, 1956, pp. 34-36.

(11) Cunha, E. da: “Contrastes e Confrontos”, p. 185.

(12) Op. Cit., p. 38.

(13) Op. Cit., p. 22. Dizia mais: “Mas neste concorrer à par-tilha da terra, com todos os inconvenientes de quem chega tarde e encontra os melhores bocados noutras mãos, a política germânica tem sido, de fato, copiando-se a frase do lendário chanceler de ferro, — uma política de gorjetas. Nem lhe disfarça este caráter decado a maneira arrojada que a reveste. Em todos os seus atos — nos arrogantes *ultimata* contra a frágil Venezuela, nos assaltos ferocíssimos de Walderesé em Pequim, ou nas tortuosidades e perfídias diplomáticas que rodeiam a longa história da estrada de Bagdá, ou, ainda, no ganancioso alongar de olhos para os nossos Estados do Sul, a sua ânsia alucinada do ganho, pela pilhagem dos últimos restos da fortuna dos países fracos, pode assumir todas as formas, até mesmo o aspecto heróico: mas destaca-se com aquele traço inferior e irreduzível” (Op. Cit., p. 23-24).

(14) Op. Cit., p. 23.

(15) Por exemplo: “O seu industrialismo robusto matou-lhe a produção agrícola, de sorte que a sua vida intensíssima, a mais intensa da Europa, em grande parte desviada à agitação fecunda das fábricas, é de todo aleatória. Não lhe garante, mesmo imperfeitamente, a terra, cada vez mais escassa, à medida que lhe vai crescendo o povoamento constrito entre as fronteiras inteiriças. Daí o seu arremesso dos estaleiros de Kiel para o desimpedido dos mares, visando amplificar a pátria, insuficiente, com o solo artificial e móvel dos convenses de uma frota mercante, que é a segunda do mundo, exigindo, paralelamente, as garantias de uma marinha de guerra formidável” (Op. Cit., p. 23).

(16) Op. Cit., pp. 182-183. Outro exemplo do seu fatalismo em relação ao domínio imperialista está nas afirmações que faz em carta a Araripé Júnior: “Não calculo até que ponto se possa aceitar o seu otimismo sobre a hegemonia norte-americana. Mas, dado mesmo que ele falhe por completo, e que o malinado imperialismo yankee se exagere até a posse dos países estranhos, — de que que nos valeriam la-múrias de superstições patrióticas? — Vi no seu artigo um significado superior, sugerindo uma medida prática: subordinados à fatalidade dos acontecimentos, agravados pela nossa fraqueza atual, devemos antes, agindo inteligentemente, acompanhar a nacionalidade triunfante, pre-ferindo o papel voluntário de aliados à situação inevitável de vencidos. — É o pensar dos que não desejam ser amigos ursos da Pátria, em-bora atraindo a pedrada patriótica dos que por aí, lhricamente, a re-questam, numa adorável inconsciência de perigos que a rodeiam”. (Francisco Venâncio Filho: “Euclides da Cunha a seus Amigos”, São Paulo, 1938, pp. 86-87. A carta é de 1903)

- (17) Op. Cit., p. 182.
(18) Op. Cit., p. 186.
(19) Op. Cit., p. 187.
(20) Op. Cit., pp. 187-188.
(21) Op. Cit. p. 221.
(22) Op. Cit., pp. 222-223.
(23) Op. Cit., p. 223.
(24) Op. Cit., p. 223.
(25) Op. Cit., p. 187.

Bibliografia

Não se trata de uma bibliografia sistemática, mas do elenco de obras que, de uma forma ou de outra, foram consultadas na elaboração do texto, ou influíram nas conclusões do autor.

- AZEVEDO, Fernando de: — *A Cultura Brasileira*, Ed. Melhoramentos, São Paulo, 3 vols., 3.^a edição, 1958.
- ASSIS, Machado de: *A Semana* (1892-1900), W. M. Jackson Inc., Rio, São Paulo, Pôrto Alegre, 1955.
- ABREU, Modesto de: *Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha*, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1963.
- ÁVILA, Bastos de: *Questões de Antropologia Brasileira*, Col. Divulgação Científica, São Paulo, 1935.
- Antropologia Física, introdução, Ed. Agir, Rio, 1958.
- AZEVEDO, Aroldo: *Euclides da Cunha e a Geografia*, Resenha mimeografada, Casa Euclidiana, São José do Rio Pardo.
- ALMEIDA PRADO, A. de: "O Concurso de Euclides da Cunha", in "O Estado de São Paulo", 27-1-62.
- AGOSTI, Hector P.: *José Ingenieros, "Cidadão da Juventude"*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1947.
- ARARIPE JÚNIOR: *Obra Crítica*, vol. II, 1888-1894, Edição da Casa de Rui Barbosa, Rio, 1960.
- ALEIXO INIMÃO, José: *Euclides da Cunha e o Socialismo* — Edição da Casa Euclidiana, São José do Rio Pardo, 1960.
- ANDRADE, Olímpio de Souza: *História e Interpretação de "Os Sertões"*, Editora Edart, Coleção Visão do Brasil, São Paulo, 1960.
- "Linguagem, poesia e imaginação sem fronteiras", in *Revista do Livro*, ano IV, n.º 15, 1959.
- ARISTÓTELES: *A Política* — Ed. Cultura Brasileira, São Paulo, s/d.
- BELO, José Maria: *História da República*, Editora Civilização Brasileira S. A., 1961.
- BARBOSA, Rui: *Obras Completas*, Vol. XXIV, Ed. do Ministério da Educação e Saúde, Rio, s/d.
- BENEDICT, Ruth: *Raza: Ciencia y Política*, Fondo de Cultura Economica, México, 1941.
- BASTOS, Abguar: "Euclides da Cunha — O Socialismo", Cópia datilografada fornecida pela Casa Euclidiana, São José do Rio Pardo.
- BONFIM, Manoel: *O Brasil Nação*, 2 vols., Livraria Francisco Alves, Rio, 1931.
- *A América Latina*, Ed. A Noite, Rio, s/d., 2.^a ed.

BROCA, Brito: *A Vida Literária no Brasil* — 1900, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1960.

BOEHNER, George C. A. — *Da Monarquia à República*, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, Rio, s/d.

CORBISSIER, Roland — *Formação e Problema da Cultura Brasileira* — ISEB, Rio, 1960.

COSTA, João Cruz: *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1956.

— *Os Positivistas na República*, Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1956.

— “O Pensamento Brasileiro no Alvorecer do Século XX”, in *Revista Brasileira*, n.º 15.

— “Euclides da Cunha e os Filósofos”, in *Revista Brasileira*, n.º 25.

— *Panorama da História da Filosofia no Brasil*, Ed. Cultrix, S. Paulo, 1960.

CUNHA, Euclides da: *Os Sertões*, Livraria Francisco Alves, Rio, 1933, 12.ª edição, corrigida.

— *Canudos* (Diário de Uma Expedição), Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1939.

— Introdução, ao *Inferno Verde*, de ALBERTO RANGEL, in *Inferno Verde*, 3.ª edição, revista pelo autor, Tipografia E. Arrault & Cia., Rio, 1920.

— Antes dos Versos, in *Poemas e Canções*, de VICENTE DE CARVALHO, Edição Saraiva, São Paulo, 1954, 15.ª edição.

— *Castro Alves e o Seu Tempo*, Edição “Grêmio de Euclides da Cunha”, s/d.

— *Contrastes e Confrontos*, Livraria Lelo & Irmão, Editores, Pôrto, 1923, 6.ª edição.

— *À Margem da História*, Livraria Lelo & Irmão, Editores, Pôrto, 1941, 5.ª edição.

— *Peru versus Bolívia*, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1939, 2.ª edição.

— *Euclides da Cunha a seus Amigos* (Coletânea de cartas organizada por Francisco Venâncio Filho), São Paulo, 1938.

— “O Brasil Mental”, in *Revista do Livro*, n.º 10, 1958.

— “A Idéia do Ser” (Prova Oral taquigrafada do seu exame para a cadeira de Lógica, do Colégio Pedro II), in *Revista Brasileira de Filosofia*, Vol. IX, Fas. III, 1959.

— “A Verdade e o Erro” (Prova escrita do seu concurso de Lógica, do Colégio Pedro II), in *Revista Brasileira de Filosofia*, Vol. IX, Fas. III, 1959.

— “Dia a Dia” (Coletânea de artigos), in *Revista do Livro*, n.º 15, 1959, Rio.

CALAZANS, José: “Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos”, in *Revista Brasileira*, n.º 17.

— No Tempo do Conselheiro, Livraria Progresso Editora, Salvador, s/d.

CARVALHO DA SILVA, Domingos: “Castro Alves e o Seu Tempo”, in *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, de 22-9-62.

COSTA PINTO, L. A. da: “Sociologia e Mudança Social”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano I, n.º 1, Belo Horizonte.

CARNERO, Edison: *A Sabedoria Popular*, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1957.

COUTINHO, Afrânio: — “Os Sertões”, obra de ficção, in *Diário de Notícias*, Rio, 12-10-1952.

CORNFORTH, Maurice: *Ciência versus Idealismo*, Editorial Lautaro, Buenos Aires, 1959.

CARDOSO, Vicente Licínio: *À Margem da História do Brasil*, Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, S. Paulo, 1938.

DIAS, Everardo: “Lutas Operárias em São Paulo”, in *Revista Brasileira*, n.º 1.

— *História das Lutas Sociais no Brasil*, Editora Edaglit, São Paulo, 1962.

DORNAS FILHO, João: *Apointamentos para a História da República*, Ed. Guaíba, Curitiba, 1941.

DANTAS, Paulo: “A verdade sobre Os Sertões”, in *Revista Brasileira*, n.º 18.

— “Cinqüentenário da Morte de Euclides da Cunha”, in *Revista Brasileira*, n.º 24.

— “Viagem Definitiva a Canudos”, in *Revista Brasileira*, n.º 13.

— “O Drama de Antônio Conselheiro”, in *Revista Brasileira*, n.º 21.

— “O Sentido das Comemorações Euclidianas”, in *Revista Brasileira*, n.º 23.

— “Os Sertões como Tema Literário”, in *Revista Brasileira*, n.º 5.

— “Euclides e as Dimensões Sertanejas”, in *Revista Brasileira*, n.º 19.

FARIA, Alvaro de: *Introdução ao Estudo do Formalismo e das Contradições*, Editora Brasileira, São Paulo, 1960.

FACÓ, Rui: “Evolução do Pensamento de Euclides da Cunha”, in *Estudos Sociais* n.º 6, 1959.

— *Brasil Século XX*, Editorial Vitória Ltda., Rio, 1960.

— *Cangaceiros e Fanáticos*, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio, 1963.

FUSCO, Rosário: *Vida Literária* — Ed. Panorama Ltda., São Paulo, 1940.

FURTADO, Celso: *Formação Econômica do Brasil*, Ed. Fundo de Cultura, Rio, 1959.

FREYER, Hans: *La Sociologia Ciencia de La Realidad*, Ed. Losada, Buenos Aires, 1944.

FRANCES, R.: “Sociologie et Mythes Sociaux aux États-Unis”, in *La Pensée*, Paris, n.º 50, 1953.

FRÉRE, Dorian Jorge: “À Margem de ‘Os Sertões’ in *Revista Brasileira*, n.º 24.

FRÉRE, Gilberto: *Perfil de Euclides e Outros Perfis*, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1944.

— *Atualidade de Euclides da Cunha*, Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1943.

- *Introdução a Canudos* (Diário de uma Expedição), Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1939.
- “Em torno da colonização da Amazônia” (artigo de jornal).
- *Ordem e Progresso*, 2 vols., Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1959.
- *Problemas Brasileiros de Antropologia*, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1943.
- *Sociologia*, 2 vols., Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1945.
- FREITAS, Bezerra de: *Fontes da Cultura Brasileira*, Editora Globo, Pólo Alegre, 1940.
- FERREIRA, Pinto: “Pequena História da Literatura Brasileira”, Especialmente nos séculos XIX e XX, in *Revista Brasileira*, n.º 26.
- “Panorama da Sociologia Brasileira”, in *Revista Brasileira*, n.º 14.
- GAMA ROZA: *Biologia e Sociologia do Casamento*, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1887, 2.ª edição.
- GOMES, Eugênio: *Visões e Revisões*, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1958.
- HELLER, Frederico: “Canudos, Símbolo de um Conflito Cultural”, in *Sociologia*, Vol. IV, n.º 3.
- INGENIEROS, J.: *Sociologia Argentina*, Madri, 1913, 2.ª edição.
- KROEBER, H. S.: *Antropologia General*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1945.
- LÊNIN, V. I.: *Materialismo e Empirio-crítico*, Editorial Calvino Ltda. 2 vols., Rio, 1946.
- *El Imperialismo Fase Superior del Capitalismo*, Lautaro, Buenos Aires, 1946.
- LIMA, Araújo: *Amazônia, a Terra e o Homem*, Comp. Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1945.
- LIMA, Hermes: *O Pensamento Vivo de Tobias Barreto*, Editora Martins São Paulo, s/d.
- *Tobias Barreto* (a época e o homem), Comp. Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1957.
- LIMA, Heitor Ferreira: “Euclides da Cunha e Castro Alves”, in *Revista Brasileira*, n.º 24.
- LUNDBERG, G. A.: “El futuro de las Ciencias Sociales”, in *Revista Mexicana de Sociología*, ano V, Vol. V, n.º 2.
- LINS E SILVA, Augusto: *Atualidade de Nina Rodrigues*, Ed. Leitura, Rio, 1945.
- LIMA, Oliveira: *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1923.
- LINTON, Ralph: *Estudio del Hombre*, Fondo de Cultura Económica, México, 1942.
- MOURA, Clóvis: “A Situação do Brasil como Nação Soberana”, in *Fundamentos*, n.º 40.
- “No Cinquentenário de Os Sertões”, in *Fundamentos*, n.º 28.

- *Euclides da Cunha*, in “Os Forjadores do Mundo Moderno”, 3.º vol., Editora Fulgor, São Paulo, 1962.
- “Euclides da Cunha e a Realidade Nacional”, in *Fundamentos*, n.º 38.
- “Notas sobre o Negro no Sertão”, in *Revista Brasileira*, n.º 24.
- *Rebeliões da Senzala*, Editora Zumbi, São Paulo, 1959.
- MARX, Karl: *El Capital*, III Tomos, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1946.
- *Miséria da Filosofia*, Editora Flama, São Paulo, 1946.
- MANNHEIM, Karl: *Ideologia e Utopia*, Editora O Globo, Pólo Alegre, 1950.
- MACHADO, Gonçalves: “Euclides da Cunha Socialista”, in *Fundamentos*, n.º 26, 1952.
- “Euclides da Cunha e a Greve”, in *Fundamentos*, n.º 27, 1952.
- MORAIS, Evaristo de: *Da Monarquia para a República* (1870-1889), Athena Editora, Rio, s/d.
- MORAIS FILHO, Evaristo de: *Augusto Comte e o Pensamento Sociológico Contemporâneo*, Livraria S. José, Rio, 1957.
- NUNES, Cassiano: “Euclides da Cunha: a personalidade e a obra”, in *Revista Brasileira*, n.º 24.
- NAZÁRIO, Joaquim Pinto: “Euclides da Cunha e a Filosofia no Brasil”, in *Anais do II Congresso Nacional de Filosofia*, s/d.
- NEVES, Edgar de Carvalho — *Afirmção de Euclides da Cunha*, Liv. Francisco Alves, São Paulo, 1960.
- NORMANO, J. F.: *Evolução Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional Col. Brasileira, São Paulo, 1939.
- *A Luta Pela América do Sul*, Editora Atlas S/A., São Paulo, 1944.
- NETO, COELHO: *Livro de Prata*, Livraria Liberdade, São Paulo, 1928.
- NAVARRO, José de Magalhães: *Euclides e Castro Alves*, in *Comemorações Euclidianas*, Editora Guanumbi, São Paulo, 1947.
- OLIVEIRA, Franklin de: *A Fantasia Exata*, Zahar Editores, Rio, 1959.
- OBERLANDER, Mário F.: *Euclides da Cunha, Apostilas para um Ensaio Crítico*. Com um estudo de Almáquio Diniz. Edição Ilustrada, Rio, 1925.
- PRADO JÚNIOR, Caio: *Evolução Política do Brasil e outros ensaios*, Editora Brasileira, São Paulo, 1957, 2.ª edição.
- *Dialética do Conhecimento*, Ed. Brasileira, 2 vols., São Paulo, 1955, 2.ª edição.
- *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, Ed. Brasileira, São Paulo, 1961.
- “Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil”, in *Revista Brasileira*, n.º 28.
- PROENÇA, M. Cavalcanti: “O Sertanejo de Euclides e a Literatura Regional”, in *Revista Brasileira*, n.º 32.

PONTES, Elói: *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1938.

PEREIRA, Astrojildo: *Interpretações*, Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1944.

— "Lutas operárias que antecederam à fundação do PCB", in *Problemas*, n.º 39, 1952.

— *Formação do PCB*, Editorial Vitória Ltda., Rio, 1962.

POVINA, Alfredo: *História de la Sociologia en Latinoamérica*, Fondo de Cultura Económica, México, 1941.

PINTO, Roquete: *Problemas de Antropologia Brasileira*, Editora Civilização Brasileira S. A., Rio, 1933.

— *Ensaioes Brasileiros*, Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, s/d.

— *Seixos Rolados*, Rio, 1927.

PICHA, Menotti del: "Euclides da Cunha e a Questão Social", Resenha mimeografada, Casa Euclidiana, São José do Rio Pardo.

— "Euclides da Cunha e o Socialismo", in "A Gazeta" de 1-6-63.

PARENTE FORTES, Herbert: *Euclides o Estilizador de nossa História*, 2.ª edição, Edições GRD, Rio, 1959.

PAIM, Antônio: "A Obra Filosófica e a Evolução do Pensamento de Tobias Barreto", in *Revista do Livro*, n.º 14, 1959.

PRENANT, Marcel: *Raza y Racismo*, Fondo de Cultura Económica, México, 1939.

RABELO, Sílvio: *Euclides da Cunha*, Ed. Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1948.

— *Farias Brito ou Uma Aventura do Espírito*, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1941.

— *Itinerário de Sílvio Romero*, Liv. José Olímpio Editora, Rio, 1944.

RAMOS, Guerreiro: *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Editorial Andes Ltda., Rio.

— *O Problema Nacional do Brasil*, Editorial Saga, Rio, 1960.

RAMOS, Artur: *Introdução à Antropologia Brasileira*, Ed. Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1947, 2 vols.

— "Os grandes problemas da Antropologia Brasileira", Resenha mimeografada, Casa Euclidiana. São José do Rio Pardo.

RODRIGUES, NINA: *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1938, 3.ª edição.

— *As Coletividades Anormais*, Col. Divulgação Científica, São Paulo, 1939.

— *Os Africanos no Brasil*, Cia Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1945, 3.ª edição.

ROMERO, Sílvio: *História da Literatura Brasileira*, Livraria José Olímpio Editora, 5 vols. 1946.

— *O Brasil Social* (Vistas sintéticas obtidas pelos processos de Le

Play), Tip. "Jornal do Comércio" de Rodrigues & Cia. Editora, Rio, 1895.

RANGEL, Alberto: *Papéis Pintados*, Edições Ducharte et van Buggenhoudt Paris, 1929.

RICARDO, Cassiano: *O Homem Cordial*, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1959.

SAMPAIO, Aluísio: *O que é Reforma Agrária*, Editora Fulgor, São Paulo, 1962.

— *Brasil, síntese da evolução social*, Ed. Fulgor, São Paulo, 1961.

SCHNEIDER, Samuel: *Notas sobre el Gaucho*, in "Quadernos de Cultura", B. Aires, n.º 26, 1956.

SODRÉ, Nelson Werneck: *Formação da Sociedade Brasileira*, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1944.

— *Formação Histórica do Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo, s/d.

— *História da Literatura Brasileira* (seus fundamentos econômicos), Livraria José Olímpio Editora, Rio., 3.ª edição, integralmente refundida, 1960.

— *Ideologia do Colonialismo*, Edição ISEB, Rio, 1961.

— *Panorama do Segundo Império*, Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1939.

STÄLIN, J. V.: *Obras*, Vol. I., Editorial Vitória Ltda., Rio, 1952.

SPENCER, Herbert: *Principes de Sociologie*, Felix-Alcan Editeur, Paris, IV vols., trad., 1890.

SILVEIRA Peixoto: *A Tormenta que Prudente de Moraes Venceu*, Ed. Guaíra, Curitiba, 1942, 2.ª edição.

SCHADEN, Egon: "Euclides da Cunha em face da Antropologia brasileira", in *O Estado de São Paulo*, 5-2-1948.

VENÂNCIO FILHO: *A Glória de Euclides da Cunha*, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1940.

— *Euclides da Cunha a seus amigos*, coletânea, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, S. Paulo, 1938.

— "Atualidade de Euclides da Cunha", in *Revista Brasileira*, ano IV, n.º 9 — 1944.

— "Fundamentos Científicos de Os Sertões", in *Rev. Brasileira*, ano V, n.º 15, 1945.

— "Os Sertões", in *Rev. Brasileira*, ano V, n.º 11, 1944.

VIANA, Ataliba: *Gente Sem Raça*, Cia. Ed. Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1944.

VIANA FINHO, Luís: *À Margem de Os Sertões*, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1960.

VIANA, Oliveira: *Evolução do Povo Brasileiro*, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1956, 4.ª edição.

— *Populações Meridionais do Brasil*, Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, São Paulo, 1938, 4.ª edição.

— *Raça e Assimilação*,² Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1959, 4.^a edição.

VLADIMIROV, L.: *A Diplomacia do Dólar*, Editorial Vitória Ltda., Rio, 1960.

VIRA, Luís Washington: "O Mito de Hefestos", Serviços de Publicações do CIESP, São Paulo, 1959.

 IMPRES
compõe e imprime
São Paulo - Brasil